CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

RACISMO GENDERIZADO E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO: TRAUMAS COLONIAIS E REEXISTÊNCIAS NO FÓRUM ESTADUAL DE MULHERES NEGRAS DO RIO DE JANEIRO

Jacqueline de França Neto

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestra.

Orientador(a): Profa. Dra. Maria de Fátima Lima Santos

Rio de Janeiro
Dezembro, 2021

RACISMO GENDERIZADO E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO:
TRAUMAS COLONIAIS E REEXISTÊNCIAS NO
FÓRUM ESTADUAL DE MULHERES NEGRAS DO RIO DE JANEIRO

Texto de defesa apresentado ao Programa/Curso de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais - (PPRER), do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestra.

Jacqueline de França Neto

Banca Examinadora:

Presidente, Professora Dra. Maria de Fátima Lima Santos (UFRJ - CEFET/ RJ) (orientadora)

Professor/a Dra. Amana Rocha Mattos (UERJ)

Professor/a Dra. Luiza Rodrigues de Oliveira (UFF)

Professor Dr. Roberto Carlos da Silva Borges (CEFET/ RJ)

Suplente:

Professor/a Dra. Luciana de Mesquita Silva (CEFET/ RJ)

Convidada:

Educadora Clatia Regina Vieira (FEMNegras-RJ)

Rio de janeiro
Dezembro, 2021

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

N469 Neto, Jacqueline de França
Racismo genderizado e processos de subjetivação: traumas coloniais e reexistências no fórum estadual de mulheres negras do Rio de Janeiro / Jacqueline de França Neto. — 2021.
117f. + anexo : il. (algumas color.) , enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2021.
Bibliografia : f. 112-117
Orientadora: Maria de Fátima Lima Santos

1. Racismo – Brasil. 2. Mulheres negras. 3. Negros – Identidade raciais. 4. Trauma psíquico. 5. Quilombos. I. Santos, Maria de Fátima Lima (Orient.). II. Título.

CDD 305.8960981

Elaborada pela bibliotecária Tania Mello – CRB/7 nº 5507/04

DEDICATÓRIA

“Em memória de minha mãe
Aldinete de França Neto,
por tudo que sou!
Em memória de minha madrinha
Aurenice Maria Câmara,
pela construção do que sou!
E as mulheres negras do
FEMNegras/RJ,
pela travessia que me transforma!”

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos caminhos da ancestralidade do tempo que me trouxe até aqui para encontrar pares que me elevam em diversas formas a um estado intenso de vida. Sou grata e espero ter sido casa de sentimentos bons a quem encontrei nessas andanças.

Agradeço à minha mãe, por toda a sua vida que agora vive em mim, por ter me permitido ser sua filha... Não sei ser outra coisa, por isso a saudade dela também é uma saudade de mim! Ver a partida da minha mãe durante esse percurso acadêmico, foi e é a coisa mais difícil de todo o processo. Essa dissertação é de minha mãe também, ela que sempre sonhou em ser professora escreveu junto comigo todas essas linhas.

Agradeço à minha orientadora Fátima Lima, pela generosidade afetiva e intelectual que me permitiu Ser nesses caminhos acadêmicos tão cheios de espinhos. Obrigada pela parceria que levarei comigo pela vida toda, eu precisava encontrar a sua força para saber, para partilhar, para me assentar!

À minha família que ainda não entendeu muito bem o que eu vim fazer em terras tão distantes, mas ainda assim compartilham afetos de cuidado e proteção com amor!

À Kamila Lúcia por me enviar o edital da seleção do PPRER, por acompanhar cada passo junto comigo desde então, vibrar, lamentar, amar, advertir, chorar... uma amiga que é cuidado presente mesmo estando em Recife, esse passo dado também é seu!

À Aline Nascimento que é uma amiga casa que me abraça forte nesse Rio de Janeiro. Obrigada por acreditar tanto naquilo que em mim eu achava tão banal. Eu cresci e cresço ao teu lado minha irmã!

À Adrielle Mayara por ser laço de afeto. Tecer cuidados na casinha das plantas contigo foi fundamental para que eu fizesse essa migração Nordeste-Sudeste com segurança!

Às amizades que me percorrem seja em Olinda, Recife, Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro, me sinto abraçada!

À Clatia Vieira e sua presença visceral em enfrentar a vida. Preta, você me inspira e emociona!

Ao professor Roberto Borges por ser um dos primeiros, se não o primeiro rosto amigo que me sorriu com tanta receptividade nessa casa quilombo que é o PPRER. Faço essa travessia sabendo que há muito de você em mim.

Ao grupo de pesquisa ORÍ por ser um levante na minha vida em maio de 2020. Em meio ao caos, esse lugar me mostrou e mostra os movimentos possíveis. Eu tenho muito respeito e afeto de estar entre vocês.

Ao Fórum Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro pela generosidade e aprendizagem, essa pesquisa é possível porque vocês estiveram presentes ontem, hoje e sempre! Gratidão!

Agradeço aos colegas da turma 2019.3 pelo ajuntamento, sigamos cada vez mais certos que esse caminho também é nosso!

Ao PPRER por compartilhar e cuidar desse espaço tão potente!

À Comissão de bolsas do CEFET-RJ pela concessão da bolsa de Mestrado.

Aqui estou e sou! Que assim seja, porque assim é!

EPÍGRAFE

Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome.
Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você.
Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo.
Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia.
Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora.
Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias.
Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever.

Glória Anzaldúa

RESUMO

Racismo Genderizado e Processos de Subjetivação: traumas coloniais e reexistências no Fórum Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro

O presente trabalho tem como cerne desenvolver desdobramentos para compreensão dos processos de subjetivação que decorrem da experiência do racismo genderizado produzido e reatualizado na perspectiva da colonialidade. Adotando uma metodologia interseccional pensando raça e gênero, essa dissertação discorre sobre o racismo genderizado e suas opressões direcionadas especificamente às mulheres negras militantes. Atrelado a um contexto político de resistência e reivindicação de fala, escuta e ação, o Fórum Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro (FEMNegras/RJ), assume aqui o protagonismo como espaço de construção de saberes. Pensar processos de subjetivação é também pensar no corpo enquanto marcador de linguagens, nesse sentido, a saúde mental é assimilada como um aspecto multifatorial que influencia diretamente certos espaços psicossociais onde a mulher negra transita e reivindica o bem viver, como exemplo: no seu âmbito familiar, mercado de trabalho, educação, saúde, ciência, entre outros. Investigou-se o projeto da Pauta Preta Livre como um ponto central de observação para coletar as narrativas e selecionar as entrevistadas. Essa dissertação teve como objetivo analisar as relações dos traumas coloniais e os movimentos de reexistências contra coloniais produzidos nas narrativas de vida militante das mulheres negras do FEMNegras/RJ. Como também, refletir através dos estudos dos quilombos como as mulheres negras do FEMNegras/RJ se constituem, se movimentam e se sustentam denunciando as violências racistas e sexistas que atravessam o físico, psíquico e o mental. Diante das discussões interpretadas pode-se considerar a partir da existência e atuação do FEMNegras/RJ que a consciência de uma instituição coletiva política feminina negra atua como força impulsionadora tanto em espaços públicos pressionando o poder do Estado, bem como, formando as mulheres negras que cada vez mais estão a frente desse processo de denúncia da necropolítica. Dimensões reparadoras e de construção de redes de apoio socioemocionais atuam na autoestima das mulheres negras, esses conteúdos surgem em todos os sentidos produzidos pelas entrevistadas quando ressaltam o teor subjetivo de ser militante no FEMNegras/RJ. Por fim, a perspectiva do quilombo como um continuum da organização das comunidades negras insurgentes, aparece como uma analítica importante ressignificando sentidos sobre as formas de habitar a terra, suas dinâmicas sociais e subjetivas.

Palavra-chave: Racismo; Trauma; Mulheres Negras; Militância; Quilombo.

ABSTRACT

Gendered Racism and Processes of Subjectivation: colonial traumas and reexistences in the State Forum of Black Women in Rio de Janeiro

The core of the present work is to expand developments in order to understand the processes of subjectivation that result from the experience of gendered racism produced and re-updated in the perspective of coloniality. By adopting an intersectional methodology thinking about race and gender, this dissertation discusses gendered racism and its oppressions specifically directed at militant black women. Linked to a political context of resistance and demand for a place of speech, listening, and action, the State Forum of Black Women of Rio de Janeiro (FEMNegras/RJ) assumes the leading role here as a space for the construction of knowledge. Thinking about the subjectivation processes is also thinking about the body as a marker of languages. In this sense, mental health is assimilated as a multifactorial aspect that directly influences certain psychosocial spaces where black women transit and claim the good life, as an example: in their family environment, labor market, education, health, science, among others. The 'Pauta Preta Livre' project was investigated as a central point of observation to collect the narratives and select the interviewees. This dissertation aimed to analyze the relationships between colonial traumas and the movements of reexistence against colonials produced in the narratives of militant life of black women from FEMNegras/RJ. Additionally, to reflect through the studies of quilombos how the black women of FEMNegras/RJ are constituted, move and sustain themselves denouncing the racist and sexist violence crossing physical, psychic, and mental aspects. Given the discussions interpreted, it can be considered from the existence and performance of FEMNegras/RJ that the consciousness of a black female political collective institution acts as a driving force in both the public spaces pressing the power of the State, as well as, forming black women who are increasingly at the forefront of this process of denouncing necropolitics. Reparative dimensions and the construction of socio-emotional support networks act on the self-esteem of black women. These contents appear in every way produced by the interviewees when they emphasize the subjective content of being a militant in FEMNegras/RJ. Finally, the perspective of the quilombo as a continuum of the organization of insurgent black communities appears as important analytic re-signifying meanings about the ways of inhabiting the land and its social and subjective dynamics.

Keyword: Racism: Trauma; Black Women; Militancy; Quilombo.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Informações básicas das entrevistadas 79

SUMÁRIO

Introdução - A vida é quem dita a pesquisa **11**

Trajetórias Metodológicas: a experiência encarnada no fazer pesquisa 22

O Fórum Est. de Mulheres Negras do Rio de Janeiro: reexistências Negras 25

1 **Processos de subjetivação, a ficção racial materializada e o racismo genderizado cotidiano** **35**

1.1 Subjetivação e sociogênese: o que o um a um tem a ver com o coletivo 36

1.2 A ficção racial materializada 46

1.3 Racismo genderizado cotidiano 54

2 As mulheres negras e os traumas coloniais **60**

2.1 A plantation atualizada: colhendo o que não se plantou 66

2.2 Entre cubos brancos e mecanismos de defesa: o mito da democracia racial 71

3 Seja bem-vinda a Pauta Preta Livre é sua **77**

3.1 Onde se experimenta a fala e a escuta: as narrativas negras militantes 81

3.2 Onde está a dialética?Entre consensos e dissensos há o em comum 95

4 O FEMNegras/RJ: a busca pela mística quilombola **98**

4.1 Devolvendo o trauma 104

4.2 Reinscrevendo processos de subjetivação 107

Considerações finais **110**

Referências **112**

Anexo A **118**

Anexo B **119**

Anexo C **121**

Introdução - A vida é quem dita a pesquisa

Apresento essa pesquisa como quem pede licença, não para entrar, pois já sou de dentro, mas como quem reverencia a vida e seus portais de continuidade, as mulheres negras. Falando também do meu lugar, acesso aqui construções, memórias, lutas e ressignificações que são para além de mim. Através de toda uma cosmologia de tempo, essa dissertação tem como eixo captar não só o que veio antes (um tempo passado), mas o que se mantém cotidianamente (presente), para pensar futuros possíveis.

Planejar e agir em prol de possibilidades é também o que me traz até aqui, atravessamentos de uma mulher negra, pernambucana, ativista e psicóloga. Desejo levar as reflexões do meu corpo e vivências, que também são coletivos, para o campo estratégico acadêmico; espaço este, que em toda a minha formação profissional me negou o lugar de saber. Pode soar como contraditória tal afirmação, porém não passa de um reflexo de como os saberes intelectuais e epistemológicos são seletivos. E quando digo seletivos, se faz importante saber quem o selecionou e em nome do quê. A academia eurocentrada, como bem se conhece, é feita de hierarquias, um sistema de poder que molda o que devemos saber, como devemos saber, com quem devemos saber e a forma de replicar esse saber.

Falar de epistemicídio[1] nas formações acadêmicas é perceber a presença da violência da colonialidade nos espaços de disputa e na validade dos conhecimentos e saberes. Sueli Carneiro (2005) ao tomar o termo epistemicídio[2] entende este como um "processo persistente de produção da indigência cultural" (CARNEIRO, 2005. p.97), desqualificando assim, não só o saber de pessoas negras, mais principalmente as formas como esse sujeito assimila e aprende. Pensando nisso, essa pesquisa se preocupa em contribuir na reconquista de uma força acadêmica incorporada nas vidas de militantes negras e vice-versa, incorporando as intelectualidades negras no lugar de construção de saberes.

---

[1] Termo conceituado por Boaventura de Souza Santos, "o epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista". (SANTOS, 1995, p.328).

[2] Para Sueli Carneiro o sentido de epistemicídio é mais amplo do que o de Boaventura (1995), visto que para a autora "não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento "legítimo" ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender". (CARNEIRO, 2005. p.97).

A arquitetura de mundo construído pelo europeu, colonizador, e por isso também autocentrado, fez da diferença uma justificativa para a destruição. Ser mulher e negra é uma coadunação de opressão nas experiências de vida, que tende a se intensificar com as diversas intersecções que atravessam a nossa existência. Se camuflar, ainda que seja uma ação plausível e uma medida de preservação, tende a despencar pelo simples ato do olhar. E o que fazer quando a cor de pele salta no olhar do outro e informa diversos sentidos cortantes? O psiquiatra martinicano Frantz Fanon, em *Pele Negra e Máscaras Brancas* (2008), já nos abria os olhos para a ferida cultural, social e psíquica que desorganiza o ser negro através do olhar do outro branco:

> Mas, no novo mundo, logo me choquei com a outra vertente, e o outro, através de gestos, atitudes, olhares, fixou-me como se fixa uma solução com um estabilizador. Fiquei furioso, exigi explicações... Não adiantou nada. Explodi. Aqui estão os farelos reunidos por um outro eu. (FANON, 2008, p.103).

É sobre essa desorganização que transforma pessoas negras em farelos, em fração de segundos, ao qual quero me debruçar quando falo de processos de subjetivação. Segundo Jurandir Freire Costa (1982) no prefácio à obra de Neusa Santos *Tornar-se Negro* (1983) nos coloca que:

> Para que o sujeito construa enunciados sobre sua identidade, de modo a criar uma estrutura psíquica harmoniosa, é necessário que o corpo seja predominantemente vivido e pensado como local e fonte de vida e prazer. As inevitáveis situações de sofrimento que o corpo impõe ao sujeito tem que ser “esquecidas”, imputadas ao acaso ou a agentes externos ao corpo. Só assim, o sujeito pode continuar a amar e cuidar daquilo que é, por excelência, condição da sua sobrevida (COSTA, 1982, p.06).

Como as identidades de pessoas negras vêm sendo criadas ao longo da nossa história? Que tipo de agentes externos a sociedade brasileira desenvolveu, a partir de uma lógica racial que valoriza uns e desvalorizam outros baseando-se em características fenotípicas, principalmente atravessadas por outros marcadores sociais e dinâmicos da diferença, como raça, gênero, classe, sexualidade, geração, território, entre outros? Essas perguntas nos convidam para uma interlocução que vem ganhando força na atualidade, expressa através do diálogo crítico entre o campo da política, do pensamento racial crítico e do campo dos estudos da subjetividade. Essas articulações vêm sendo fomentada principalmente pelos movimentos negros que insurgem desde a época da escravidão colonial até os dias de hoje, contra a reatualização da servidão em diversos espaços desse mundo racista e capitalista.

Dialogar é criar narrativas, linguagens e saberes que temporariamente, ou não, comportem os desafios e problemáticas do seu tempo. A produção de um discurso,

assim como a sua potência de transformação, dependerá muitas vezes de quem o legitima. Pensando na história do Brasil e no seu processo escravocrata como fundação, se faz importante observar que vestígios e atualizações desse sistema de violência colonial ainda persistem e insistem em desumanizar o povo negro. A falta de lugar ou esse não-lugar de prestígio social, chega sempre pela via do racismo e suas facetas gerando ausências profundas na vida social e subjetiva.

Guimarães apresenta essa discussão nos seus trabalhos e afirma que "o racismo colonial, fundado sobre a ideia da pureza de sangue dos colonizadores portugueses, cedeu lugar, depois da independência do país, à ideia de uma nação mestiça" (GUIMARÃES, 1999, p. 45). Essa mesma nação que a partir da mestiçagem, utiliza-se do mito da democracia racial para camuflar o seu verdadeiro sentimento e desejo em relação ao negro: o seu apagamento.

É inquietante vivenciar os processos de apagamento e não saber como nomeá-los. Reconhecendo as falhas no processo de formação acadêmica na psicologia, a minha experiência advinda de uma Universidade Pública Federal, tanto em relação ao corpo discente, quanto docente, carecia de corpos e mentes negras que nunca em completos cinco anos de formação, me apresentaram intelectuais como: Neusa Santos Souza, Virginia Bicudo, Frantz Fanon, Isildinha Batista, Lélia Gonzalez, ou seja, psicólogos, psicanalistas e estudiosas/os negras/os multidisciplinares que enxergam nessa ciência meios de pensar o racismo, seus rastros psíquicos de violência e em seu enfrentamento. Reconhecer e validar as diferenças do sujeito/a negro/a e se debruçar nas suas particularidades é urgente, assim como, analisar minimamente os estragos que anos de escravidão, tortura, humilhação e assassinatos causaram a construção psíquica da sociedade brasileira (VEIGA, 2019).

Descolonizar a psicologia, se tornou um compromisso ético com a minha profissão, já que esse fazer também me constitui enquanto psicóloga negra. É por meio da escuta implicada nos sujeitos e na percepção dos seus ecos, que muitas vezes se apresentam como sintomas impregnados de consequências e negligências políticas/sociais, atravessando todo um processo subjetivo. Na minha prática, e ainda na formação como psicóloga residente em um programa hospitalar multiprofissional, atuando na área de urgência, emergência e trauma no Sistema Único de Saúde (SUS), no estado de Pernambuco[3], experienciei tanto as problemáticas estruturais e

[3] De 2017 a 2019 atuei como psicóloga residente no Sistema Único de Saúde (SUS), pelo Programa de Residência Multiprofissional em Urgência, Emergência e Trauma do Hospital Getúlio Vargas, coordenado pela Comissão de Residência Multiprofissional da Universidade de Pernambuco (COREMU/ UPE).

institucionais que atravessavam minha atuação, como também as dos pacientes, em sua maioria negros que eram rotineiramente subjugados pelos seus corpos/ aparências, pelos seus modos de fala, de escuta e de processar e externar sentimentos. Sentimentos esses, que eram carregados de sofrimento, revolta, raiva e de um choro catártico de quem implora por respeito e cuidado. Faço esse caminho para demonstrar que a vida e a teoria são processos implicados e cúmplices, caminham juntos nos empurrando a uma mudança de postura, seja ela profissional, mas principalmente de vida que também é política.

As intersecções que serão discutidas fazem parte desse meu atravessamento, que me realoca em uma nova territorialidade: o Rio de Janeiro. Mais especificamente ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais (PPRER), no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ). Tomar de volta os saberes epistêmicos dos intelectuais negros e negras, saberes esses que são meus por direito e ancestralidade, é uma forma de me potencializar e de construir mudanças por meio das práxis do "quilombismo"; que enquanto movimento afro-brasileiro coletivo possui também em seu cerne o objetivo de tencionar questões psicossociais, consequências das violências históricas, sociais e econômicas (NASCIMENTO, 1980). Beatriz Nascimento no documentário *ORÍ* (1989), desenha também o movimento do corpo negro quando diz "eu vou chegando devagar", salientado que é essa a filosofia presente no *ethos* da comunidade negra que perpassa o seu processo físico, psicológico e ancestral.

Acrescento que a interseccionalidade entre raça e gênero está intrinsecamente acoplada nas estruturas coloniais de civilização brasileira. Admitir que o racismo tem impacto nas relações de gênero, como nos afirma Sueli Carneiro (2003), tensiona os danos de toda sustentabilidade de uma ordem social baseada na colonialidade, na subalternização e no sexismo, que se tenta camuflar com o mito romântico da democracia racial. Por isso, é importante reforçar o quanto o quilombismo de mulheres negras tem tomado para si esse lugar de restituição da sua humanidade. Ressignificar as afecções subjetivas implantadas pela colonialidade faz parte do processo do quilombismo, pensando na integralidade do cuidado com negros e negras, Abdias diz: "confiamos na idoneidade mental do negro e acreditamos na reinvenção de nós mesmos e da nossa história" (NASCIMENTO,1980, p. 262).

Com as devidas apresentações feitas e com licença concedida pelo Fórum Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro (FEMNegras/RJ), sendo esta pesquisadora também integrante desse coletivo; a presente pesquisa tem como cerne

compreender os processos de subjetivação de mulheres negras integrantes do FEMNegras/RJ e suas relações com o mundo racista, que é produzido e reatualizado na perspectiva da colonialidade. Nesse sentido, um dos conteúdos centrais desta dissertação consiste em analisar as narrativas militantes das ativistas do FEMNegras/RJ; procurando compreender como as ideias e as ações constituem uma contraposição às violências coloniais, e como essas militâncias negras têm construído rotas de fuga, instaurado mundos, restituindo subjetividades interpeladas a todo instante pelos elementos da colonialidade, principalmente o racismo genderizado.

Colonialidade esta que assume a morte, a humilhação, a subalternização dos corpos de pessoas negras e indígenas como seu produto de excelência ao avanço e crescimento de uma modernidade. Para além da dominação de um povo que o colonialismo exerce, as marcas da colonialidade constroem emaranhados elaborados de violência em dimensões micros e macros, conscientes e inconscientes, tendo o racismo e o sexismo como dispositivos estruturantes. Assim, entendendo esse sistema como uma "bionecropolítica genderizada[4]" (LIMA; GAMBETTA, 2020), observa que os aspectos da branquidade obtêm a soberania como um processo civilizatório no nosso cotidiano reforçando o lugar do extermínio das comunidades negras e indígenas, especialmente as mulheres que estão nos espaços de disputa política:

> Talvez o que tenha crescido é, cada vez mais, a legitimação do extermínio de uma carne diferente, corpos-subjetividades que constam como passíveis de serem liquidados porque compõem a ideia de uma vida supérflua dentro de um conjunto histérico e fantasmagórico assolado por delírios de pureza, por relações de inimizade e pelo desejo de extermínio. As mulheres indígenas e negras fazem parte de uma grande engrenagem de fantasia colonial que opera, por um lado, pela hiperssexualização, mas, por outro, empurra-as para zonas de não ser. (LIMA; GAMBETTA, 2020, p. 99).

A ordem colonial passa pelo crivo da dor e da desumanização, e é pela via da civilização da pessoa branca que o trauma se instala no mundo físico e na vida psíquica da pessoa negra. Jota Mombaça (2017), nos reorienta quando diz que o mundo é o nosso trauma e a ele precisa ser devolvido a responsabilidade da sua desconstrução. Nesse movimento, é preciso ressaltar os processos de reexistências ou como colocam Lima e Gambetta (2020) "a persistência ao tempo das/os assassinas/os"; persistências

[4] No texto *"Parem de nos matar": a bionecropolítica genderizada e a persistência de mulheres indígenas e negras na Améfrica Ladina* de Fátima Lima e Julia Gambetta, o debate sobre bionecropolítica genderizada diz respeito a "micropolíticas, históricas, culturais que alimentam cotidianamente o projeto necropolítico, principalmente o racismo e o sexismo que maquinam a partir da racialização do gênero e da genderização da raça" (LIMA; GAMBETTA, 2020, p.90).

estas que têm nos corpos e subjetividades das mulheres negras um lugar vital e necessário, inclusive para a reconstrução desse mundo e de um futuro.

Adotando uma metodologia interseccional, termo esse criado pela intelectual Crenshaw (2004), mas já utilizado como um olhar analítico crítico por pensadoras como Audre Lorde, Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez. Essa última, em suas reflexões disseminadas no Brasil, analisou as intersecções entre racismo e sexismo como uma sobreposição de lentes para dar conta da complexidade da vida das mulheres negras. A interseccionalidade como instrumento de transformação, pensando raça e gênero inseridos no contexto político, alarga as nossas reivindicações enquanto mulheres negras, já que nós apresentamos abundantes experiências de lutas ativistas insurgentes que perpassam a dor e a reexistência ao longo da vida.

Chamo aqui de ativismo: a persistência das mulheres negras de não se acomodarem a um lugar de subordinação, violência e esquecimento. Ser ativa nos seus processos de vida e não apenas se contentar com a sobrevivência é a principal reivindicação enquanto negra. A importância do protagonismo das mulheres negras desde as formações e sustentações dos quilombos, tem muito o que dizer sobre as mulheres negras da atualidade; já que somos nós que estamos diariamente na linha de frente na formação de comunidades, entendendo esse espaço como coletividade, possibilidade de partilha e de recuperação íntima, no sentido de humanidades diversas, como bem nos elucida Mbembe em seu texto *O direito universal à respiração* (2020).

Assim, proponho tomar as experiências militantes presentes no FEMNegras/RJ como um lugar no qual as narrativas e ações das mulheres negras funcionam como um contraponto; e como respostas cotidianas à relação entre racialidade negra, gênero e processos de subjetivação, desviam ou constroem rotas que atravessam as barreiras do espaço e do tempo. O racismo e o sexismo, ou o racismo genderizado como nos coloca Kilomba (2019a), constituem dois marcadores sociais e dinâmicos relevantes nesta proposta de investigação sobre eixos de opressão.

Falar de mulheres negras vai além de exercer criticidade sobre as diferenças sociais, além de tensionar as relações de poder que faz de nós um mapa de ausências, muito bem desenhado estrategicamente desde a colonização; processo esse que também desenvolveu uma cegueira coletiva, fazendo da justiça um privilégio sexista e branco. Quando me dirijo as mulheres negras, peço a benção a minha mãe, as minhas tias e avós; me refiro as amigas pessoais e profissionais, linhas que muitas vezes se encontram nesse caminho intelectual de alívio; me inspiro nas mulheres que fazem grito forte nas ruas com seus corpos cansados de luta, exigindo a possibilidade de um

amanhã com moradia, saúde, educação, segurança e um trabalho que as façam colocar comida na mesa, seus filhos na cama e sua liberdade em prática.

É dessa maneira que o Fórum Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro ganha espaço e passa a compor o cenário sobre o qual as reflexões deste trabalho foram construídas: a partir do seu local vivo de teoria e práticas discursivas femininas e negras. A política feita por mulheres negras, em sua larga escala e proporção de implicações sócio-histórico-culturais, é revolucionária dentro do próprio movimento negro. Elas são a base da pirâmide social e por isso também o seu deslocamento é impactante para os rumos da sociedade; ressaltando as relações hierárquicas de raça e gênero, são elas a origem e manutenção dos corpos pretos alvos da necropolítica. Ângela Figueiredo (2018) ressalta algumas preocupações em relações às lutas das mulheres negras, quando nos diz que:

> A sobrecarga de responsabilidade associada ao racismo e às representações estereotipadas sobre o corpo feminino tem causado inúmeros prejuízos às mulheres negras, que têm buscado estratégias coletivas como um modo de enfrentamento às desigualdades. (FIGUEIREDO, 2018, p.1083).

Se debruçar sobre os traumas raciais, sexistas e os seus processamentos é o pulso desta pesquisa. Com o objetivo geral de analisar as relações dos traumas coloniais e os movimentos de reexistência contra-coloniais produzidos nas narrativas de vida militante das mulheres negras do Fórum Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro. Já como objetivos específicos, buscou-se compreender o espaço de diálogo do projeto Pauta Preta Livre como um grande centro de fala e escuta, onde circulam as impressões objetivas e subjetivas das mulheres negras militantes. Assim como, refletir através dos estudos dos quilombos, como as mulheres negras do FEMNegras/RJ se constituem, se movimentam e se sustentam; denunciando as forças sócio-históricas do racismo genderizado que danificam o seu processo de subjetivação e de uma saúde mental saudável com qualidade de vida.

Segundo Kilomba, ser descrita como uma “sujeita”, exaltando a singularidade do artigo feminino, demarca como somos lidos na sociedade pois se trata de uma dinâmica relacional social e intersubjetiva, já que ao sermos percebidas temos nossos “interesses individuais e coletivos reconhecidos, validados e representado oficialmente na sociedade – o status absoluto de sujeito” (KILOMBA, 2019a, p.74-75). Como os valores políticos e sociais estão fadados às estruturas abusivas do racismo e do sexismo, são as mulheres negras que têm as suas agendas coletivas saqueadas diariamente pelo sistema social da branquidade. E à medida que essas opressões vão se coadunando a

noções de sexualidade, geração e territorialidade, por exemplo, essas agendas são cada vez mais invisibilizadas.

Em contrapartida, a branquidade dificilmente tem os seus privilégios e a sua noção de sujeito contestada, assim, as suas necessidades estão sempre sendo vistas, acolhidas e atendidas pela história, cultura e sociedade. Cida Bento, reflete que “o outro lado dessa moeda é o investimento na construção de um imaginário extremamente negativo sobre o negro, que solapa sua identidade racial, danifica a sua autoestima, culpa-o pela discriminação que sofre” (BENTO, 2014, p.26). Dessa maneira há um fortalecimento de uma construção psíquica coletiva, que enquanto transmissão cultural se utiliza do cotidiano para reinventar a ficção racial e fazer a manutenção de uma sociedade cis-heteropatriarcal[5].

Nesse sentido, o problema norteador da pesquisa são os efeitos do racismo genderizado produzido no cotidiano, que atualizam sequelas nocivas aos processos de subjetivação das mulheres negras por remeterem ao trauma colonial. O termo racismo genderizado, proposto pela psicóloga e artista Grada Kilomba (2019a), vem da sua análise em relação ao duplo fardo das mulheres negras, quando este advém de aspectos do racismo e também do sexismo. A discussão sobre quem vem primeiro raça ou gênero analiticamente não comporta em dicotomia, mas sim uma unicidade, pois, ao compreender que “o racismo interage com outras ideologias” (KILOMBA, 2019a, p. 99), percebemos que seu impacto não é algo quantitativo. Kilomba nos oferece uma compreensão maior de como esses dois aspectos influenciam nos processos de identidade, a autora reforça que “para reconhecer a realidade das mulheres negras, temos de distinguir os entrelaçamentos de “raça” e gênero em estruturas de identificação.” (KILOMBA, 2019a, p.101). Assim, observando os processos de identidades criadas através da fantasia colonial, é possível perceber como as mulheres negras, em sua grande maioria, são atravessadas por relações de subalternidades.

O racismo e sexismo para Lélia Gonzalez (1984), também traz a leitura do trauma colonial como um fator de violência física, social e principalmente psíquico. Para a intelectual, o racismo se configura como um sintoma e se configura como uma “neurose cultural brasileira” (GONZALEZ, 2020, p.76), que muito bem arquitetado com o sexismo produz efeitos essencialistas a mulher negra, Lélia analisa:

> A mulher negra naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio

[5] O termo cis-heteropatriarcal diz sobre um sistema de privilégio sociopolítico dos corpos, onde: "cis" se refere as pessoas cisgêneros, aquelas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascer em razão de seu sexo biológico; e o termo "heteropatriarcal" que fala a respeito da heterossexualidade como uma norma social, onde os homens exercem a sua supremacia.

> e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados (GONZALEZ, 2020, p.78).

Essas representações sociais e linguísticas foram construídas na lógica de uma sociedade brasileira branca que odeia a sua história, segundo Beatriz Nascimento (2021) a história do negro do Brasil é uma história fragmentada; e a história da mulher negra até hoje nos é imposta como um aprisionamento, onde se espera que ela seja a mulata, enaltecida no carnaval, ou a doméstica que nasceu para servir. Em ambas, a figura da mulher negra que aguenta tudo, que tem força para tudo, ganha o adjetivo de "guerreira", mesmo essa não sendo autorizada a nada em uma guerra em que ela nunca se beneficiou (GONZALEZ, 1984). Criar linguagens é uma maneira de estabelecer novos espaços sociais de existência, uma forma de sustentar o mundo, talvez por isso o projeto da Pauta Preta Livre do FEMNegras//RJ, seja esse lugar de criação de novas possibilidades de linguagens. A Pauta Preta Livre reúne mulheres negras que mobilizam as suas formas de sentido, já que são elas que vivenciam as dores e as alegrias de uma realidade que as desafia a todo instante. Movimentar as suas falas de forma pública é uma tática de produção de conhecimento, e por isso uma abertura de linguagens na representação de si e dos movimentos de mulheres negras na sociedade brasileira.

A necessidade de reconhecer a realidade das mulheres negras do FEMNegras/RJ, passa por esse lugar de percepção de como os seus corpos e psiques esbarram o tempo todo em um discurso de sociedade brasileira irracional e neurotizante, condições essas que são explicadas ao longo desse trabalho. O sentido de trauma ao qual me debruço é o desenvolvido por Grada Kilomba (2019a), através de uma releitura contemporânea dos estudos de Frantz Fanon; a autora revela a capacidade imediatista onde, "o passado se torna presente e o presente passado" (KILOMBA, 2019a. p. 158), tudo isso através da encenação de práxis racistas no cotidiano, e esse mesmo racismo remonta um colonialismo de morte física e simbólica.

Dessa forma, o trauma, enquanto ferida psíquica, é instaurado pelo colonialismo, essa máquina de dominação que instrumentalizou e instrumentaliza a escravização de pessoas negras, fazendo-as acessar camadas intensas de sofrimento, ao qual assumem consequências intersubjetivas severas e duradouras (QUIJANO, 2009). A ideia de uma "colonialidade colapsante[6]" (LIMA, 2020a, p. 84), agrega a compreensão

[6] A colonialidade colapsante encontrada no texto *Trauma, colonialidade e a sociogenia em Frantz Fanon: os estudos da subjetividade na encruzilhada* (2020) da antropóloga Fátima Lima, diz respeito as "reatualizações contemporâneas no âmbito do que podemos chamar de um capitalismo neoliberal marcado, cada vez mais, por violências, novas formas de apartheid, extermínios, por processos bio-necropolíticos que atravessam e se somam a outros diagramas de poder produzindo um terror contemporâneo e, consequentemente, um contra-terror." (LIMA, 2020. p.85).

do que Fanon (2018, p. 26), chamou de “zona de não ser”, um lugar inexistente onde pessoas negras não são autorizadas a desejar, ou seja, a ter suas próprias pulsões de vida e de morte. É esse prazer pela ausência de sujeitos/as negros/as que acompanha a sociedade branca até os dias atuais, tornando as subjetividades das comunidades negras profundamente adoecidas.

No entanto, a capacidade desejante existe mesmo quando não é autorizada, as potencialidades singulares que compõem a vida subjetiva deságuam no mundo e convocam a construção da vida social, e essa por sua vez solicita a modulações pessoais. Os movimentos políticos de mulheres negras fazem parte do campo da teimosia do desejo que anseia o reconhecimento legítimo de habitar a nação, e por isso produzem forças contrárias ao sistema racista instaurado no mundo. A positivação da negritude está intimamente dentro desse processo, pois é habitando a diferença e negando a universalidade, que é sempre branca, que saídas começam a ser possíveis para sustentar o “eu” do sujeito negro. Segundo Carlos Moore (2010), no seu texto intitulado “Negro sou, negro ficarei!” que compõe o prefácio do livro *Discurso sobre a negritude* de Aimé Césaire: “emergida do fundo da mais traumática e singular experiência de exclusão já imposta a uma coletividade humana, a Negritude é uma arma de libertação individual e de emancipação comunitária (...)” (MOORE, 2010. p. 38).

A necessidade de destacar a mulher negra, de um todo resultante negro que assume um linguajar masculino, tem o intuito de descortinar a extensão do problema racial e oferecer possibilidades de mudanças interseccionais. O debate do racismo genderizado não propõe uma cisão, nem coloca homens e mulheres racializados em lutas opostas, mas cria pontes onde cada uma dentro das suas experiências identitárias possam olhar para o seu “eu” despersonalizado pela branquidade, e pensar seus movimentos de fuga e ressignificação. Frantz Fanon em *Pele negra e Máscaras brancas* oferece uma interpretação masculina da experiência do racismo, assumindo um linguajar que centraliza o homem negro como molde para disseminar seus questionamentos. Apesar da extrema relevância dos escritos de Fanon, a abertura da lente de gênero se mostra indispensável na disputa epistemológica negra, e é o que Grada Kilomba nos oferece em seu livro *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano* (2019), uma visão fanoniana das mulheres negras.

O racismo e o sexismo, culminam na experiência do racismo genderizado. É a memória social e simbólica da *plantation*, um sistema de escravização baseado na plantação de latifúndios e monoculturas que estabeleciam uma estrutura senhor/proprietário e escravizado/objeto. A branquidade, ou seja, o senhor/proprietário,

colocou e coloca a ideia de liberdade e de democracia como um falso artigo na história da realidade brasileira. A branquidade nada mais é do que espaços de força e privilégios que estão dentro de um sistema de poder, concebido com superioridade e se considerando como um padrão normativo único de “ideal de eu” e de ser humano (CARDOSO, 2010). Sendo assim, ao que parece não interessa a ideia de direitos autenticamente coletivos, mas sim apenas para um coletivo branco.

O contato com o mundo branco é a porta de entrada para um cubo de espelhos que projeta para todos os lados uma brancura narcísica[7]. Assim como Cida Bento (2014) e Grada Kilomba (2019) vão trabalhar a noção de narcisismo para pensar a branquidade intocável, essa que sustenta as desigualdades raciais no Brasil. Grada em sua performance denominada “Desobediências Poéticas”, ainda amplia a lente racial e subjetiva, quando interpela uma das teorias canônicas da psicanálise, por exemplo o complexo de édipo, a partir do campo das relações raciais e hierárquicas da sociedade. Essas discussões serão aprofundadas no segundo capítulo.

Outra ideia que se agrega as discussões aqui colocadas é a dimensão sociológica dos traumas coloniais, cujas cenas de racismo quando analisadas através da lente da sociogênese, acessam aspectos coletivos importantes, como sintetiza Renato Nogueira na apresentação do livro *Alienação e Liberdade* (2020) de Frantz Fanon: “pois tratam de subjetividade, identidade, processos de identificação e cultura” (p.15). Essa dimensão sociogênica “está na base da nossa formação subjetiva” (NOGUERA, 2020, p.17), adentrando as nossas internalizações por meio da socialização primária na infância com nossos familiares, como também, de nossa socialização secundária, como a escola, o trabalho e outras relações interpessoais. Tudo está interligado e poluindo a autoestima da população negra. Fanon (2020) em seu pensamento desenvolve um entendimento de psicopatologia quando se refere a colonização, sendo esse um “envenenamento político” perfeitamente denominado por Renato Noguera com uma “intoxicação psíquica” (NOGUERA, 2020, p.16).

Diante desses aportes teóricos que embasam alguns embates da vida subjetiva atrelada ao racismo e ao sexismo, as mulheres negras além das afecções do racismo cotidiano, precisam lidar com engenhosas armadilhas da branquidade que se personalizam na forma de poder do Estado, reatualizam e se retroalimentam através, por exemplo, do racismo estrutural e institucional.

---

[7] A brancura narcísica como apresenta Grada Kilomba em sua exposição "Narciso e Eco", fala sobre a hegemonia branca do mundo. “Narcisista é essa sociedade branca patriarcal na qual todos nós vivemos, que é fixada em si própria e na reprodução da sua própria imagem, tornando todos os outros invisíveis” (KILOMBA, 2019. p. 13).

A reiteração da ferida do trauma colonial na memória, em constante presença, acarreta afecções psíquicas no seu processo de identificação e experiências emocionais que podem ser adoecedoras, refletindo diretamente na sua estrutura de autoestima, internalizações de complexos de inferioridade de si, frustrações e angústias que comprometem a saúde mental. Por outro lado, outra maneira de experienciar e responder a essas violências se dá através da militância política, sendo um meio de recuperar sua autoestima, reafirmar sua existência e falar do seu lugar (SOUZA, 1983). São essas possibilidades de respostas das mulheres negras militantes a toda essa reencenação da violência colonial, que fazem parte desta dissertação.

Trajetórias Metodológicas: a experiência encarnada no fazer pesquisa

Para essa investigação trago conceitos centrais de autores que serão importantes para o desenvolvimento da pesquisa. Sendo este um trabalho produzido para refletir a experiência de mulheres negras militantes, bem como, as teorias intelectuais e acadêmicas construídas por elas, entende-se aqui uma metodologia que dialoga com a experiência de vida na prática, promovendo a sustentação e a criação de epistemologias teórica emancipadoras. bell hooks traz um sentido que pensa as "interações entre pedagogias anticolonialistas, crítica e feministas, cada uma das quais ilumina as outras" (hooks, 2017, p.20). Isso quer dizer, dentre tantas coisas que se fazem importantes nesse tipo de estudo, a metodologia também se faz ao longo do trabalho, visto que o campo e a teoria vão interagir e reorientar a pesquisa.

Como a riqueza de um trabalho artesanal, bell hooks (1952) nos alerta para o reconhecimento das mulheres negras que constroem e sustentam a história com as próprias mãos. São elas que sofreram com o silenciamento das suas ideias, opiniões e dos seus anseios, sendo arremessadas ao anonimato. Essa proposta de metodologia evoca o FEMNegras/RJ como um lugar de legado de luta e celebração de vida, a importância de analisar essas falas é dar o protagonismo a esse lugar que promove mudanças políticas importantes para cada sujeita(o), onde a vida negra está comprometida. A feitura das mulheres negras militantes atravessa em diversos sentidos suas formas de estar no mundo, hooks no texto *Heranças estéticas: a história feita à mão*, se debruça sobre o sentido de tecer colchas para as mulheres negras e de como esse fazer era a própria vida sendo desenhada: "essas colchas eram mapas que traçavam o curso da nossa vida. Eram a própria história, assim como a vida sendo vivida" (hooks, 2019. p.241). Entendo assim, a vida do FEMNegras/RJ como um mapa

que vem sendo construído há décadas, uma herança que está na sociedade brasileira e que precisa ser reafirmada como uma identidade simbólica na história.

O compromisso com uma metodologia que convoca a teoria e a experiência de vida, ambas implicadas na construção de saberes centrada em sujeitas, se fundamenta também no conceito de pesquisa *study up*, onde a pesquisadora investiga o seu próprio grupo social, fortalecendo as relações não hierárquicas e favorecendo o envolvimento com a problemática (KILOMBA, 2019a).

A princípio é importante colocar alguns limites, pensando nas projeções das análises futuras. É essencial delimitar que o paradigma metodológico será o interpretativo, onde as percepções das sujeitas serão levadas em consideração, principalmente enquanto coletivo. A visão de mundo dotada de experiência, a compreensão de vários fenômenos e da atuação na modulação das condições de vida das mulheres negras deverão e serão cruciais para a observação. A escrevivência[8] dessas mulheres negras é uma experiência coletiva sobre habitar um corpo negro e gerar sentidos fundantes que envolvem não só a subjetividade negra, mas também o local de nacionalidade (EVARISTO, 2020. p. 31).

Por questões de abrangência e extensão de territorialidade, o núcleo do FEMNegras/RJ que será analisado aqui será o da capital do Rio de Janeiro. Uma forma de acompanhar as atividades e ações do FEMNegras/RJ, mesmo durante a pandemia da Covid-19 que se iniciou em março/2020, obedecendo as medidas de segurança de distanciamento, foi optar pelo trabalho de campo observacional *online* (via plataformas digitais: Google Meet e Zoom) e pelas *lives* nas redes sociais oficiais do FEMNegras/RJ no Facebook.

É de conhecimento das integrantes que venho acompanhando as reuniões de organização e as partilhas de diálogos, não só como integrante, mas também como pesquisadora. As reuniões do coletivo são divulgadas com antecedência no grupo de *WhatsApp* do FEMNegras/RJ, ao qual fazem parte atualmente 205 participantes. Com o objetivo de entender a dinâmica de funcionamento, movimentação e engajamento dessa rede de comunidade genuinamente implicada, anotações foram realizadas e arquivadas para a construção das análises dessa pesquisa.

O ambiente virtual, ainda que bastante útil para certos trabalhos de campo, mostra-se para essa pesquisa alguns desafios. Por exemplo, perde-se muito em pontos como interação e análise corporal, visto que algumas participantes podem estar com

[8] Termo desenvolvido por Conceição Evaristo em 1996.

suas câmeras fechadas e de alguma forma não acessam estímulos que presencialmente poderiam ser articulados a linguagens não verbais. Com esse tipo de dinâmica parece mais viável focar como pontos de atenção às falas das participantes, que se dispõem a exercer a sua fala e ter o seu momento de exposição de ideias e opiniões. A convergência das pautas são elementos que mobilizam a vida política das integrantes na coletividade, no entanto, as divergências também são caminhos de experienciar a construção das pautas valorizando as diversas experiências das vidas políticas femininas negras. Os diálogos estabelecidos entre os dissensos se dão em espaços de entendimento e busca pelo bem comum, ou seja, para o fortalecimento do próprio FEMNegras/RJ.

Nas reuniões as formas de interações das mulheres negras nos debates ocorrem por meio de inscrições de seus nomes pelo *chat*, espaço de comentário disponível em todas as plataformas *onlines*. Diante da necessidade de incluir-se no ambiente digital, algumas participantes apresentam dificuldades, sejam para: acessar a sala *online*, acionar ou desligar seus microfones e/ou câmeras, ou para comentar no *chat.* No entanto, esse tipo de desconhecimento com o novo por vezes é rapidamente resolvido, já que elas trocam orientações entre si.

Questões pertinentes como a falta de um aparelho eletrônico (celular, computador, tablet etc.) adequado para a participação nas atividades, como também, a falta de acesso a uma rede de internet de qualidade, são pontos de implicações importantes que dizem respeito a intersecção entre raça, gênero, classe e território; e o resultado dessas opressões determina a quem tem acesso à informação e comunicação, direitos esses que são básicos e de relevância vital em tempos de pandemia da Covid-19.

Por ser essa uma pesquisa de caráter qualitativas foram utilizados métodos de observação não-participante e de entrevistas para a coletas de dados. O procedimento de análise dos dados se fez através do processo de interpretação teórica relacionada a temática. Entrevistas individuais foram realizadas com oito mulheres autodeclaradas negras, responsáveis pela administração da organização do projeto da “Pauta Preta Livre”. As entrevistadas fazem esse canal de comunicação acontecer semanalmente, onde se dividem entre a construções dos assuntos, a curadoria, divulgação das participantes, a apresentação e a técnica. A aproximação com as interlocutoras se deu através do ambiente virtual, sendo esse convite prontamente aceito por todas. O roteiro de entrevistas semiestruturadas foi composto por cinco perguntas abertas, que se encontram anexadas no final do trabalho.

Os processos de observação e de entrevistas compõem todo o escopo do trabalho, bem como, as discussões teóricas se atrelam às memórias e vivências, ou seja, espera-se refletir processos de potências de vida do FEMNegras/RJ a partir da resposta ao racismo genderizado.

Os procedimentos de planejamento das entrevistas *online* seguiram a utilização de uma estruturação prévia de um questionário guia, de domínio da pesquisadora. Um ambiente tranquilo e sem muitas interferências foi orientado às entrevistadas, para melhor condução das entrevistas que foram gravadas em áudio. O processo de transcrição foi realizado pela própria pesquisadora, e os resultados foram discutidos em conjunto com a orientadora. Vale salientar que o presente estudo garante a segurança e os direitos de confidencialidade das informações prestadas e o consentimento livre e esclarecido das entrevistadas, com objetivo de preservar as informações sensíveis fornecidas pelas participantes.

O Fórum Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro: reexistências Negras

A organização de mulheres negras, em forma de reexistência e luta, existe desde os tempos mórbidos da escravização. No Brasil, em meados da década de 1970, a força de formulações de conhecimentos teóricos acerca do movimento de mulheres negras cresceu, permitindo um espaço político a essas mulheres na sociedade. Com a necessidade de erguer a voz e de se impor enquanto sujeito político autônomo, as mulheres negras exigiram que as suas problemáticas fossem ouvidas. Apresenta-se assim, um caminho importante a percorrer na busca pela emancipação de seus corpos e mentes (GOMES, 2017); corpos que foram regulados por um processo histórico colonial, racista e patriarcal, que fez a mulher negra, até os dias atuais, ocupar a base da pirâmide social, ou seja, ser cristalizada nas relações de poder e na falta de ascensão social.

Busca-se materializar e dar vida aos discursos de luta e emancipação do Fórum Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro (FEMNegras/RJ), que consiste em um espaço de articulação e debate político, com o objetivo de fortalecer e dar visibilidade às causas e reivindicações das mulheres negras organizadas em diversos espaços da cidade. Atuando em um processo de transformação e justiça social, o FEMNegras/RJ empenha-se em promover intervenções de caráter político-educativo, dando notoriedade às lutas, as dores e as persistências cotidianas das mulheres negras.

Em uma busca rápida no dicionário encontra-se o significado de um fórum como um lugar de debates públicos, um espaço de acolhimentos de demandas de um grupo.

Esse é o lugar que as mulheres negras elegem como seu, para impulsionar o seu próprio movimento negro. O FEMNegras/RJ é uma instituição sem fins lucrativos que foi criada nos anos 1980, por mulheres negras que já militavam no Movimento Negro Unificado. Elas almejam trabalhar as suas demandas e reivindicar politicamente os seus próprios direitos e da comunidade negra dentro da sociedade.

Atualmente, o FEMNegras/RJ possui uma coordenação ampliada, com o objetivo de dar horizontalidade às decisões enquanto coletivo, e por isso também não possui uma diretoria centralizada. A coordenação ampliada é composta por 45 mulheres que correspondem aos municípios: Rio de Janeiro, Magé, Guapimirim, Duque de Caxias, Mesquita, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Niterói, Itaboraí, Maricá, Petrópolis, Santo Antônio de Pádua, Queimados, Nilópolis, São João, Campos e Miracema. Uma possível ampliação dessa coordenação vem sendo planejada para as mais localidades, como: Belford Roxo, Angra dos Reis, Paraty, Volta Redonda, São Pedro da Aldeia e Cabo Frio.

Com suas ações regionalizadas, se torna difícil mapear o alcance e a totalidade de mulheres negras que fazem parte do FEMNegras/RJ. As formas de participar e adentrar ao movimento não passam por nenhum processo de burocratização, basta apenas se disponibilizar em participar das atividades, debater as temáticas e construir mudanças em seu território.

Olhando para o passado e reverenciando a história, há um período de luta que antecede a criação do FEMNegras/RJ. Em 1950, as mulheres negras no Rio de Janeiro, inseridas no Concelho Nacional de Mulheres Negras do Teatro Experimental do Negro (TEN), organizaram o Encontro Nacional de Mulheres Negras. Em 1983, no estado do Rio de Janeiro e pelas mãos das mulheres negras acontece o 1° Encontro de Mulheres Negras, formado pelo Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro (GMN/RJ), coordenado por Adélia Azevedo, Joselina da Silva, Abigail Páscoal, Mary Isabel, entre outras ativistas e intelectuais negras (SILVA, 2020).

É por meio das vivências e falas da professora Dra. Joselina da Silva em uma das conferências no FEMN/RJ, em parceria com o Fórum Permanente de Diálogo da ALERJ, que as reflexões constitutivas que antecedem a criação do FEMN/RJ são rememoradas enquanto saber e firmamento do movimento de mulheres.[9]

Seguindo uma breve linha do tempo, um marco importante para a organização das mulheres negras, acontece em 1987, em Moquetá (Nova Iguaçu): o Encontro Estadual de Mulheres Negras. Esse encontro foi realizado pela primeira vez no Brasil

[9] Conferência disponível em: https://www.facebook.com/1003630546328952/videos/703802563594231 . Acesso em: 30/11/2020.

apenas com a participação de mulheres negras, sendo homens negros (movimento negro) e mulheres brancas (movimentos feministas) proibidos de participar; o que representa a necessidade dessas mulheres em serem autônomas em suas implicações políticas. Esse encontro estadual acontece fora da capital com perspectivas de avançar e impulsionar as redes de mulheres negras por todo estado do Rio de Janeiro, pensando também na organização do primeiro 1° Encontro Nacional de Mulheres Negras que aconteceria em 1988, em Valença (SILVA, 2020).

Com tantas décadas de história, de luta e conhecimento vivo em movimento, o FEMNegras/RJ (re)existe para além daquilo que se pode ver. Os corpos que compõem essa caminhada são diversos e unidos, sentem a necessidade da aproximação como forma de força e proteção, e assim o fazem. São essas mulheres negras: de favela, periferia, quilombolas, refugiadas, indígenas, profissionais de saúde, da assistência social, professoras, acadêmicas, empregadas domésticas, empreendedoras, ambulantes, mães, lésbicas, bissexuais, transexuais, jovens, adultas, idosas, enfim, com todas as multiplicidades de ser mulher e negra.

O movimento de mulheres negras é responsável por gerar, manter e ensinar comunidades inteiras, por isso, a urgência de manutenção da vida como princípio de futuro. São delas os gritos fortes pelo fim do genocídio do povo negro, como também são delas os gritos fortes pelo início de estruturas antirracistas de liberdade. Se a branquidade ainda olha para nós mulheres negras como subalternas fortalecendo as imagens de controle (COLLINS, 2019), é na persistência racial que esse discurso não se sustenta, pois, o quilombo como lugar de acolhimento já foi descoberto por elas na nossa atualidade. Insistir em um movimento político como uma persistência negra feminina é ver no acesso aos direitos a manutenção de emoções e afetos sobre si e sobre os seus, segundo bell hooks “amar a negritude como resistência política transforma nossas formas de ver e ser e, portanto, cria as condições necessárias para que nos movamos contra as forças de dominação e morte que tomam as vidas negras” (hooks, 2019b. p. 63).

Pensando exatamente nesse lugar da persistência das mulheres negras e nas suas formas de atuar, que ao longo deste trabalho as falas e os sentidos produzidos pelo FEMNegras/RJ serão articulados com os processos de trauma colonial arraigado na sociedade. Falar das dores, mas falar também das ressignificações que as fortalecem, é o que faz valer também todo o caminho.

Nesse movimento inicial de acompanhar de forma *online* as atividades do FEMNegras/RJ, destaco algumas ações que foram imprescindíveis nas análises que

desenvolvi sobre as práticas militantes do movimento de mulheres negras como respostas a violência do trauma colonial. É importante saber que o FEMNegras/RJ possui outras atividades além dessas aqui brevemente esmiuçadas; o critério de escolha se deu pela grande capacidade de alcance dessas atividades com as mulheres negras, como também, pelo período estipulado para a conclusão deste curso de mestrado.

Como ponto de partida vale salientar o contexto político atual, onde as reflexões deste trabalho irão se desenvolver. Com características de extrema direita, o governo brasileiro em exercício desvaloriza a luta das mulheres negras, propõem cortes em áreas essenciais à manutenção da vida, ou seja, a garantia dos direitos humanos. Fortalecendo ideologias genocidas e racistas, posturas meritocráticas, privatizações, armamento e reduções dos direitos trabalhistas e previdenciários, são projetos em ação que tendem a desencadear sofrimento psíquico em toda a sociedade, no entanto, é notório que as comunidades negras e indígenas são profundamente as mais atingidas. Em tempos de pandemia esperasse responsabilidade governamental para assegurar a vida, mas o que se experimenta no Brasil é uma política de fome, miséria e morte, onde se amofina a vida mental e física.

O FEMNegras/RJ e a pandemia da Covid-19

A intersecção entre raça e gênero apresenta implicações mais complexas à medida que os contextos sociais, dentro da sua dinâmica colonial e consequentemente capitalista, vão se modificando.

A crise sanitária que a pandemia da Covid-19 descortinou, colocou nas ruas das comunidades negras de maneira escancarada uma maquinaria desumanizante. Sendo as famílias das populações negras as que mais sofrem vulnerabilidade em relação à moradia, saúde, alimentação, trabalho, educação, dentre tantas outras faltas que o Estado inviabiliza, o racismo mais uma vez veio atualizar o seu modo asfixiante.

As mulheres negras são atingidas pela pandemia de uma forma perversa, onde os seus corpos muitas vezes não são cogitados para serem protegidos. São as empregadas domésticas que continuam sendo reféns, ensaiando uma escravização moderna pela branquidade. São as mulheres negras que estão longe de suas famílias, dos cuidados com os seus, para que possam de alguma maneira oferecer sustento financeiro para além de R$ 600,00 reais de auxílio emergencial, valor que não dá conta de suas despesas, isso quando são elas as beneficiárias.

Falar da Covid-19 é perceber que o desprezo político pela respiração do povo negro e pobre ecoa; é saber que o Sistema Único de Saúde (SUS) resiste para manter a sua função democrática de cuidado. O SUS enquanto um sistema de saúde público, que mesmo sendo desvalorizado pelo atual governo neoliberal, é o único dispositivo capaz de salvar vidas, especificamente as vidas pretas e pobres por meio da assistência baseada na igualdade, equidade e integralidade. O FEMNegras/RJ está atento às redes de cuidados nas periferias e favelas, dialogando com entidades de caráter público e privado em busca de proteção para que sua comunidade possa minimamente respirar. Doações de cestas básicas, materiais de higiene e medicamentos para as comunidades negras, são ações rotineiras e articuladas desde a sua concepção até a distribuição por esse coletivo, o que salienta a responsabilidade pela vida humana preta como fator chave desenvolvido no cerne do FEMNegras/RJ.

As mãos negras dessa organização política fizeram das suas redes sociais e de seu lugar de representatividade no Fórum Permanente de Diálogo na ALERJ, um lugar de denúncia e de cobranças de medidas urgentes de amparo social. Cotidianamente e insistente em suas pautas, elaborações, e articulações coletivas, o FEMNegras/RJ mostra-se por vezes ser o lugar onde se pode pausar para oxigenar, arquitetar possibilidades de movimento e depois seguir.

As consequências da Covid-19 são devastadoras e incontáveis. Criar formas de alcançar espaços abertos de diálogos, onde redes de apoio pudessem ser estabelecidas e a conscientização dos problemas e desafios pudessem ser trabalhadas, fazem parte também da criação do projeto Pauta Preta e da Pauta Preta Livre.

A Pauta é um espaço democrático que acontece nas redes *online* do FEMNegras/RJ. Com incidências diferentes, a organização da Pauta se dá por dois momentos: o primeiro é uma Pauta Preta Livre, onde somente mulheres negras podem participar e obter o microfone aberto para fazer as colocações que desejarem, potencializando suas vozes e fazendo delas conexões. Essa é uma maneira de instrumentalizar os discursos de reinvindicação política, como também, é a oportunidade de criar espaços de acolhimentos de demandas socialmente sensíveis. O outro momento é Pauta Preta que assume campanhas e projetos específicos, e que pode ser aberta para todos, homens e mulheres. Vale ressaltar que a participação dos homens se fez de grande importância e impacto, especialmente, na campanha “Violência contra mulher é crime”, onde eles foram convidados a debater as problemáticas das opressões de raça e gênero, reconhecendo o seu lugar de dentro da

pauta e no processo de mudança. É nessa campanha que a Pauta Preta surge e se consolida como um canal de comunicação com a sociedade.

A campanha “Violência contra a mulher é crime”, surgiu a partir da necessidade de olhar para as realidades das mulheres negras e pobres, recorte esse que muitas vezes não é levado em consideração ou é visto como desimportante pelo movimento feminista branco. Entender as especificidades das interseccionalidades de raça, gênero, classe e território, principalmente em tempos de pandemia, é um ato decisivo para que se possa agir contra as naturalizações de violências sociais e psíquicas.

A Campanha “Violência contra a Mulher é crime” esteve relacionada às medidas de segurança do vírus da Covid-19, como o isolamento social ou melhor dizendo, o ato de ficar em casa, trouxe dados alarmantes no que se refere a segurança das mulheres. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em junho de 2020, publicou que os registros de feminicídio e homicídios cresceram no início da pandemia 22,2% e 6% respectivamente. Já as denúncias na delegacia da mulher aumentaram 34%, entre março e abril de 2020. Esse breve panorama nos alerta que para algumas mulheres permanecer em seu lar pode ser tão nocivo quando estar exposto ao vírus da Covid-19.

Sendo as mulheres negras historicamente e socialmente as mais expostas a violência, a intersecção de raça e de gênero é importante para refletir as negligências do Estado em suas medidas protetivas. Agindo em favor do fortalecimento das mulheres, em prol de incluir os homens nessa temática e na responsabilização, bem como, cobrar das autoridades públicas ações efetivas de seguridade, o FEMNegras/RJ promove a campanha “Violência contra a mulher é crime”, em suas redes de comunicação virtual. A criação de chamadas midiáticas e de *lives* foram desenvolvidas entre maio e julho de 2020, pensando os desafios para as mulheres em situação de violência, interpelando outras áreas de cuidado, como: rede de apoio social e familiar, saúde física e psicológica, questões de trabalho e manutenção financeira, entre outras.

A VI Marcha (virtual) das Mulheres Negras do Rio de Janeiro – O Dia da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha e o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, são os marcos escolhidos pelo FEMNegras/RJ para celebrar as potencialidades de vida e erguer um grito coletivo contra o racismo genderizado. A VI edição da Marcha das Mulheres Negras, aconteceu no dia 26 de julho de 2020, com o tema “Mulheres Negras: resistência é nosso nome! Seguimos em marcha contra o racismo, pela saúde e pela vida!”.

Em decorrência da pandemia da Covid-19, a marcha aconteceu de maneira virtual com uma programação atrativa ao longo de todo o dia, envolvendo as

participações das mulheres negras trazendo as suas belezas, falas, cantos, poesias, suas famílias, seus trabalhos, enfim, a sua mensagem de celebração e ativismo. Um evento que mesmo com a distância dos corpos físicos e sem a presença das suas marchas nas ruas, estavam partilhando e ocupando o mundo de acordo com as suas novas formas de interagir. Através da página do FEMNegras/RJ no Facebook e no Instagram, pode se acompanhar como o movimento de mulheres negras é construído pela sua pluralidade, acolhendo as mulheres negras existentes em todos os segmentos da sociedade.

A marcha enquanto um instrumento de transformação histórica, carrega dentre tantos sentidos o de legitimação do ativismo do passado, do presente e do futuro das mulheres negras. E por isso a sua importância em se readaptar e reinventar em tempos difíceis. A primeira grande marcha das mulheres negras aconteceu em 2015 em Brasília, sendo uma convocação para o movimento de mulheres negras de todos os estados brasileiros. O FEMNegras/RJ, assim como outros movimentos de militância negra seguem com o ato anualmente, sendo um dos maiores momentos de mobilização, enquanto corpo, voz e apropriação política.

O campo político, enquanto espaço de poder heteronormativo[10], possui como legado perpetuar articulações e facetas sociais e econômicas que beneficiem a branquitude. O FEMNegras/RJ, desde 2016, vem buscando promover ações de engajamento como “Meu voto, minha vez”, pensando um poder público voltado para a população negra, que como maioria da sociedade brasileira, precisa ter representatividade parlamentar: municipal, estadual e federal. Nas eleições de 2018 o movimento “Voto nas pretas”, sustentou o mesmo posicionamento nas disputas para o setor no legislativo. Em 2020, as campanhas eleitorais tiveram um foco novamente nas candidatas negras, buscando dar mais visibilidade às propostas, bem como, estabelecendo formas seguras para sua exposição, visto que, ameaças a mulheres negras que tentam e que compõem a cena política têm sido algo recorrente.

A Campanha “Eu Voto nas Pretas” 2020 – O movimento de mulheres negras, antes de tudo, é um movimento político. A campanha “Eu voto nas pretas” é uma iniciativa apartidária e suprapartidária, que a partir de desdobramentos de campanhas anteriores toma fôlego dentro de um cenário político brasileiro crítico, em meio a uma pandemia que escancara e alarga violências e desigualdades, já existentes na vida das mulheres negras e nas condições de vida das populações vulneráveis. Apoiar

[10] A heteronormatividade se refere ao sistema de poder onde a organização e a ordem social são instituídas em aspectos normativos da heterossexualidade, privilegiando principalmente homens brancos.

candidaturas de mulheres negras nas eleições municipais de 2020 significou a possibilidade de ter uma representatividade coletiva enegrecida, que pense nas dificuldades e necessidades das populações marginalizadas pela necropolítica, principalmente em um ambiente extremamente heteropatriarcal.

No entanto, sabe-se bem que a representatividade não nos protege e para além de votar em uma preta, se faz necessário saber o seu projeto de campanha política. O FEMNegras/RJ utilizou de suas redes sociais (Facebook e Instagram), para apresentar as candidatas negras e para promover o debate de suas ideias e propostas. Em tempos de governo de extrema direita, a importância de fomentar políticas igualitárias e de direito ao bem viver de todos, especificamente da população negra que precisa ser ratificada sempre nos espaços do poder público. Assim, um documento foi criado pelo FEMNegras/RJ para salientar o seu incentivo às candidatas negras e as suas lutas urgentes. O FEMNegras/RJ possui um espaço importante dentro da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), sendo esse coletivo um dos agentes na construção de diálogo entre as problemáticas do povo preto e a resolutividade por meios dos acessos legais do Estado. Impulsionar formações e letramentos sobre as pautas que provocam profundos atravessamentos raciais e de gênero é um dos objetivos que não só modifica o próprio FEMNegras/RJ, mas sobretudo todo o colegiado parlamentar que se dispõem a construir pela via da coletividade negra.

O Fórum Permanente de Diálogo de Mulheres Negras Marielle Franco - A partir de sua história o FEMNegras/RJ tem seu poder de articulação política, construído através de um passado de luta, onde se fortalece o presente. É refletindo a filosofia da sankofa que também se pode compreender como o movimento de mulheres negras chega à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. É olhando para as mais velhas, para a história, bem como, para o projeto de sociedade que as mulheres negras lutaram para construir, que o FEMNegras/RJ se atualiza. Uma conquista importante é a criação do Fórum Permanente de Diálogo de Mulheres Negras em 2017, que tem o objetivo de aproximar e representar as pautas das mulheres negras e de seus movimentos sociais ao ambiente normativo do Estado.

Esse espaço de organização política que é de direito das mulheres negras, torna-se uma possibilidade de criar narrativas de poder almejando suas mudanças efetivas. A construção coletiva se dá também através das articulações das deputadas negras eleitas que fomentam as lutas e ações parlamentares.

Em 2018, o Fórum Permanente de Diálogo ganha o nome da vereadora, socióloga e ativista Marielle Franco, como uma forma de homenagem após o seu

assassinato. Além disso, é também uma maneira de fazer presente a luta dessa mulher negra lésbica tão potente em seus processos de vida e política, ligada as reinvindicações voltadas aos direitos humanos, ao movimento das mulheres negras e das favelas da Cidade do Rio de Janeiro. A memória de Marielle segue inspirando, fortalecendo e multiplicando à vontade por justiça no FEMNegras/RJ.

Essas são algumas das atividades do FEMNegras/RJ que foram possíveis acompanhar no meu período acadêmico do mestrado, de forma remota neste tempo pandêmico e que tem a participação do espaço da Pauta Preta e da Pauta Preta Livre. Percebo que os movimentos ativistas das mulheres negras do FEMNegras /RJ se reinscrevem na vida acadêmica proporcionando as ciências, principalmente as áreas humanas e da saúde, questionamentos descolonizadores que pensam e criam a possibilidade de fuga deste mundo epistêmico racista.

Assim, a estruturação temática dos quatros capítulos dessa dissertação segue dessa maneira: no capítulo 1, nomeado “Processos de subjetivação, a ficção racial materializada e o racismo genderizado cotidiano”, apresento alguns entendimentos acerca da teoria da subjetividade, relacionados a teoria fanoninana no que se refere principalmente a clínica da sociogênese. Entendimentos sobre a racialidade como uma ideologia racista, produzida pela brancura para sustentar práticas de brutalidade e violência presente na vida dos sujeitos negros, especificamente na vida das mulheres negras; refletindo sobre racismo, sexismo e suas demais intersecções são ressaltados com o objetivo de costurar seus efeitos nos processos de subjetivação na experiência de vida feminina negra.

No capítulo 2 chamado “As mulheres negras e os traumas coloniais”, procuro trazer a conceituação e junção dos sentidos do drama (NASCIMENTO, 1989), do trauma colonial (KILOMBA, 2019a) e suas características presente no cotidiano das mulheres negras do FEMNegras/RJ, para pensar sobre a democracia racial e os mecanismos de defesa do ego, envolvidos nesse processo sintomático do ocultamento da história brasileira.

No capítulo 3 “Seja bem-vinda, a Pauta Preta Livre é sua” as narrativas das mulheres militantes do FEMNegras/RJ conceituam e articulam a história do surgimento da Pauta Preta Livre, destacando os seus desafios e contribuições para a política. As interlocutoras foram convidadas a falar sobre o racismo e suas experiências frente essa violência, tendo como objetivo de analisar seus processos de compreensão e de enfrentamento diante do evento traumático.

Por fim, o capítulo 4 apresentado como “FEMNegras/RJ: a busca pela mística quilombola” se assenta principalmente nos estudos de Beatriz Nascimento, sobre o quilombo como um continuum que se atualiza nas reinvindicações das mulheres do FEMNegras/RJ. O quilombo como uma busca pela liberdade coletividade é um componente presente na devolução do drama/trauma colonial, que permite as mulheres negras militantes atravessar a dor em busca da sua reinscrição no bem viver.

Ofertar esse trabalho junto ao Fórum Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro é uma possibilidade de fortalecer o cuidado no nosso incansável movimentar.

1 Processos de subjetivação, a ficção racial materializada e o racismo genderizado cotidiano

O encontro é o ponto de partida dessa pesquisa, refletir processos de subjetivação, racialidade, a violência racista e a mulher negra são os desejos que me envolvem nessas encruzilhadas que vão se abrindo e expandindo perguntas, em vez de me oferecerem respostas. São questionamentos que me levam ao encontro de inquietações profundas, fazendo percorrer a ideia de uma vida em outra dimensão possível e passível de sentir o mundo.

Construir processos de subjetivação deriva a princípio a ideia de um sujeito, que tem consciência ou não dos seus modos de sujeição ao se fixar como Ser. Irei me utilizar das análises fanonianas que apresentam um carácter “clínico”, de extenso exame e identificação, como também, “regressivo”, mapeando uma “explicação psicopatológica e filosófica do existir do negro” (FANON, 2008, p. 29 e 30). Esses aspectos compreendem uma teoria de subjetivação desalienante, esta que prioriza pela liberdade das estruturas mentais colonizadas onde se expressam o racismo na forma mais finda.

Para além de uma luta identitária, a teoria de Fanon é caracterizada pelo enfrentamento ao racismo como inerente à vida social. A racialização do mundo pela via da colonização determinou que, “o branco está fechado em sua brancura. O negro na sua negrura” (FANON, 2008. p. 27). Ademais das sentenças descritas para um mundo masculino, a violência racista genderizada que essa dualidade violenta branco/negro provoca, toca as mulheres negras intimamente, ainda que elas estejam ocultas nos escritos de Frantz Fanon. Por isso, a releitura necessária de Grada Kilomba voltando suas análises para um habitar de existências femininas negras é importante, já que essas mulheres quando desumanizadas são lançadas a reencenação da cena colonial, tornando-as petrificadas no marco da violência racista.

A intenção deste trabalho é desenvolver articulações sobre implicações subjetivas femininas negras militantes e o racismo, e refletir sobre a pauta racial e suas consequências na vida social da mulher negra, observando também as possibilidades de manutenção de vida existente nas comunidades negras. Pensar subjetivação, a vida racializada e o racismo genderizado é uma aposta política ética de fortalecimento de um sócio-diagnóstico, muitas vezes ignorado ao problematizar a saúde mental. É a sociogênese o principal chamado de Frantz Fanon, sustentado e expandido por Grada Kilomba, principais teóricos que tomam a psicologia e a psicanálise como uma ferramenta analítica para entendermos as dinâmicas psíquicas do mundo racista. Além

desses teóricos utilizados neste capítulo para tratar de conceitos como ser, não-ser, racismo, colonialismo, racismo genderizado e reencenação colonial, se faz necessário promover uma conversa com as intelectuais negras Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Patrícia Hill Collins e bell hooks, nomes que vão nos oferecer uma analítica feminina negra brasileira e estadunidense, mas ainda, uma postura “afro-latino-americana” (GONZALEZ, 2020. p.127).

O encontro da vida cotidiana nas narrativas que acontecem no projeto Pauta Preta no FEMNegras/RJ esbarra nesses conceitos e vice-versa, trazendo outras formas de manejar o entendimento da realidade da vida coletiva que apesar de estar posta, também possui a tessitura da mudança; e que para essa se fazer e se manter na abertura de um novo mundo é necessário o caminho para a desalienação, aqui traço um pouco desses passos.

Assim, nesse capítulo busquei examinar o que está por trás dos traumas coloniais produzidos pelas racismo genderizado cotidiano, ao qual as mulheres do FEMNegras/RJ se comprometem a denunciar. O discurso racial produzido pela branquidade se processa como uma ficção ideológica viva, por isso o termo materializado, já que seu principal traço é a violência racista. Esse mesmo traço branco racista vivo que semeia a morte negra, inseriu e continua inserindo demarcações profundas nos processos de subjetivação, não só nas vidas particulares, mas também na vida de coletivos militantes, aqui representados pelo FEMNegras/RJ. Enxergar as ligações entre essas linhas é o primeiro passo para entender como as reexistências das mulheres negras militantes se fazem nesse tempo do assombro da brutalidade (MBEMBE, 2018).

1.1 Subjetivação e sociogênese: o que o um a um tem a ver com o coletivo

Em meados de 1952 Frantz Fanon, psiquiatra martinicano, ao se debruçar sobre o processo de subjetivação que atravessam e compõem os sujeitos, propõe um pensamento de desafixar e desalienar o que se tem instituído pelo humanismo eurocêntrico positivista. Ser um homem negro e intelectual num mundo hierarquicamente dividido e violentado pela lente racial, fez com que Fanon iniciasse uma busca em “direção a um novo humanismo” (FANON, 2005. p. 25).

A impressão de um mundo branco e preto encobre relações profundas de subjetivação onde os sujeitos são enclausurados e encenam uma falsa liberdade humana, baseada no pressuposto de uma humanidade dividida especificamente em

mente e corpo, ou seja, entre os sujeitos movidos pela razão e os sujeitos destinados aos instintos indomáveis. Em seu livro *Pele negra, máscaras brancas*, traduzido para o Brasil pela primeira vez em 2008, Frantz Fanon inicia uma elaboração sócio-diagnóstica, para “esclarecer” que o problema do negro não é uma questão individual (FANON, 2008, p. 28). A dimensão individualista arquitetada de maneira eurocentrada não abre espaço para outras singularidades que não sejam o espelho do sujeito branco, daí que, habitar a zona do Ser também é um marcador fixo de juízo de valor racializado.

Em contraponto a zona do ser, Fanon faz emergir a necessidade de habitar a zona do não-ser, esta que é uma abertura para a busca profunda de si que se configura em desenvolver um olhar para os desejos e as angústias de uma maneira autêntica. O caminho para tal autenticidade pertence a todos os sujeitos, mas nem todos tem acesso a essa via de maneira livre, os sujeitos negros antes de conseguirem realizar a “descida aos verdadeiros infernos” (FANON, 2008. p.26), são arremessados de maneira dilacerante a violência das práticas racistas que desumanizam e reduzem todo e qualquer sujeito negro ao nada. A inferioridade do sujeito negro é descrita por Fanon por um duplo processo: o da epidermização e do econômico (FANON, 2008, p.28), ambos atuando de maneira multiforme na subjetivação do negro, sendo o trabalho desse sujeito se retirar da universalização clarificada do mundo que lhe oblitera.

Falando do campo mais macro da subjetividade: a saúde mental, a narrativa abaixo retirada da Pauta Preta Livre, apresenta a manifestação de uma mulher negra sobre a necessidade de ser deslocada das violências do racismo e ser restituída socialmente de sua humanidade:

> Sou cria da Cidade de Deus e na Cidade de Deus eu começo realmente a adentrar (na militância), não por escolha, mas por necessidade também, sobre o que é ser uma jovem negra, mulher dentro da favela e que estava ocupando e almejando também ocupar lugares externos na sociedade, enfim. Então ali dentro a gente observa, não só ali dentro, mas em outras favelas também do Rio de Janeiro, o quanto que a violência institucional, ela de fato atravessa cotidianamente as nossas vidas e o quanto que reivindicar para estar aqui hoje falando com vocês, mas estar aqui hoje comunicando, é uma mensagem, é um apelo, é uma denúncia... É também um lugar onde eu gostaria de no futuro poder está falando sobre bem estar, porque é fundamental, para além da resistência, para além da luta, que a gente reivindique um lugar de vida, o lugar onde a nossa saúde mental vai estar sendo colocada como centro dos debates, das agendas de políticas públicas, né! Que é algo que foi, infelizmente, não só durante a pandemia, mas durante a pandemia agravado, o descaso com a saúde mental da

> população negra, principalmente. Então falar sobre essas violências é falar também sobre a necessidade da gente reivindicar vida.[11]

Dessa fala pode se compreender que o racismo impede a sujeita negra do olhar livre para a sua existência com outras problematizações que não envolvam o racismo. É preciso antes se desinfectar das marcas da opressão racial e compreender que o destino do negro não é servir ao sujeito branco, não é clarear a si, mas sim exigir a desalienação de uma sociedade para conseguir existir em estado de bem viver. A narrativa que se inicia de maneira singular, inevitavelmente, acaba esbarrando com o coletivo, que não por acaso é formado por sujeitas negras que habitam territórios subalternizados pela lente da discriminação racial; os efeitos desses abusos conseguem ser distinguidos historicamente por um hierárquico esquema epidérmico racial de civilização. A reivindicação diz sobre um desejo de experienciar novas formas de falar sobre o próprio futuro, há um desejo de processar um não-ser, uma desfixação do significado negativo de si no olhar do outro, fora da esfera da reprodução da brutalidade do racismo colonial.

Ao compreender as noções de ser e não-ser, um segundo ponto importante para analisarmos as especificidades dos processos de subjetivação do sujeito negro proposto por Frantz Fanon é a esfera colonial. O racismo colonial opera pelo princípio da eugenia, lógica que entende a vida humana como dividida entre características genéticas e naturais que podem ser superiores ou inferiores. Essas características vão compor intimamente quem são os sujeitos que podem ou não fazer parte da vida social e instituir um sentido homogêneo de humanidade. O mundo colonial opera se assentando na dupla relação entre colonizador e colonizado, onde respectivamente o sentido de sujeito e objeto estão instituídos. Aimé Césaire fala dessa relação em 1950 no seu livro *Discurso sobre o colonialismo*:

> Entre colonizador e colonizado, só há espaço para o trabalho forçado, a intimidação, a pressão, a polícia, os impostos, o roubo, o estupro, a imposição cultural, o desprezo, a desconfiança, o necrotério, a presunção, a grosseria, as elites descerebradas, as massas aviltadas. Nenhum contato humano, porém relações de dominação e submissão que transformam o homem colonizador em peão, em capataz, em carcereiro, em açoite, e o homem em instrumento de produção. É minha vez de apresentar uma equação: colonização = coisificação. (CÉSAIRE, 2020, p. 24).

[11]Fragmento de fala de uma participante na Pauta preta livre - Racismo estrutural: legitimação das violências do Estado nos nossos corpos. Live realizada em 12 de julho de 2021. Disponível em: https://www.facebook.com/femnegras/videos/351873683016824.

Percebe-se que o colonialismo enquanto um sistema do mundo colonial e patriarcal de dominação, classifica e hierarquiza o mundo pela lente racial, instituindo o sistema de escravização dos povos ditos negros para gerar seu imenso capital. De acordo com Quijano (2005, p. 118) “a raça se converteu no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, um modo básico de classificação social universal da população mundial” (*apud* LIMA; GAMBETTA, 2020, p. 93). Raça e gênero também fazem parte desse colonialismo, fato esse que flagela a vida das mulheres negras em um nível de objetificação, tanto corporal como de representação. A ideia colonial de corpos matáveis estabelecidas sobre o corpo negro, faz com que a experiência das mulheres negras seja marcada principalmente pela violência sexual e reprodutiva; Davis afirma: “elas eram “reprodutoras” - animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar. (...) As mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas” (DAVIS, 2016, p. 19 e 20).

A objetificação e anulação dos corpos e expressões do feminino negro na sociedade têm suas manifestações nos dias atuais, uma vez que o conteúdo histórico-cultural brutal do colonialismo atravessa e se apresenta, consciente e inconsciente, nos modos de vida da modernidade. A essa vivência dá-se o nome colonialidade:

> Assim, a colonialidade do poder é um dos elementos constitutivos do padrão global do poder capitalista. Funda-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como peça central de poder e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões materiais, subjetivas e intersubjetivas da existência cotidiana em escala social (LIMA; GAMBETTA, 2020, p.92).

A narrativa diz “a violência institucional, ela de fato atravessa cotidianamente as nossas vidas”, se refere a uma vida que sofre os efeitos da colonialidade que parece ser atemporal. Se rebelar, reivindicar, sair da objetificação, da sujeição colonial interseccional é o mesmo que sair dos confins da senzala e viver a liberdade. “Uma jovem negra, mulher dentro da favela e que estava ocupando e almejando também ocupar lugares externos na sociedade”, é por meio da militância que isso se torna um caminho possível. bell hooks quando argumenta sobre o ato de “deixar de ser objeto e se transformar em sujeito” (2019a, p. 45), aponta para o ato de falar de si como um ato político, onde as mulheres negras possam se definir e serem interpretadas a partir das suas palavras. A narrativa da Pauta Preta destacada acima que diz, “então falar sobre essas violências é falar também sobre a necessidade da gente reivindicar vida”, interpela não só a necessidade de se colocar enquanto voz ativa na sociedade, mas

também uma voz com significantes que traduzam uma vida humanizada em sua inteireza, e não uma existência usurpada pela colonialidade.

Agindo sempre por meio da violência, o racismo colonial instaurado pelo sujeito branco se apropria de povos, roubando, saqueando, desmantelando outras formas de saber e de se colocar no mundo, criando uma redoma na liberdade pela via de uma civilização ocidental regida pela ética política do genocídio, principalmente da população negra. Assim, Fanon compreende que, “quando se observa em sua imediatidade o contexto colonial, verifica-se que o que retalha o mundo é antes de mais nada o fato de pertencer ou não a tal espécie, a tal raça” (FANON, 1968, p. 29).

A impossibilidade do negro de ser reconhecido como sujeito é um efeito devastador do colonialismo, já que é através do mecanismo de negação das pessoas colonizadas que se introduz a racialização universal da branquitude, termo esse que toma sistematicamente o sujeito branco como norma e lei, dotado de privilégio materiais e simbólicos em todo tecido da vida social (BENTO, 2002; CARDOSO, 2010; SCHUCMAN, 2012). Essa negação impossibilita o desenvolvimento de uma relação de transferência positiva do sujeito branco em relação ao sujeito negro, inviabilizando posturas empáticas e solidárias contra o extermínio da vida negra; vida essa, ainda que subjugada e destituída da noção positivista de sujeito (centrada na razão e no direito), elabora a sua resistência psíquica diante da violência racista colonial, induzindo o seu processo de subjetivação a sobrevivência não de um só corpo, mas um corpo-território coletivo. O negro marcado como diferente não habita a neutralidade de se definir, segundo Souza o branco é “proprietário exclusivo do lugar de referência, a partir do qual o negro será definido e se autodefinirá” (SOUZA, 1983, p. 26).

O corpo negro carrega consigo uma marca que a civilização branca impõe a tudo aquilo que considera incivilizado, esse tipo de faceta tão bem articulada não precisa se utilizar da linguagem falada, mas de maneira sutil e arrebatadora apenas pelo olhar se acessa o insuportável, o racismo. Isildinha Baptista Nogueira em sua tese *Significações do Corpo Negro* discorre sobre essa marca, problematizando as afecções que recaem sobre o sujeito negro:

> O negro, no entanto, é aquele que traz a marca do “corpo negro”, que expressa, escatologicamente, o repertório do execrável que a cultura afasta, pela negativação. Vítimas das representações sociais que investem sua aparência daqueles sentidos que são socialmente recusados, o negro se vê condenado a carregar na própria aparência a marca da inferioridade social. Para o indivíduo negro, o processo de se ver em um “nós” em relações às tipificações sociais inscritas no extremo da desejabilidade esbarra nessa marca - o corpo - que lhe interdita tal processo de identificação; ao mesmo tempo, a cultura incita-o a aderir aos signos da desejabilidade, pela injunção, própria

> das estruturas da cultura, que resulta do fato que os signos desse sistema são introjetados pelos indivíduos no processo de socialização. (...) (NOGUEIRA, 1998, p. 44).

A experiência do corpo negro no meio social branco se estabelece “produzindo configurações psíquicas particulares” (NOGUEIRA, 1998, p. 45), o que interpela os estudos da subjetividade eurocentrada que são reproduzidos sem a devida leitura e atualização das sequelas do passado irracional e enlouquecedor da escravização de pessoas negras, e do presente de marginalização simbólica e material ao qual essas pessoas são submetidas.

A ideia do mito negro, analisado por Neusa Santos Souza (1983), carrega representações de figuras simbólicas do mundo colonial, as informações extraídas pelo branco ao olhar o corpo negro é de que esse sempre será: sujo, feio, ruim, irracional; e por assim se seguem adjetivos de intenções e ações repulsivas. Os mitos enquanto dimensão "econômica-política-ideológica e psíquica" (SOUZA, 1983, p. 25), são importantes enquanto linguagens transmissionais de ordem e doutrinas, se apresentam de maneira a encobrir uma realidade utilizando ferramentas imaginativas e ilusórias para burlar a seu real conteúdo e contexto. Disseminar objetivamente e subjetivamente ideais de animalidade como construções de ser da população negra, aprisiona e dificulta a saída dos mesmos para uma vida sócio-histórica autêntica:

> A representação do negro como elo entre o macaco e o homem branco é uma das falas míticas mais significativas de uma visão que o reduz e cristaliza à instância biológica. Esta representação exclui a entrada do negro na cadeia dos significantes, único lugar de onde é possível compartilhar do mundo simbólico e passar da biologia à história (SOUZA, 1983, p. 28).

A partir dos seus estudos em hospitais psiquiátricos, entre os anos de 1953 e1956, Fanon desenvolveu uma visão de mundo que se sustenta no fortalecimento da singularidade do sujeito em um coletivo histórico; fazer tal afirmação sobre a construção de um novo mundo, chama para a criação de um novo humanismo que tem em sua centralidade a ética política do acolhimento de toda e qualquer diferença a partir de uma sociogênese. Em seu livro *Alienação e liberdade*, Frantz Fanon sustenta a ideia de uma socioterapia como aquela capaz de “arrancar o paciente de seus fantasmas e o obriga a confrontar a realidade” (FANON, 2020, p. 275), nesse sentido Fanon se refere a ressocialização dos loucos que são marcados como estranhos a sociedade, ele diz: “a sociedade decide se livrar desse elemento anárquico. O internamento é a rejeição, o alijamento do enfermo” (FANON, 2020, p. 276). Comprometido com a militância antimanicomial, Fanon observa que a loucura também possui um esquema racial ligado

às relações estabelecidas pela socialização através da colonização, ao qual acarreta influências intrapsíquicas tanto para o sujeito negro, como para o sujeito branco (FANON, 2020. p. 281).

Interligando subjetividade e política a teoria fanoniana propõe uma desalienação que se apresenta pela consciência de um mundo possível ao sujeito negro, um mundo onde a reinvindicação do seu lugar de sujeito é a ruptura do medo como prática da violência colonial racista. Este é terceiro ponto desse olhar para os processos de subjetivação do negro pensado por Fanon, a saída para a sua humanidade de sujeito negro é instituir a negação colonial pela via da violência. A descolonização é sempre um fenômeno violento que "jamais passa despercebida porque atinge o ser, modifica o ser profundamente, introduz uma nova linguagem, uma nova humanidade" (FANON, 1968, p. 26).

Diante do movimento do sujeito negro de tentar ser aceito e nunca conseguir ser inserido na vida social humanizada, visto que, o mundo branco o rejeitará devido ao pacto narcísico que se funda na preservação da imagem física e simbólica da branquitude; o que possibilita a eclosão de complicações psíquicas profundas de ordem identitária e de pertencimento; o que a Anne Chang (2001) ao pensar sobre a melancolia racial vai chamar de uma negociação dolorosa, que seria o movimento dos sujeitos que formam as populações, ditas como minorias, precisarem lidar com as demandas de uma idealidade social que insisti na subjugação da diferença.

O negro nunca será branco, e suas tentativas de sobrevivência pela via de uma igualdade da imagem do outro levará a morte de sua identidade; já as tentativas de emancipação do sujeito negro pela violência mobilizará pulsões de reconhecimento, ainda que sem garantias. Os desejos individualistas, onde cada um se encerra na sua subjetividade, para Fanon só alimentam o intelecto do colonizador, o que não quer dizer que o fortalecimento de si não esteja no princípio de se colocar como um corpo negro no mundo e na luta contra a brutalidade racista. O corpo negro que grita pelo direito de ter nome e sobrenome tem consciência das relações sociais que recaem sobre o seu tornar-se negro mais íntimo. O um a um também é o coletivo, a subjetividade individual e coletiva possui uma relação visceral, onde a cisão entre eles nos coloca em uma análise de mundo em oscilação ora terror, ora contra-terror (MBEMBE, 2020), não fazendo emergir o novo humanismo ao qual tanto ansiava Fanon; e mesmo que o revolucionário psiquiatra soubesse que essa explosão de mundo vai acontecer um dia, ainda não sabemos quando, mas vivemos em torno dos ensaios dessa quebra.

A criação da negritude como um esquema de identidade positiva do sujeito negro é um dos ensaios dessa quebra de mundo. O conceito de negritude se constrói como uma tomada revolucionária de conscientização do negro e da sua capacidade de vida. Essa perspectiva surge em 1930 por meio dos intelectuais e poetas negros Aimé Césaire da Martinica, Léopold Sédar Senghor do Senegal e Léon-Gontran Damas da Guiana. Para Césaire, os movimentos contra-coloniais haitianos são um fundamento preciso para o amadurecimento do que se chamaria de negritude como uma atitude de transformação social. São os pensadores haitianos que trazem uma forte contribuição para o que Alexander Crummell dos Estados Unidos e Edward Wilmot Blyden das Ilhas Virgens vão conceituar de pan-africanismo, que sustenta o lema "África para os africanos", que mais tarde Marcus Garvey, político econômico radical, transformou em uma máxima do movimento de descolonização. O sociólogo Du Bois também possui importante influência nesse processo de fundamentação do pan-africanismo e da negritude, principalmente em seu livro *As almas do povo negro* de 1903 onde se debruçou a investigar processos constitutivos de sociedade e da subjetividade (MOORE, 2010).

A negritude é a recuperação de uma identidade negra negada, como Césaire diz: "é uma forma de viver a história dentro da história" (CÉSAIRE, 1987, p. 109). A ideia de abertura para o entendimento da consciência da diferença como memória, fidelidade e solidariedade faz da negritude um movimento apaziguador, mas ao mesmo tempo da ordem do "esmorecimento e do sofrimento". Esse reenraizamento dos negros pelos negros tensiona o reducionismo europeu, sendo assim, a negritude é como liberdade, subjetividade, ação, emoção, personalidade, consciência coletiva e política, é o retorno a nós mesmos como experiência (CÉSAIRE, 1987, p. 110). As ideias de Césaire estão profundamente ligadas ao pensamento de descolonização de Frantz Fanon em *Condenados da terra* (1968). Ao criar um novo sentido para a negritude, Césaire influência Fanon a fazer uma tomada dessa negritude no nível do Ser, entendendo a violência da colonização para se libertar.

> Para nós a escolha está feita. Nós somos daqueles que se recusam a esquecer. Nós somos daqueles que recusam a amnésia mesmo que seja como uma saída. Não se trata de integralismo, nem de fundamentalismo e, ainda menos, de egocentrismo pueril. Nós somos simplesmente do partido da dignidade e do partido da fidelidade. Eu diria, então: semear, sim; arrancar, não (CÉSAIRE,1987, p. 114).

Estratégias de emancipação e liberdade surgiram dos movimentos políticos desses corpos negros, que recriam possibilidades de ser em sua multiplicidade. Pensar e agir pela violência para Fanon (1968) é um meio do sujeito negro não se fragmentar,

mobilizando a sua dor e raiva para o coletivo social branco, e assim explodir o mundo que não o assimila. Não há garantias que um novo ideal de sociedade antirracista irá emergir, contudo, não há outra saída aos corpos negros, já que o racismo opera cotidianamente anunciando não só uma morte física, mas também subjetiva.

Se por um lado temos a violência racial perpetuada por sujeitos brancos, do outro temos a persistência da valorização de humanidades por meio do mesmo constructo epidérmico pelos sujeitos(as) negros(as). bell hooks (2017) já ensinava que aprender a língua do opressor é uma estratégia de promover justiça através do pensamento crítico. Seguindo essa noção, a construção de um sentido para a negritude como ressalta Kabengele Munanga, é “uma reação racial negra a uma agressão racial branca”, e complementa, “não poderíamos entendê-la e cercá-la sem aproximá-la do racismo do qual é consequência e resultado” (MUNANGA, 2020, p.15).

Munanga (2020) analisa a destruição da singularidade coletiva pertencente à comunidade negra como um produto das estratégias de viabilização da escravização de pessoas negras. Apagar a consciência histórica, desvalorizar aspectos linguísticos e criar patologias principalmente psicológicas, são alguns dos caminhos importantes que os europeus utilizaram para promover uma civilização baseada em raças superiores e inferiores, onde os corpos brancos pudessem inventar uma história identitária detendo todo o poder.

> A consciência histórica, pelo sentimento de coesão que ela cria, constitui uma relação de segurança a mais certa e a mais sólida para o povo. É a razão pela qual cada povo faz esforço para conhecer sua verdadeira história e transmiti-la às futuras gerações. Também é a razão pela qual o afastamento e a destruição da consciência histórica eram uma das estratégias utilizadas pela escravidão e pela colonização para destruir a memória coletiva dos escravizados e colonizados (MUNANGA, 2020, p. 12).

Para as mulheres negras a necessidade de contar a sua própria história e da sua comunidade faz parte do projeto de retomada de sua humanidade, para além de uma construção discursiva. O ato de falar de sua realidade, reativar vivências que foram menosprezadas e fazem com que as bolhas sócio-psicossociais sejam problematizadas e expostas. O FEMNegras/RJ ao promover espaço de diálogo assume uma função de disputa do reconhecimento dos seus direitos diante o Estado, tomando de volta para si um lugar de pertencimento social, político e subjetivo que convoque o bem viver:

> Já chegamos no limite de aceitação, do que se tem forjado de uma forma muito falsa e muito ruim a respeito da população negra brasileira. Nossa história tem mostrado isso, nós temos momentos, vários momentos de irrupção, vários momentos de luta, vários momentos de reação a esse racismo e a essa opressão racial que marca a história

> brasileira. E eu acho que esse agora é um dos momentos também que nós estamos dando uma mudança histórica, que é reconhecer e não aceitar mais o discurso de que não existe racismo no Brasil. Pra mim, assim, é muito gratificante politicamente quando eu vejo uma mãe de favela, preta, reconhecer que o seu filho foi preso ou foi morto, primeiramente porque é preto. Isso é uma conquista política imensa que o movimento negro vem por anos tentando de uma certa forma disseminar, essa prática mortal, essa prática de eliminação da população negra que as elites brasileiras vêm perpetuando por anos.[12]

Esse relato nos mostra a noção de consciência política que nós mulheres negras ativistas já alcançamos em relação ao discurso racial, bem como, demonstra que tipo de projeto de sociedade está sendo reproduzida. A necessidade de responsabilizar e devolver para a sociedade branca os atos genocidas pelos quais os filhos das mulheres negras são atravessados diariamente, além de um momento de dor, vem carregado de uma noção de realidade política dilacerante para a saúde mental. Segundo hooks (1990, p.148) “falar sobre essas posições marginais evoca dor, decepção e raiva. Elas são lembretes dos lugares onde mal podemos entrar, dos lugares nos quais dificilmente “chegamos” ou não podemos ficar” (*apud* KILOMBA, 2019a, p.57).

Uma leitura crítica subjetiva e sociogênica é capaz de dar início a um processo de elucidação de que o sofrimento da população negra não é só da ordem da intimidade. Há uma dimensão da violência racista que arrasta o ser negro enquanto estrutura social acionando construções egóicas que constituem a sua vida psíquica; Fanon afirma “ser socializado é responder ao meio social, é aceitar que o meio social influi sobre o ego” (FANON, 2020, p. 281), sendo assim, a perspectiva não é dividir o que está dentro e o que está fora, mas perceber a interação entre ambos os campos na existência do sujeito negro frente a uma sociedade racista, isso é um fator importante para sua emancipação e produção de um chamado ao grande coletivo negro.

O movimento negro político citado na narrativa acima busca dar visibilidade ao processo de reconhecimento das relações de poder, em torno das ideias difundidas na sociedade no que se refere a inferiorização do negro. Ressignificar e politizar a identidade racial do negro estar no cerne dos movimentos negros, Gomes afirma que “o seu caráter emancipatório, reivindicativo e afirmativo, que o caracterizam como importante ator político e como um educador de pessoas, coletivos, instituições sociais ao longo da história e percorrendo as mais diversas gerações” (GOMES, 2017, p. 23).

---

[12] Fragmento de fala de uma participante na Pauta Preta – Racismo e Resistência. Live realizada no dia 27 de novembro de 2021. Disponível em: https://www.facebook.com/1003630546328952/videos/308691073581765.

1.2 A ficção racial materializada

Falar da raça enquanto uma ficção que se materializa no real, é uma tentativa de promover um entendimento da violência racista genderizada que se autoriza na formulação de discursos sobre o mundo. A produção racial para justificar o racismo e por consequência o trauma colonial das mulheres negras, é um ponto importante a ser desvelado nesse item. Como se explicam tantos corpos negros e negras na subalternização da vida ou mortos pelo chão? A ideia de luta de classes, território, entre outros argumentos sociais são bastantes difundidos, mas poucas vezes sistematizados com a história colonial do país. O FEMNegras/RJ pleiteia esse debate às custas da dualidade: dor/sofrimento e esperança/sentimentos de transformação, ambos fundamentados no discurso racial libertador para a negritude.

A raça como conceito ideológico abre diversas margens de interpretações e intenções de direcionamentos de vida. Chamar a raça de ficção parte do entendimento de uma categoria inventada pela branquidade que estabelece relações de hierarquização para a construção de um mundo sempre desigual, e por isso a ficção é real, pois, se materializa nas atrocidades do racismo. Estimular uma abertura de consciência crítica racial que trace algum tipo de entendimento enquanto espaços de ordenamento social e político que também são subjetivos, é essencial para que sujeitos(as) negros(as) possam existir e gozar de uma vida socioemocional positiva.

As elaborações sobre o conceito de raça começaram a se estruturar com mais tenacidade no século XVIII, sendo nutridas ideias de inferioridade e superioridade pelas “formulações vagas das metáforas de sangue e das vinculações bíblicas” (SEYFERTH, 2002, p. 17). As concepções sobre barbárie na Antiguidade eram utilizadas para abordar as diferenças que eram subjugadas como desestabilizadoras de uma sociedade civil, baseados na razão eurocêntrica observavam toda cultura e comportamento fora da sua imagem como bárbaros; com o passar do processo de colonização no mundo vão ganhando sinônimos como “selvagens”, “canibais”, objetivando criar uma representação de um tipo de conduta incivilizada.

Segundo Giralda Seyferth em seu texto *O beneplácito da desigualdade: breve digressão sobre o racismo* (2002), a historiadora e antropóloga ressalta a importância da raça, classe e nação como categorias decisivas para compreender a diferenciação do outro como processo de desigualdade. As teorias de racialização vão ganhando caráter científico para promover uma divisão entre brancos e negros, logo, superiores e inferiores, fatos históricos e culturais são significativos para desenvolver tais ideologias.

Por exemplo, no século XIX a perspectiva monogenista, que sustentava o pensamento racial de que as pessoas tinham uma origem em comum, eram difundidas por meio da crença em Deus e da bíblia, incorporando a ideia de linhagem discutida por Banton em 1979 ao dissertar sobre a racialização do Ocidente. A concepção de raça, pode se dizer assim, era como um comportamento cultural propagado no imaginário do mundo colonial antes mesmo dos fatores biológicos. A era da antropologia da bíblia e da linhagem, baseados no Deus de Adão e Eva, perde suas forças diante as contradições das diferenças estabelecidas entre a dualidade: civilizados e bárbaros (BANTON, 1979).

Ainda no século XIX os estudos anatômicos começam a surgir e a ideia de humanos como uma espécie animalizada passa a ser explorada. Impactos das medições biológicas (crânio, quadril, etc.) fazem emergir o corpo como ponto central de conhecimento, para ser analisado e esmiuçado pelas ciências. A desigualdade racial é uma consequência também das explicações biológicas, fortalecendo um racismo científico em que raças podem sim ser hierarquizadas. Giralda afirma, a partir dos escritos de Banton sobre a abordagem antropológica explicando as diferenças étnicas e sociais, que há uma forma de entendimento de sociedade e de nação, através das ideias de Georges Cuvier, naturalista que introduziu o termo raça para catalogar a existência de heranças físicas nos diversos grupos humanos.

> Banton vincula a abordagem antropológica a Cuvier, talvez o primeiro cientista a apresentar as raças como hierarquia explicada pelas diferenças das culturas e de qualidade mental, com os brancos no topo e os negros na base, hierarquia essa explicadas pelas diferenças de cultura e de qualidade mental (SEYFERTHE, 2002, p. 25).

A visão poligenista abre para o desenvolvimento da perspectiva científica racial, e responde às lacunas dos postulados monogenista e da centralidade do humano propostos pela Igreja. Antes os tratamentos sociais de inferioridade e subalternidade eram explicados pela bíblia, por exemplo, na passagem bíblica da maldição de Cam[13], a releitura desse episódio na vida social passa a ser uma justificativa associada aos povos étnicos que usavam/usam pinturas como vestimenta, dessa forma, a ideia de estarem despidos legitimava a escravidão dessas pessoas. Utilizando das divisões de categorias raciais instituídas posteriormente, sabe-se bem que essas pessoas eram negras. No viés poligenista argumentos baseados nos estudos biológicos focados especificamente na cor da pele e na geografia dos continentes, asseguraram argumentos para a inferiorização do outro. Cientistas como Francis Galton que cria o princípio da eugenia, Cesare Lombroso com os seus estudos sobre a origem inata da

[13] Na história bíblica Cam ao ver a nudez de seu pai é amaldiçoado como uma marca visível ao mundo.

criminalidade e da genialidade através da perspectiva da anatomia física dos corpos, e Gobineau que fecunda o determinismo racial condenando a miscigenação, ou seja, a mistura entre brancos e negros, dando o prognóstico da "decadência da civilização europeia ocidental (...) fazendo apologia a aristocracia ariana (...) e criando o mito de luta de raças em 1853" (SEYFERTH, 2002, p. 23).

Vale salientar que é também no século XIX que a psicologia começa a se estruturar como ciência, sendo nesse início usufruída por cientistas das áreas da filosofia, das ciências sociais, da medicina, e principalmente pela psiquiatria. No Brasil, em 1919 criou-se a Sociedade Eugênica de São Paulo e em 1929 acontece o 1° Congresso Brasileiro de Eugenia, onde:

> Temas psicológicos foram tratados já no discurso inaugural da sociedade, proferido pelo seu principal idealizador, Renato Ferraz Kehl. Para o eugenista brasileiro, a disciplina dos instintos humanos seria uma das primeiras condições para se alcançar, no futuro, uma raça nobre e equilibrada moral e fisicamente. Na sua perspectiva, seria necessário criarem-se mecanismos educativos dos impulsos naturais humanos, principalmente dos reprodutivos, a fim de mantê-los longe dos vieses degenerativos. Os instintos humanos, se atuassem desordenadamente, poderiam levar ao contato com doenças venéreas e alcoolismo, chamados também de venenos raciais. Neste sentido, os eugenistas tinham um verdadeiro projeto normativo de regulação comportamental, a fim de incentivar o distanciamento da população dos males degenerativos. (MASIERO, 2005, p. 201).

A psicologia do desenvolvimento e a psicologia social nos Estados Unidos apresentam-se como um campo de estudo interrogativo das relações de segregação racial. Em 1939, o estudo denominado "Teste da boneca", realizado pelos psicólogos Kennethm e Mamie Clark, se concentrou em analisar os efeitos prejudiciais do racismo em crianças negras. Com o tempo as evidências psicológicas desse estudo foram introduzidas nos tribunais americanos, e as interpretações sobre a separação racial poderiam ser positivas ao negro na medida em que denunciava os danos do racismo. Em contrapartida, argumentos advindos da brancura tentavam sustentar a segregação racial nas escolas infantis como um benefício as crianças negras, pois nessa lógica eles cresceriam mais fortes, mais independentes e até mais resilientes frente a discriminação (CHANG, 2001).

De alguma maneira os saberes psicológicos eram usados para dar respaldo a ideia da eugenia e da degenerescência do negro, testes psicológicos que envolviam um parâmetro de quantificação da inteligência, da moral e do comportamento foram fundamentais para a idealização e implementação das políticas de higiene racial e social, como também para a criação dos manicômios e presídios.

Já os argumentos monogenistas e poligenistas acreditavam na supremacia da raça branca, diante desses entendimentos um processo de higienização social se fortalece, alastrando práticas de branqueamento e releituras da miscigenação em suas diversas formas. O negro entendido enquanto degenerescência, ou seja, aquele que é capaz de corromper os padrões de moral, civilização e identidade nacional, foi internalizado como sendo um estrangeiro as estruturas do bem viver que dão acesso a direitos humanos e construções subjetivas de si com pertencimento. A busca do sujeito negro pela autenticação da sua identidade social positivada é um percurso de dualidade: onde há dor, violência, sofrimento e morte; mas também há desejo de vida, amor, sabedoria e cultura assentada na formulação do mundo.

> A nação imaginada pelo nacionalismo racializado, portanto, não tinha espaço para negros nem mesmo para os indígenas e os mestiços que, na hierarquia biológica dos esquemas classificatórios fenotípicos, estavam mais próximos “das raças bárbaras”. No entanto, essa mesma nação podia incorporar aspectos significativos das culturas negras e indígenas, como expressões da cultura popular singular necessária ao princípio da nacionalidade (SEYFERTH, 2002, p. 36).

Seyferth apresenta a problemática da falsa incorporação do negro na sociedade, com o intuito de questionar a romantização da história dos povos ditos inferiores. A interpretação do mito da democracia racial criou uma danosa e falsa imaginação de que o racismo não existe, mas sim questões referentes à classe, moradia, saúde, educação, entre outras, que precisam ser retificadas. A abertura da lente racial e étnica como centralidade nas desigualdades estruturais de sociedade e nacionalidade vem sendo desde sempre a principal luta dos movimentos negros.

> Ao construir uma identidade fundamental na luta contra o preconceito e a discriminação, os negros, especialmente nas últimas décadas, denunciaram a falácia da imaginação da formação nacional. Abolição e miscigenação (ato legislativo e processo social), por si mesma não acabam com as desigualdades sociais decorrente do racismo. E o racismo continua sendo, até hoje, forjar uma explicação natural para diferenças sociais e étnicas, supondo uma hierarquia herdada das classificações raciais deterministas gestadas nos últimos séculos (SEYFERTH, 2002, p. 38 e 39).

O conceito de etnia está atrelado a raça, mas não por um viés biologizante. A noção étnica perpassa a diversidade dentro de um mesmo local racial, aplicando-se ao entendimento sociocultural, histórico e psicológico de determinada população. A utilização ideológica desse termo não muda a realidade do racismo, já que o objetivo da hierarquização do poder entre as culturas está estabelecido no cerne desse mundo. Porém, a perspectiva étnico-racial alarga a ideia da multiplicidade das identidades

negras, sendo uma maneira de declarar a sua singularidade na qualidade de sujeitos que compõem diversos movimentos negros enquanto forças políticas coletivas (MUNANGA, 2004).

A agenda racial atualmente discutida e exigida pelo movimento negro educador (GOMES, 2017, p. 46) assume um caráter de ressignificação e emancipação. Ler e analisar as existências políticas de corpos subjetivos negros que passam pelo crivo do olhar do "outro" branco, requer a compreensão de um passado de desumanização sempre presente que julga comunidades inteiras através da dicotomia racial superior/inferior, articulando consequências profundas em prol de uma identidade nacional irreal.

Seja partindo de um discurso biológico ou partindo de um discurso social, a raça é um constructo inventado com consequências reais bem evidentes. Achille Mbembe em *Crítica da Razão Negra*, publicado pela primeira vez em 2013, apresenta alguns posicionamentos factuais alertando que "a raça sempre será um complexo perverso, gerador de medos e tormentos, de problemas de pensamento e de terror, mas sobretudo de infinitos sofrimentos e, eventualmente, de catástrofes" (MBEMBE, 2018, p. 27).

A criação da raça e a denominação negro, estão ligados a criação da *plantation*, esse sistema de acúmulo de riquezas derivado do período colonial que "acelerou a integração do capitalismo mercantil, da mecanização e do controle do trabalho subordinado" (MBEMBE, 2018, p. 45). É uma inovação para os sujeitos brancos, mas significa privação de liberdade, escravização e violência plena aos sujeitos negros. Nesse sentido, negro e raça parecem sinônimos no imaginário social, um paradigma de sujeição que provoca uma devastação psíquica, que Achille Mbembe vai chamar de um "complexo psico-onírico" (MBEMBE, 2018, p. 27).

A irracionalidade da sujeição ao qual o negro é arremessado desenha um caminho que se inicia no tráfico atlântico, onde pessoas negras são capturadas, coisificadas e tratadas como mercadoria de troca e venda pelos sujeitos brancos. Esse processo de escravização não se deu sem revelia já que os negros criaram sua própria linguagem exigindo a descolonização, a abolição e principalmente o direito pleno de gozar da vida social como sujeitos legítimos no mundo. Batalhas, combates e lutas foram e são fomentados até os dias atuais, tencionando as formas modernas de aprisionamento que o capitalismo impõe aos sujeitos subalternizados no processo de globalização e pela postura neoliberal (MBEMBE, 2018, p. 14 e15). Essa globalização (re)encena um modo de vida negra, que é tomada como material para sustentar a fábula inventada pela consciência ocidental do negro:

> A raça é uma das matérias-primas com as quais se fabrica a diferença e o excedente, isto é, uma espécie de vida que pode ser desperdiçada sem reservas. Pouco importa que ela não exista enquanto tal, e não só devido à extraordinária homogeneidade genética dos seres humanos. (...) Enquanto instrumentalizada a raça é, portanto, aquilo que permite simultaneamente nomear o excedente e o associar ao desperdício e ao dispêndio sem reservas (MBEMBE, 2018, p. 73).

A violência física, psicológica, sexual, a fome, o desemprego, pobreza, insegurança, encarceramento, guerras, doenças, desespero, humilhação, agonia e a morte banalizada são alguns excedentes materializados na sociedade direcionados as vidas negras e aos corpos negros. Por isso há uma urgência em fazer uma nova abertura de mundo que desloque as práticas racistas entranhadas no sentido de modernidade e sua linguagem discursiva, visto que, os signos que são direcionados ao negro na vida sociocultural se modificam o tempo todo, numa esquizofrenia fervorosa de passado e presente à espreita da destruição.

A raça enquanto um significante flutuante entendido por Stuart Hall (2017), identifica uma outra dimensão de análise relacional baseada na linguagem e no discurso como norteadores de sentidos classificatórios. Por exemplo, a existência de metáforas e imagens diante dos corpos racializados instituem uma rede sistêmica de comunicação e assim, esse reconhecimento passa por modulações e se adapta às ideias conscientes e inconscientes de colonialidade, o deslizamento dos códigos raciais vai para além da biologia e fisiologia criando simbolismos na dinâmica da vida psicossociocultural. Segundo Stuart Hall:

> Os significantes se referem a sistemas e conceitos da classificação de uma cultura, a suas práticas de produção de sentido. E essas coisas ganham sentido não por causa do que contêm em suas essências, mas por causa das relações mutáveis de diferença que estabelecem com outros conceitos e ideias num campo de significação. Esse sentido, por ser relacional e não essencial, nunca pode ser fixado definitivamente, mas está sujeito a um processo constante de redefinição e apropriação. Está sujeito a um processo de perda de velhos sentidos, apropriação, acúmulo e contração de novos sentidos; a um processo infindável de constante ressignificação, no propósito de sinalizar coisas diferentes em diferentes culturas, formações históricas e momentos (HALL, 2017, p. 05).

A partir da orientação de Hall (2017), pode-se dizer que o racismo como circulação de linguagem materializada das dessemelhanças dá origem às teorias de raça. Essa ficção/real racial construída pela noção colonial forja um sentido de não-sujeito referente ao negro. No entanto, a noção de sujeito inventada e assumida pela branquidade, parece insuficiente para dar conta da pluralidade de sujeitos(as) que vieram antes desse processo eugênico. O negro como marcador passa a ser instituído

no discurso europeu de racialização e colonização, antes disso pode-se falar de existências e modos de habitar o mundo social e subjetivo, cada um de acordo com suas próprias performances de identidade territorial, social e cultural. A raça como um conceito fluido se movimenta e se adequa ao longo do tempo e vai se moldando aos discursos, sejam eles de violência, mas também de persistência. A população negra quando se apropria do constructo racial denuncia os seus frutos nocivos: o racismo e seus segmentos massacrantes.

A seguir apresento um fragmento de narrativa da Pauta Preta Livre do FEMNegras/RJ, para observar que ao mesmo tempo que o constructo racial aponta uma série complexa de vulnerabilidades matáveis, é também através dele (constructo racial) que as mulheres negras se lançam enquanto reivindicação e transformação de mundo.

> Nessa luta toda, a mulher negra tem um papel fundamental, porque tudo cai nas costas da mulher negra. É ela que é a mãe de família, é ela que chora por seu filho, é ela que é deixada sozinha, na maioria das vezes, é ela que tem que vir à luta, pra delegacia, tem que procurar advogado para lutar pelos seus filhos. Ela que se preocupa com a escola, infelizmente esse é um dos dados estatísticos que se têm demonstrado. É ela que é assassinada pelo seu marido, pelos seus namorados, a maioria das mulheres negras. Então a mulher negra tem um papel fundamental, tem tido, tem e futuramente é um dos, diria assim, pontos focais e fortes de proporcionar a mudança nessa luta.[14]

O ativismo orgânico, aquele que se apreende ao longo das experiências de vida, faz parte da realidade das mulheres negras. É pela via das opressões diárias que elas também se movimentam, ou seja, é contra o racismo estrutural, institucional e cotidiano que o FEMNegras/RJ se reorganiza metodologicamente em ação para reexistir junto com a sua comunidade. Nessa busca por promover discursos de bem-estar para si e para os seus, a noção de comunidade negra como produção de vida se torna um ponto em comum entre essas mulheres negras unidas enquanto irmandade, termo esse que é entendido de acordo com a feminista e antropóloga Fátima Lima (2017):

> A irmandade, a meu ver, não significa o processo igual e único vivido pelas mulheres negras. No âmbito dos grupos sociais, as opressões têm eixos de atuação diferente. Se ver em irmandade é nos vermos na multiplicidade de nossas experiências e nas suas singularidades. O que define essa experiência é sua pluralidade e potência da singular diferença em cada mulher negra. A partir desse reconhecimento, somos capazes de nos irmanarmos num comum: o combate às práticas discursivas racistas, sexistas, fóbicas produtoras de inúmeros sofrimentos (LIMA, 2017, p. 84 e 85).

[14] Idem 3.

A branquitude assume um outro lugar nessa ficção: a concretude da violência e da morte dos corpos negros. O relato anteriormente descrito da dor visceral da mulher negra que chora, se preocupa e morre perante as desigualdades estruturais é o fio condutor da vida social e subjetiva, trazendo afecções em níveis micros e macros diariamente. Esse racismo de base, instrumentaliza as instituições que vão desde uma complexa organização de sociedade corporativa até noções íntimas familiares e afetivas. Um ponto em comum dessas formas de racismo se potencializarem é através das práticas cotidianas, onde reforça-se toda uma base de comportamento discriminatório, excludente e desumano.

O racismo cotidiano, opera através da violência que nos pega de surpresa, desprevenidas, quando porventura sentimos a liberdade de ser. Esse nanorracismo é a prova de que os comportamentos conscientes e inconscientes estão infiltrados em tudo, assumindo disfarces nada questionáveis para aqueles que, cuja dor a ficção racial não provoca. Aproximando e ampliando ainda mais as lentes críticas, encontraremos relações de gênero muito bem articuladas à ficção racial. Nas relações hierárquicas de poder social, as mulheres negras estão na base, mas em inquietante movimento em busca de reorganização e reparação.

Por origem as vivências de políticas comunitárias têm uma centralidade nas mulheres negras, mas essas ocuparam por muito tempo um vazio teórico, criado diante das dificuldades dos meios institucionais e acadêmicos de oferecerem espaços para as mulheres negras falarem de suas realidades. O conceito de raça e gênero precisam estar conectados para que perspectivas ideológicas possam tensionar os espaços públicos de discussão. Em certa medida, pela polarização das lutas que tinham homens negros de um lado e mulheres brancas de outro (KILOMBA, 2019a), coube às mulheres negras criarem os seus próprios versos, no seu ritmo de vida:

> Eu como mulher negra, escrevo com palavras que descrevem a minha realidade, não com palavras que descrevem a realidade de um erudito branco, pois escrevemos de lugares diferentes. Escrevo da periferia, não do centro. Este é também o lugar onde eu estou teorizando, pois coloco meu discurso dentro da minha própria realidade" (KILOMBA, 2019a, p. 58 e 59).

Talvez possa se dizer que não existe política social sem a participação de nós mulheres negras. Talvez possa se dizer também que a dificuldade de se fazer política social no Brasil é porque esta é racista e misógina. Essa exclusão do olhar do Estado para as mulheres negras e sua comunidade tem trazido danos à saúde mental, ao mesmo tempo que, são elas quem reatualizam e criam novas formas de relação de cuidado para além do que se tem como instituído. Como já dizia Audre Lorde "para as

mulheres, a necessidade e o desejo de cuidar umas das outras são patológicos, mas redentores, e é nesse saber que o nosso verdadeiro poder é redescoberto. É essa conexão real que é tão temida pelo mundo patriarcal" (LORDE, 2019, p. 136).

Isto posto, procede agora pensar na interseccionalidade como uma ferramenta epistemo-metodológica profunda, levando em consideração as tramas raciais aqui apresentadas e a noção de gênero, ampliando a realidade das mulheres negras em meio ao cotidiano racista. Observar as formas de vida que as mulheres negras estão sendo expostas é muitas vezes adverso ao que elas reivindicam para manterem a si e fazerem a manutenção dos seus, visto que, a luta das mulheres negras é uma luta por um novo sentido de humanidade para toda a sociedade.

1.3 Racismo genderizado cotidiano

O racismo genderizado definido e teorizado por Grada Kilomba (2019a), traz a especificidade ao olhar e analisar o lugar real de vivência das mulheres negras, pensando criticamente as interseccionalidades inseparáveis entre raça e gênero.

A relação dessa dupla opressão se caracteriza sempre de maneira interligada já que "a experiência envolve ambos porque construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa, e o gênero tem um impacto na construção de "raça" e na experiência do racismo" (KILOMBA, 2019a, p. 94). Com isso quero dizer que, há uma fantasia colonial encenada e transmitida de maneira intergeracional e inconscientemente costurando as pontas do tempo passado, presente e futuro.

A singularidade da vida das mulheres negras é atravessada por diversos marcadores da vida sócio-histórica como herança de um passado escravocrata e patriarcal. No contexto brasileiro dizer-se uma "mulher negra", termo esse carregado de teor político enquanto luta de sua afirmação como sujeita plena, é um caminho que se percorre habitando diversas encruzilhadas que dependendo do ponto referencial do olhar pode fixar ou fluir a experiência de estar viva. O olhar da branquidade pela sua forma sistêmica de poder tende a imobilizar a mulher negra num sistema de exploração e opressão, o que Lélia Gonzalez vai chamar em 1982 de "uma tríplice discriminação (social, racial e sexual)" (GONZALEZ, 2020, p. 217).

Ao pesquisar e problematizar a posição e remuneração das mulheres negras brasileiras no mercado de trabalho, Lélia Gonzalez já promovia análises interseccionais no início da década de 1980, como uma forma metodológica para explicar

desigualdades envolvendo conexões genderizadas que estão intimamente ligadas ao passado colonial:

> Nossa situação não é muito diferente daquela vivida por nossas antepassadas: afinal, a trabalhadora rural de hoje não difere tanto da "escrava do eito" de ontem; a empregada doméstica não é muito diferente da "mucama" de ontem; o mesmo poderia se dizer da vendedora ambulante, da "joaninha", da servente ou da trocadora de ônibus de hoje e da "escrava de ganho" de ontem (GONZALEZ, 2020, p. 217 e 218).

As amarras que fazem com que as mulheres negras sejam vistas como incapazes de exercer um trabalho livre do simbolismo da subalternidade, não são as mesmas impostas às mulheres brancas. É importante observar que quando o movimento feminista branco reivindicava o direito de poder trabalhar, as mulheres negras já nasceram inseridas dentro dessa dinâmica de maneira desumana. Patrícia Hill Collins ao dissertar em seu livro *Pensamento feminista negro* (1990), traduzido para o Brasil em 2019, afirma que "(...) o trabalho de forma alienada pode ser economicamente explorador, fisicamente exigente e intelectualmente sufocante - o tipo de trabalho que há muito tempo é associado à condição da mulher negra como mula (...)" (COLLINS, 2019, p. 104). Mesmo Collins se referindo à realidade das mulheres negras estadunidenses, as experiências das imagens de controle nos corpos das mulheres negras são comuns, já que a linguagem racista e machista é universal. A luta das mulheres negras no mundo do mercado de trabalho é pela regulamentação dos seus direitos trabalhistas, oportunidade de habitar e ascender em qualquer tipo de carreira profissional que desejar obtendo uma remuneração justa.

Angela Davis quando levanta o debate sobre *Mulheres, Raça e Classe* (1981), relata que mesmo após a abolição da escravidão as oportunidades de trabalho para as mulheres negras se reduziam em afazeres domésticos para famílias brancas. A famigerada liberdade na realidade não aconteceu, em vez disso uma sobrecarga de trabalho perversa se sistematizou, visto que, em vez de trabalhar para apenas uma família branca, realizava-se agora para diversas famílias brancas com o objetivo de adquirir uma renda maior para a sua sobrevivência e de sua família negra. Davis, assim como Gonzalez, atua numa via interseccional para pensar as realidades das mulheres negras e as práticas racistas que elas são submetidas desde o tempo da escravidão até os modelos capitalistas da sociedade atual que lucra com esse tipo de sujeição. Pensando ainda nas imagens de controle que esse tipo de violência racial provoca no corpo e nas representações simbólicas morais e sociais, Davis ressalta:

> Desde o período da escravidão, a condição de vulnerabilidade das trabalhadoras domésticas tem sustentado muitos dos mitos duradouros sobre a "imoralidade" das mulheres negras. Nesse clássico "círculo vicioso", o trabalho doméstico é considerado degradante porque tem sido realizado de modo desproporcional por mulheres negras que, por sua vez, são vistas como "ineptas" e "promíscuas". Mas as aparentes inépcia e promiscuidade são mitos que se confirmam repetidamente pelo trabalho degradante que elas são obrigadas a fazer (DAVIS, 2016, p.100).

A noção de imagens de controle teorizada por Collins conversa intimamente com Gonzalez e Davis, já que essa ideologia genderizada de dominação denunciada por elas decreta e manipula o modo de como as mulheres negras ocupam o mundo, tanto nas suas construções sociais, como nas suas projeções subjetivas. O pensamento binário é uma crença arraigada no mundo colonizado, ou seja, branco/preto, feminino/masculino, razão/emoção, cultura/natureza, sujeito/objeto, parte sempre de um campo relacional de entendimento, onde a diferença é inserida como oposição e nunca como complemento. Assim, a objetificação das mulheres negras é primordial para instituir a política da diferença, que tem como atributos o silenciamento e o apagamento das suas histórias, necessidades, desejos e da liberdade de ser (COLLINS, 2019, p. 136).

As imagens de controle que aprisionam as mulheres negras são instituídas com o objetivo de "refletir os interesses do grupo dominante" (COLLINS, 2019, p. 140), que é espelhado na branquidade. Seja com as nomenclaturas dos estudos estadunidenses: a *Mammy* (a serviçal fiel, afetuosa e obediente), a Matriarca (a mãe negra má), a Jezebel (sexualmente agressiva no período da escravização), a *hoochie* (sexualmente inadequada e insaciável na modernidade) (COLLINS, 2019); ou nas nomenclaturas brasileiras: "branca para casar, mulata para fornicar e negra para trabalhar" (GONZALEZ, 2020, p. 169); o sentido imposto é o mesmo para justificar e legitimar as práticas de violência de matriz de dominação racista fixada nas intersecções de raça, gênero, classe e sexualidade. Ainda que o termo "interseccional" só apareça em 1989 nos estudos de teoria crítica racial da advogada Kimberlé Crenshaw, já pode-se observar um vasto campo científico e literário que aguçava o olhar para as sobreposições de lentes sociais na realidade da experiência das mulheres negras.

Um ponto importante dessa experiência de vida negra feminina encarnada no corpo é o fator da sexualidade atuante neste racismo genderizado. A regulação da sexualidade passa por uma ideia de heteronormatividade que precisa ser seguida enquanto comportamento referente a civilização e moralidade eurocêntrica. Segundo Collins a "heterossexualidade feminina normal é expressa pelo culto à verdadeira

condição de mulher branca” (COLLINS, 2019, p. 157), esse tipo de premissa não só autoriza a violência sexual contra a mulher negra, como também, não abre para a existência de mulheres negras, no plural, e as suas experiências homossexuais.

No texto *A política sexual para as mulheres negras* (1990), Collins traz a ideia de heterossexismo como um sistema de poder e opressão que marca o corpo com acepções sexuais, assentado na crença de que há uma “superioridade inerente de uma forma de expressão sexual sobre a outra, da qual decorreria, portanto, o direito de dominar” (COLLINS, 1990, p. 225). O estupro corretivo em mulheres negras homossexuais, por exemplo, é uma forma violenta de dominar o corpo do outro em nome de uma dimensão estrutural heterossexualizada institucionalizada na sociedade. A permissão simbólica que o sistema heteronormativo possui em tratar os corpos das mulheres negras como algo público vem desde a Jezebel, se atualiza na *hoochie* e na mulata.

No entanto, fatores específicos norteiam a experiência da sexualidade no que concerne as mulheres negras heterossexual e homossexual. As mulheres negras que performam a heterossexualidade são entendidas enquanto sexualidade desviante patológica, pois estão ligadas ao lugar do apetite sexual excessivo, desmedido e animalizado; há uma ideia no imaginário branco de uma hipersexualidade de natureza da raça negra. Nota-se que a heterossexualidade entendida como normal e central é a do sujeito e da sujeita branca. Já a homossexualidade surge como o oposto da heterossexualidade e é classificada também como desviante, anormal e patológica, porém, com algumas particularidades:

> Embora se pense que o problema do desvio sexual dos africanos ou negros esteja em sua hiper-heterossexualidade, o problema da homossexualidade está ligado não ao excesso de desejo heterossexual, mas na aparente ausência dele. As mulheres que não se interessam por homens como parceiros sexuais são patologizadas como "frígidas", caso se afirmem heterossexuais, ou estigmatizada como lésbicas, caso contrário. (...) A homofobia floresceu em um contexto em que a invisibilidade do suposto desvio é percebida como o problema (COLLINS, 2019, p. 226 e 228).

As experiências de mulheres lésbicas são carregadas de violências e hostilidades, e quando atreladas a outras lentes como raça, classe e território as opressões tendem a ser mais permissivas. Estar atentas às diversas lutas daquilo que compõem os movimentos de mulheres negras é promover confluências, a necessidade de união não quer dizer homogeneidade. Audre Lorde, importante intelectual negra e lésbica, em seu livro *Sister Outsider* de 1984 traz também uma denúncia de como a participação da mulher negra lésbica dentro da comunidade negra e feminina é um

desafio, e de como essa exclusão é uma armadilha para sustentar a cisheteronormatividade. Segundo Audre, "as lésbicas são, hoje, usadas como isca de uma falsa ameaça na comunidade negra, numa manobra cuja intenção é nos distrair da verdadeira face do racismo/machismo" (LORDE, 2019, p. 59).

Muito se tem avançado sobre a participação de mulheres negras e lésbicas nos movimentos de mulheres negras, o FEMNegras/RJ é um exemplo de como a multiplicidade de experiências singulares das mulheres negras funcionam pautadas no diálogo e no respeito; se a vivência da sexualidade das mulheres negras e da comunidade negra de um modo geral, passa pelo crivo sistêmico da violência provocada pelo mundo branco racista, essa luta é do FEMNegras/RJ. Isso só fortalece que o "movimento e a teoria de mulheres negras têm tido, nesse sentido, um papel central no desenvolvimento de uma crítica pós-moderna, oferecendo uma nova perspectiva a debates contemporâneos" (KILOMBA, 2019ª, p. 108).

Diante dessa discussão apresentada podemos concluir que as formas de violência do racismo genderizado não são só do campo do individual e do privado, mas também do coletivo e do público. As experiências do FEMNegras/RJ também apresentam suas dores e indignações em suas narrativas, destaco aqui atravessamentos interseccionais específicos de raça, gênero, classe e territorialidade:

> A partir de que a gente sai dos nossos países, nossa identidade apaga, não somos mais tratadas como mulheres, mães, empreendedoras, atrizes, intelectuais... (...) a gente vira o refugiado. Então o refugiado ele é limitado na minha percepção em que uma vítima cuia (ver) tudo, há intenção sobretudo e se faz presença em toda situação de refugiado, imigrante, (...). Mas, a herança africana que tem na latino América que eu conheço, ela também intensifica mais as nossas dores, porque nós somos tratados como produto, não como seres humanos que precisamos de qualidade de educação. Nós somos pessoas para integrar na educação. (...).[15]

A experiência de uma mulher negra refugiada, vivendo as especificidades do racismo no Brasil desencadeia sensações e memórias de um não lugar de humanidade. Fanon (2008, p. 26), ao tratar na zona do não ser, nos alerta sobre como as subjetividades de pessoas negras são arrancadas e jogadas no mundo do ideal de Eu branco, que nunca será alcançado. Os processos de subjetivação são construções identitárias que configuramos e reconfiguramos ao longo de nossas vidas, regulando a nossa forma de estar no mundo. Mas, como fazer desse processo algo não traumatizante para nós mulheres negras e nossa comunidade, se somos convocadas a

[15] Fragmento de fala de uma das participantes na Pauta Preta Livre – 8M. Live realizada em 08 de março de 2021. Disponível em: https://www.facebook.com/1003630546328952/videos/266316881622665.

viver pelo crivo da diferença, do estranho, da subalternidade, das imagens de controle, do irracional, da dor?

Esse caráter racista genderizado cotidiano tem vieses persecutórios que se apresentam na narrativa acima de diversas maneiras. A identidade negra da narradora foi apagada, visto que, a herança afro-brasileira não é verdadeiramente admitida na estrutura de origem da nação, uma rede de desumanização se conserva em todos os contextos de vida, objetificando e excluindo do ambiente da educação; por exemplo, *"*nós somos pessoas para integrar na educação*. (...)"*, e dessa forma se rememora e mantém a economia da vida negra ao uso do desejo do capital branco.

Porém, o FEMNegras/RJ também é um vetor de processos subjetivos de alívio da loucura, e nesse sentido falo de possibilidades de cura, entendendo esse coletivo como um dos antídotos da alienação racial produzida pela colonialidade. Tornar-se negra, como disse Neusa Santos Souza:

> Viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades (SOUZA, 1983, p.18).

Dessa forma, o fragmento da narrativa a seguir mostra o quanto o ato de repensar os modos de vida negra na construção de redes de cuidado que produzem saúde física, mental e social, está no cerne do FEMNegras/RJ:

> Na luta a gente se encontra, mas é nessa roda que a gente aprende, a gente se ajuda, a gente se organiza, a gente se fortalece. Eu tenho muito orgulho de fazer parte dessa roda. (...) Eu existo enquanto mulher preta e me aproprio dessa luta.[16]

Sendo assim é sobre essa luta, sobre essa pluralidade que o movimento de mulheres negras reexiste, de maneira interseccional respeitando as diferenças e suas paridades que têm construído a partir de suas vastas lutas e escrevivências o seu lugar teórico/militante.

[16] Idem 5.

2 As mulheres negras e os traumas coloniais

PORQUE SE O MUNDO,
QUE É MEU TRAUMA,
NÃO PARA NUNCA
DE FAZER SEU TRABALHO,
ENTÃO SER MAIOR QUE O MUNDO
É MEU CONTRATRABALHO**.**

Jota Mombaça

Em letras maiúsculas, sem modificar a expressão linguística da intelectual e performer Jota Mombaça (2017), início este capítulo apontando que a responsabilidade do trauma do racismo não é de quem o sente, mas sim de quem o provoca. Falar de mulheres negras e traumas coloniais é pensar a reencenação da violência racial em sua profunda configuração, observando os seus efeitos ao nosso redor. A linha do tempo do período da escravização faz a sua montagem na modernidade, engendrando uma retroalimentação das diferenças para que sistemas de morte sejam mantidos.

Neste capítulo a discussão sobre o trauma colonial que o racismo implementa na vida das mulheres negras é analisada pensando nas estruturas subjetivas, principalmente os mecanismos de defesa do ego que são construídos pelos sujeitos brancos e negros, tendo como cenário de fundo a invenção de uma memória nacional brasileira baseada no mito da democracia racial. As narrativas da Pauta Preta Livre apresentadas neste tópico tendem a conversar com as teorias, exemplificando e aproximando cada vez mais as discussões da vida cotidiana das mulheres negras e as construções de saber.

Para falar de trauma colonial e como esse se aproxima da realidade das mulheres negras, basta olharmos para os lugares que essas ocupam na sociedade brasileira. Se ainda falamos que as mulheres negras são a base da pirâmide social, isso é devido às violências que elas sofrem impedindo-as de se movimentar socialmente e estabelecerem qualidade de vida emocional, social e financeira. Ao olhar para os dados do *Dossiê: mulheres negras e justiça reprodutiva (2020-2021)*, iniciativa da organização CRIOLA[17], nota-se que as violências contra as mulheres negras que se apresentam historicamente, se agravaram com a pandemia da Covid-19. O dossiê traz análises

[17] CRIOLA é uma organização da sociedade civil com 29 anos de trajetória na defesa e promoção dos diretos das mulheres negras e na construção de uma sociedade onde os valores de justiça, equidade e solidariedade são fundamentais. Para mais informações acessar: www.criola.org.br .

qualitativas, baseada em percentuais nacionais e dados específicos da situação das mulheres negras no estado do Rio de Janeiro em dimensões de direitos humanos, segurança alimentar, violência doméstica, estupro, desemprego, vulnerabilidade social, saúde mental, entre outros. Uma das conclusões do dossiê ressalta que a experiência de ser uma mulher negra no cenário crítico da cidade do Rio de Janeiro, duplica a sua exposição a violência quando comparadas com as mulheres brancas.

Fazendo comparações com percentuais a níveis nacionais, o dossiê apresentado afirma que as mulheres negras no período de pandemia tiveram um aumento na taxa de desemprego de 21,3% no terceiro trimestre de 2020. Com a desvalorização do trabalho, a baixa remuneração também se estabeleceu onde o rendimento por horas de trabalho das mulheres negras foi de R$ 12,58, enquanto em mulheres brancas foi de R$ 25,39. Essa disparidade de rendimento significativa faz diferença e reforça o lugar de violação de direitos básicos, como alimentação, manutenção de moradia, higiene e internet que se tornou um meio primordial de acesso de serviços públicos e informações no contexto da pandemia e isolamento social.

Um ponto de atenção importante referente à medida protetiva de isolamento social na pandemia Covid-19 é que essa não é uma alternativa possível à população negra, devido à falta da proteção social e a exposição à violência policial. As mulheres negras, ressalto aqui em especificidade as empregadas domésticas, foram expostas escancaradamente a violência da experiência colonial do cativeiro, onde muitas se viram obrigadas e proibidas de retornarem a seus lares e familiares sob ameaça de perderem seus trabalhos, e em alguns casos a única fonte de renda. A relação do racismo genderizado não se dá por acaso, nem pode ser reduzida a uma questão de classe, como disse Beatriz Nascimento “a questão econômica não é ‘O grande drama’. Apesar de ser um grande drama” (NASCIMENTO, 1989). O reconhecimento da lente racial como um ditador de possibilidades de vida, explica porque a primeira morte registrada por Covid-19 no estado do Rio de Janeiro foi de uma empregada doméstica. Isso é fato presente na consciência política das mulheres do FEMNegras/RJ que se apresenta na seguinte narrativa:

> Nesse tempo de pandemia, as empregadas domésticas ficaram extremamente expostas, não foi à toa que o primeiro óbito do estado do Rio de Janeiro foi da Cleonice, uma empregada doméstica que não morava na capital e trabalhava no Leblon. A patroa tinha viajado, veio

> de férias de fora do Brasil e contaminou a Cleonice que foi a óbito. Foi o primeiro óbito do estado do Rio de Janeiro. [18]

A partir do fragmento dessa narrativa uma constatação desumanizante é atravessada, pois, é diante do corpo de uma mulher negra que a violência é escancarada pelo vírus da Covid-19 e chega à sociedade brasileira. As noções de cuidado dirigidos a esse corpo são restritas e muitas vezes inexistentes, gerando desfechos trágicos que foram ao longo do tempo naturalizados por um processo de atualização de engendramentos do racismo e sua colonialidade.

Como já foi falado no capítulo anterior, colonialidade aqui é entendido como um conjunto de práxis atuais que utilizam de uma violência autorizada historicamente para construir um mundo onde pessoas negros e indígenas, por exemplo, necessitam ser dominadas, agredidas e destituídas de sua humanidade. Analisando a morte de Cleonice, percebemos que ela é vítima de um processo de escravização moderna, caracterizado pelo molde explorador de trabalho imposto ao fazer de uma “empregada doméstica”. Sem o direito de proteção, de ser vista como uma pessoa que precisa ser priorizada, o corpo da mulher negra, esse miticamente dito como “forte”, é sempre exposto a todas as mazelas com o discurso cultural genocida de que nós somos capazes de aguentar tudo, até um vírus asfixiante.

Essa projeção de força diante do corpo da mulher negra, presente no consciente da vida social, é infiltrada por uma ordem colonial escravista que autoriza estratégias opressoras como políticas de vida, fortalecendo o racismo genderizado. É por meio do cotidiano infectado tanto por uma forma macro, mas principalmente, pelas formas micros de comportamentos e ações racistas, muitas vezes silenciosas, que estão nas nossas relações afetivas, educacionais e familiares.

A ferida social que é tencionada pela repetição da violência do racismo é o ponto de encontro com o fenômeno do trauma, que além de físico, é econômico, cultural e psicológico. Esse último, é o ponto de desdobramento para ao qual venho tensionar em busca de um processo de restituição do cuidado à subjetividade das mulheres negras. Lima (2019), nos provoca ao chamar uma clínica que reflita esses corpos que não estão sendo considerados por questões relacionadas a uma formação política da ética do cuidado, que tem como sustentação o privilégio da brancura.

> Ferida é aquilo que fere e que marca os corpos, que estão na pele, nos afetos, nas subjetividades. Feridas que nos interpelam para pensarmos

[18] Fragmento da fala de uma participante na Pauta Preta Livre - Vamos falar sobre nós. Live realizada em 10 de agosto de 2020. Disponível em: https://www.facebook.com/1003630546328952/videos/297108035043108.

> qual o nosso lugar ético e político frente às desigualdades e opressões, frente aos preconceitos, sejam eles de cor, de performatividades de gênero, de origens, de territórios, geracionais, entre outros. Para que serve mesmo a nossa formação profissional, a formação e a aposta clínica? A serviço de quem e do que está a produção e a atuação de uma práxis clínica? Como nos implicamos na enorme tarefa e no labor que é inventar outra ideia de homem e, consequentemente, um outro mundo? (...) (LIMA, 2019, p. 73).

Beatriz Nascimento (1989) ao se referir ao drama do negro no Brasil, encontra por meio dos seus densos estudos a questão “da pessoa, do homem negro que nunca foi reconhecido no Brasil”, como central na nossa problemática nacional. E isso pode ser interpretado como uma ferida que precisa ser revisitada de forma historicamente autêntica para ser solucionada. O drama que Beatriz denúncia é o trauma colonial que Grada Kilomba (2019a) investiga, esse trauma que se instala no sujeito negro através do choque do não reconhecimento da sua humanidade que o fragmenta, sendo posto fora da vida social. Apresentando uma particularidade atemporal, é o trauma racista que costura o passado e o presente em um só nó.

Ao estudar os quilombos, tema que será desenvolvido mais adiante, Beatriz Nascimento (1989) ressalta que Zumbi, principal líder do quilombo dos Palmares, tinha planos de instituir uma nação brasileira onde negros e índios fossem reconhecidos e integrados. No entanto esse ato, a autora revela, carrega consigo um caráter traumático diferente do drama: “ele quer empreender um projeto nacional de uma forma traumática, mas não tão traumática como os ocidentais fizeram destruindo culturas, destruindo a história dos povos dominados”. Esse trauma idealizado por Zumbi dos Palmares, talvez se aproxime à violência da descolonização que Frantz Fanon (1961), explora em *Os condenados da terra*.

Tomando as manifestações traumáticas do mundo que habitamos. No capítulo anterior pode-se pensar um pouco sobre a complexidade da violência colonial/racial como um processo maior, que instala divisões também atreladas a sexualidade e gênero, concernente a desumanização, a humilhação e a morte aos sujeitos entendidos como descartáveis ao mundo eurocêntrico globalizado.

O texto de Jota Mombaça (2017) anuncia que o trauma racial deriva de quem o inventou, de quem dele tira proveitos simbólicos e materiais. Pois se o racismo existe e as diferenças raciais foram impostas para que a separação fosse uma organização de sociedade e de humanidade, onde a máxima coincide em quem estar em baixo aceitar ser inferiorizado, e quem está em cima ser sempre a superioridade, o lugar é fixado, como já nos alertou Fanon em 1952. Respeitar as disparidades raciais, sociais e sexistas como uma sentença, onde só há expectativa de vida para a brancura, é uma

determinação romantizada na vida brasileira. Lélia Gonzalez (2020, p.106), nos lembra retrucando uma fala de Millôr Fernandes que dizia que “no Brasil não existe racismo porque o negro conhece o seu lugar”. O negro conhece aquilo que é atribuído pelo branco, não o que é autorizado por ele mesmo em autonomia. O mundo branco não dá autonomia ao negro, e ainda criou uma fabulação onde os negros quase imploraram por essa tutela. E assim, o racismo à brasileira, um racismo disfarçado, denegado, faz uma divisão do espaço da vida.

O trauma é o mundo produzido pelo sujeito branco e cabe a ele responder por isso. Castiel Vitorino Brasileiro (2019) em sua exposição “O trauma é brasileiro”, nos chama atenção para a discussão ao cartografar uma parte da sua vida negra, se aproximando das suas memórias e afetos com os seus laços familiares. Castiel mostra que os danos profundos que a mentalidade da nacionalidade brasileira lhe causou não a pertence enquanto práticas de existência, e assim começa a forjar as possibilidades de sua cura. No catálogo da performance são apresentados alguns textos que nos fazem refletir sobre os caminhos dessa cura, por exemplo, um texto do pedagogo Renato Santos que diz:

> A gente tem que pensar no que existe e no que não existe, quando você fala “estou doente”, é porque você está sentindo falta de alguma coisa. Se você sente falta de alguma coisa, é porque você já teve essa coisa. Quando você teve essa coisa? Então qual é a cura prum corpo afrodescendente? Porque tudo é negado a ele nesse país. Qual é o processo de cura dele? Não é a matriz que o nega tudo. É uma outra matriz. Matriz mãe dele. Esse é o processo de cura do afrodescendente brasileiro. E, como o Brasil é uma África, fora da África é o processo e cura do Brasil” (SANTOS, 2019. p. 06).

A citação acima nos pede uma atenção implicada em relação aos sentidos que a “falta” pode desencadear, pensando na experiência negra na nacionalidade brasileira. Ainda que o objetivo nessa pesquisa não seja construir uma analítica aprofundada nas teorias psicanalíticas, se faz necessário uma breve aproximação com suas noções e conceitos que mostrem alguns caminhos possíveis de olhar para esse drama e/ou trauma colonial. Há vastas compreensões e interpretações sobre a percepção, estrutura e funcionamento da falta nos processos de subjetivação, porém, cabe aqui pontuar a falta enquanto uma das conjecturas do desejo. Para Freud o desejo pode ser entendido através de uma economia dinâmica da falta, que busca sempre a sensação de completude, satisfação e por isso, pode promover intensos investimentos nas esferas da vida (FREUD, 1901-1905). Já a teoria lacaniana se expande sobre a interação dos sujeitos com os objetos desejados e/ou faltantes nas esferas do real, do simbólico e do imaginário, tendo a linguagem como um gerador de signos e significantes (LACAN,

1988). O papel da linguagem se torna primordial na instauração de sentido, da vida subjetiva e social, Fanon (2008) no seu texto *O negro e a linguagem*, apreende nessa estrutura um movimento tanto de captura como de libertação para o sujeito negro. Já para os sujeitos brancos a linguagem é difundida como violência e perpetuação do sistema dominante de sua brancura. Ao relatar sobre o discurso da branquidade Fanon analisa que esses não pensam numa descolonização, mas sim numa igualdade sem muita veemência, ele escreve:

> Sim, como se vê, fazendo-se apelo à humanidade, ao sentimento de dignidade, ao amor, à caridade, seria fácil provar ou forçar a admissão de que o negro é igual ao branco. Mas nosso objetivo é outro, O que nós queremos é ajudar o negro a se libertar do arsenal de complexos germinados no seio da situação colonial (FANON, 2008, p. 44).

Há um encontro que precisa ser promovido entre Freud, Lacan e Fanon para interpretar esse citado “arsenal de complexos germinados no seio da situação colonial”, que Lélia Gonzalez (1984) já observou quando desenvolveu a sua análise da neurose cultural brasileira, inaugurada na figura da “mãe preta” que por exercer a função materna dos filhos da casa grande, acaba sendo esse “obscuro objeto de desejo” se transformando na “negra vontade de comer carne” (GONZALEZ, 2020, p.87). É nesse emaranhado de significados fundantes da nacionalidade colonial brasileira que está a mulher negra, e por isso também a necessidade dessa sociedade de negá-las, já que a negação como um mecanismo de defesa do ego tenta excluir aquilo que faz parte de nós. E esse é um dos principais “contratrabalhos”, parafraseando Mombaça (2017), do FEMNegras/RJ, incluir direito ao bem viver da pretitude feminina sem exclusão social, cultural, econômica, psíquica e afetiva.

O entendimento desse escoamento da falta/desejo também é interessante para compreender a releitura que Grada Kilomba (2019) faz do Complexo de Édipo, entendendo essa como uma história do desejo, mas também do “genocídio, violência e lealdade” (KILOMBA, 2019, p. 15). A introdução da relação patriarcal teorizada pela psicanálise tem como ponto de partida e chegada à estrutura familiar dos sujeitos brancos, tomar essa experiência como universal é promover a lealdade entre os seus (branquidade) e matar ou “deixar morrer” todos os outros (MBEMBE, 2018). Kilomba (re)explica esse complexo da seguinte maneira, apoiada nos estudos de Fanon:

> No seio de uma relação colonial por mais que as pessoas marginalizadas obedeçam à lei, nós raramente nos tornamos a autoridade legal, em vez disso, tornamo-nos os que são punidos e assassinados pela própria lei. Assim, Fanon escreve: “a família é a miniatura da nação. E, porque as famílias colonizadas não espelham as nações coloniais, as nossas neuroses não surgem no seio das nossas

> próprias famílias, mas no contato como a violência do mundo branco.” – que é tão irracional. (KILOMBA, 2019, p. 16).

Chegasse à conclusão mais uma vez de que o trauma colonial/racial não é do sujeito negro ou das coletividades negras, mesmo essas sendo interrogadas o tempo todo a responder por ele. O trauma é do mundo colonizado e o sujeito negro entra em contato com ele na travessia do Atlântico, no navio negreiro na condição de uma das esferas da falta forçadas a ele. Mas o sujeito negro também transforma essa “falta”, esse roubo, em capacidade de conquistar a si, a nova terra, a simbologia das suas crenças que em memória precisam ser evocadas e transmitidas. Essa capacidade de desejar no impossível é o que Fred Moten (2020) no seu artigo *A resistência do objeto: o grito de Tia Hester* vai chamar de “pretitude”, que é a fuga da sujeição, que podemos interpretar como a teimosia do FEMNegras/RJ de reexistir.

Os pontos ressaltados até aqui são importantes para adentrar o próximo tópico, a *plantation,* que impõe condições assombrosas as mulheres negras até hoje, como por exemplo, a subalternização do trabalho das empregadas domésticas, a má remuneração no mercado de trabalho e sexualização dos seus corpos, problemáticas essas exploradas ao longo deste estudo.

2.1 A *plantation* atualizada: colhendo o que não se plantou

Início esse tópico com um trecho da autobiografia do escravizado e abolicionista Frederick Douglass (1845), ao lembrar e relatar sobre uma cena que assistiu na sua infância: o açoitamento da Tia Hester:

> Antes de começar a chicotear Tia Hester, ele a levou para a cozinha e rasgou sua roupa da nuca até a cintura, deixando sua nuca, ombros e costas inteiramente nus. Ele então disse a ela para cruzar as mãos, chamando-a ao mesmo tempo de uma “puta imunda”. Depois de cruzar suas mãos, ela as amarrou com uma corda forte e a conduziu a um banco sob um grande gancho no tronco, ali colocado para isso. Ele a fez subir no banco e prendeu suas mãos no gancho. Ela agora estava pronta para seu propósito infernal. (DOUGLASS, 2021, p. 38).

O acontecimento destacado por Douglass é uma cena de violência e ao mesmo tempo uma cena de transformação, pois é a partir dela que o abolicionista, ainda na infância, cai na percepção da vulnerabilidade do seu corpo negro e da sujeição que está colocada sobre este, antes mesmo que ele, menino, se soubesse no mundo. A escravidão carrega consigo uma história de terror, de caça a vida negra realizada a favor da vida branca. A *plantation* se caracteriza também como um campo de batalha, onde

a violência dos colonizadores era a regra e as estratégias de capoeira silenciosas dos negros em busca da liberdade era e são até hoje, a irrupção. Por isso, pensar nas heranças desse tempo colonial precisa ser feito observando ambos os lados.

O título dessa sessão se remete a uma política de morte e sujeição que chega as populações negras, especificamente as mulheres do FEMNegras/RJ, pelo movimento histórico escravocrata e sua inserção da *plantation,* como instituição de civilização que penetra profundamente a vida psíquica de todos que fazem parte dela. Ainda que a *plantation* não exista atualmente em seus *modus operand*i tradicional, o seu sistema hierárquico racista ainda é fértil e coloca as mulheres negras em um "propósito infernal", como conclui Frederick Douglass (2021).

Se pensarmos na história de Cláudia da Silva Ferreira: mulher negra de 38 anos, auxiliar de serviços gerais, casada, mãe de oito filhos e moradora do Morro da Congonha em Madureira. Baleada enquanto ia comprar pão, teve seu corpo jogado no porta-malas da Polícia Militar, onde o compartimento abriu, e Cláudia foi arrastada por 300 metros em plena luz do dia em uma Avenida movimentada, no 16 de março de 2014. Percebemos que o "propósito infernal" citado por Douglass (2021) ainda está entre nós. Cláudia foi tratada pela grande mídia como "a arrastada", sendo apagado seu nome, seu sobrenome e qualquer ligação de humanidade em relação àquela corpa preta e aos sentimentos de seus familiares. Cláudia morava em um território predominante negro, alvo das operações necropolíticas da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Os responsáveis pela barbárie ainda estão respondendo o processo, porém, em liberdade exercendo suas atividades normalmente.

A autorização disfarçada de acidente ou fatalidade que os dispositivos de poder da brancura possuem para violar os corpos negros, ainda permeia a vida da população negra pós-abolição. Na narrativa abaixo retirada da uma das rodas da Pauta Preta Livre escancara-se a sujeição das corpas pretas que ainda se inauguram na violência e na morte:

> A gente sempre quis viver, é o raio do racismo que não permite que faz com que a gente o tempo inteiro... a nossa vida é viver nos defendendo da morte. A gente vive para se defender da morte! É claro que a morte está para todo mundo, a nossa é a gente botar o pé para fora de casa e muitas vezes dentro de casa. (...) Nós mulheres negras, a gente acorda para lutar pela vida e a gente vive para se defender da morte, isso é muito sério (...) a gente se reinventar para enfrentar a dor que nos é imposta todos os dias. [19]

[19] Idem 11.

Se reinventar na dor é uma dimensão de adoecimento que aparece como um traço psíquico-político importante na persistência da vida das mulheres negras contra o racismo. Esse lugar em particular exige entendimentos de atravessamentos, já que o movimento de percepção da eliminação das corpas negras que acontece na margem precisa ser levada ao centro, lugar onde a vida parece ser possível. A produção de conhecimento coletivamente política e negra gesta um discurso de intenso sofrimento estruturado em denúncia. Grada Kilomba (2019a) ao problematizar as configurações de poder e conhecimento no ambiente acadêmico, se baseia em hooks para compreender os movimentos entre os limites opressivos:

> Quando produzimos conhecimento, argumenta bell hooks, nossos discursos incorporam não apenas palavras de luta, mas também de dor – a dor da opressão. E ao ouvir nossos discursos, pode-se também ouvir a dor e a emoção contidas em sua precariedade: a precariedade, ela argumenta, de ainda sermos excluídas/os de lugares aos quais acabamos de "chegar", mas dificilmente podemos "ficar"." (KILOMBA, 2019a, p. 59).

Esse deslocamento da disputa discursiva da margem para o centro, da invisibilidade para visibilidade, do silenciamento para a escuta, da exclusão para o acesso a direitos às políticas públicas, da morte para a vida é o compromisso do FEMNegras/RJ, interpelando a atualização da divisão colonial ambientada na *plantation*. Abdias Nascimento (2017) em seu livro *O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*, escrito em plena ditadura militar brasileira, analisa historicamente que o papel e a memória dos negros na nossa sociedade foram apagados para que não fossem deles, também, o direito a esta nação. Observando a função dos sujeitos negros na *plantation*, Abdias escreve:

> Sem o escravo, a estrutura econômica do país jamais teria existido. O africano escravizado construiu as fundações da nova sociedade com a flexão e a quebra da sua espinha dorsal, quando ao mesmo tempo seu trabalho significava a própria espinha dorsal daquela colônia. Ele plantou, alimentou e colheu a riqueza material do país para o desfrute exclusivo da aristocracia branca. (NASCIMENTO, 2017, p. 59).

Olhando pela lente da experiência das mulheres negras no processo da escravização pode-se salientar como uma marca significativa na sua formação psíquica a arquitetura do silenciamento, tendo a boca como uma parte do corpo que precisava ser parada e inexistente, para que as sujeitas negras tivessem de ser totalmente submissas e não pudessem se expressar. Para além da opressão da fala, Grada

Kilomba (2019a) disserta sobre a máscara usada pela escravizada Anastácia[20], remetendo também ao lugar da fantasia perversa da posse que a brancura introjetou, onde “o sujeito negro quer possuir aquilo que pertence ao senhor branco” (KILOMBA, 2019, p. 34), justificando o porquê essa boca negra precisaria ser parada.

> Tal máscara foi uma peça muito concreta um instrumento real que tornou parte do projeto colonial europeu por mais de trezentos anos. (...)Oficialmente, a máscara era usada pelos senhores brancos para evitar que africanas/os escravizadas/os comessem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar de silenciamento e de tortura. Nesse sentido, a máscara representa o colonialismo como um todo. Ela simboliza as políticas sádicas de conquista e dominação e seus regimes brutais de silenciamento das/os chamadas/ os “Outras/os”: Quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar?

Nesse contexto apresentado a fala para existir precisa da quebra da máscara, do cativeiro. Beatriz Nascimento (1989) compreende que “o homem negro não pode estar liberto enquanto ele não esquecer o cativeiro, esquecer no gesto, que ele não é mais um cativo”, esse gesto está no corpo, na fala, no se fazer existir na vida do mundo. O FEMNegras/RJ se apresenta na sociedade brasileira como um lugar de quebra dessa máscara do silenciamento, denunciando o colonialismo que tenta reencenar nas suas corpas negras a servidão social e psíquica. A criação do projeto Pauta Preta Livre, que será contextualiza mais à frente pela fala das suas criadoras, é uma resposta a memória da escravidão. Se antes as mulheres negras eram amordaçadas pela boca, hoje as mulheres do FEMNegras/RJ espalham suas falas pela rede virtual alcançando uma audiência por todo o território nacional e em outros países da América Latina. Esse avanço é celebrado como uma conquista pelas mulheres do FEMNegras/RJ, onde os seus corpos estão sendo utilizados para as suas pautas. No entanto, é uma conquista que precisa ser sempre alimentada já que o olhar da branquidade está sempre à espreita, modulando as organizações políticas para ameaçá-las. A dinâmica relacional da violência da escravidão, capitão do mato e escravizadas, se atualiza também na nossa sociedade possuindo um refinamento de práticas e discursos, tanto de dominação

[20] “Sem história oficial, alguns dizem que Anastácia era filha de uma família real Kimbundo, nascida em Angola, sequestrada e levada para Bahia e escravizada por uma família portuguesa. (...) Outros alegam que ela teria sido uma princesa Nagô/Yorubá antes de ter sido capturada por europeus traficantes de pessoas e trazida ao Brasil na condição de escravizada. Enquanto outros ainda contam que a Bahia foi seu local de nascimento. (...) Segundo todos os relatos, ela foi forçada a usar um colar de ferro muito pesado, além da máscara facial que impedia de falar. As razões dadas para esse castigo variam: alguns relatam seu ativismo político no auxílio em fugas de “outras/os escravizadas/os; outros dizem que ela havia resistido às investidas sexuais do “senhor” branco. (...) Após um longo período de sofrimento, ela morre de tétano causado pelo colar de ferro ao redor de seu pescoço. (...)” (KILOMBA, 2019ª, p. 35 e 36).

como de fuga. Há sempre uma resposta a opressão, pois, a resistência dialoga profundamente com o tempo da violência.

A vida das pessoas negras se processa em condições históricas mal resolvidas, que desencadeiam em suas vivências um status de estar em delação do mundo branco racista. Isso que chamo de status de delação racista, como experiência de vida é um processo adoecedor físico, psíquico e mental que ainda não foi discutido afundo com responsabilidade pela política de saúde e pelas instituições formadoras de profissionais de saúde no Brasil. Aqui chamo atenção para minha área de formação, a psicologia, que ainda tem muito que se repensar.

O corpo negro carrega a memória de um documento histórico ao qual a brancura hegemônica das instituições quer ignorar, mas as engenhosidades da memória do colonizado negro também atingem um poder de religamento fundado no sentido da ancestralidade, ao qual é acessada como tática de cuidado. O viés da memória como estratégia de ajuntamento para as comunidades negras é uma possibilidade complexa de se reescrever na sua identidade histórica, fragmentada e, em certos aspectos, completamente perdida. Achille Mbembe (2016)[21] em uma das suas entrevistas analisa que, “a chave de toda memória a serviço da emancipação é saber viver o que se perde, com que grau de perda podemos viver” (MBEMBE, 2016), pensando assim, codificar na vida presente não só o trauma, mas também a forma de reexistir ao trauma, é trazer ao estado da consciência a possibilidade de habitar.

Versando sobre as linhas de pertencimento das memórias das mulheres negras, Ludmilla Lis Andrade (2020) em sua dissertação intitulada *Vozes de mulheres negras: branquidade/trauma e vestígios/memórias do racismo*”, apresenta como os vestígios da memória das sujeitas negras acessam o lugar do encontro entre o passado e o presente conjurando futuros:

> Ora, se os europeus podem e conseguem reconstituir sua história e seu passado, o sequestrado e seus descendentes não o podem. Os traços que os levam à lembrança desse tempo passado ficam escondidos, permanecem “codificados” aguardando o chamado da lembrança. A esses traços é que chamo de vestígios. (...) Em cada um dos vestígios deixados pelos ancestrais, o migrante, jogado ao mar ou aquele que abraça o mar, eterniza seu eu que poderá ser encontrado em seus descendentes quando da vivência no futuro. (ANDRADE, 2020, p.94).

[21]Entrevista disponível em: https://www.eldiario.es/interferencias/achille-mbembe-brutaliza-resistenciavisceral_132_3941963.html#. Acesso em: 24 de nov. 2021.

Se as mulheres negras ainda sofrem com a ideia da *plantation*, da mucama, da mulata, da mãe preta e com a violência racial, deve-se a existência fundante do mito da democracia racial, esse aspecto sinuoso exclui ao invés de incluir. Como bem nos alertou Lélia Gonzalez, “com consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber” (GONZALEZ, 2020, p. 78), é aí onde está localizado o mito da democracia racial. No entanto, o que se deseja é o deslocamento desse mito para a memória “esse lugar da inscrição que restitui uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção” (GONZALEZ, 2020, p. 78). O diálogo dessa dinâmica da consciência e da memória revela muito sobre a problemática da tensão racial na nossa vida psíquica e é essa discussão que inicio a seguir.

2.2 Entre cubos brancos e mecanismos de defesa: o mito da democracia racial

Há um ponto primordial que liga a experiência de ser uma mulher negra militante no FEMNegras/RJ, o trauma colonial do racismo e o mito da democracia racial: a mãe preta. É partir do corpo e da figura da mãe preta, aquela que cuidava da casa grande e dos seus filhos que se atualiza hoje na empregada doméstica, que assume muitas vezes a função de babá dos filhos dos seus patrões, esses que também foram ninados pela mãe preta quando crianças. O ciclo não se rompeu, não mudou de endereço, só mudou de nome.

Conceição Evaristo parte da imagem fundante da mãe preta para criar a escrevivência como uma escrita corpo-voz coletiva negra que “não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos” (EVARISTO, 2020, p. 30). Essa noção da mãe preta é a mesma que Lélia Gonzalez (1984) vai se debruçar para entender a cultura brasileira, já que é a mãe preta que cuida, que exerce a função materna, é ela quem vai imprimir os seus valores no sujeito branco, esse mesmo sujeito que será incapaz de assumir conscientemente o poder de simbolização de mundo que a mãe preta introjeta. E a grande façanha está nessa relação de negação do sujeito branco para com a vida, a história e a nacionalidade do sujeito negro (GONZALEZ, 2020).

O mito da democracia racial habita como uma fantasia na consciência da brancura, seu caráter agregador, correto, livre de qualquer aspecto negativo é a imagem que precisa ser preservada e disseminada. No entanto, os fatos da história mostram como o mito da democracia racial surge para sustentar uma política de

embranquecimento da população. Se antes a ideia da miscigenação era vista com repulsa e desconfiança, é no século XIX que as ideias de miscigenação, principalmente do cientista político Silvio Romero, se fortificam para que a população brasileira se tornasse branca, eliminando os negros. Mas como eliminar uma população vital e indispensável para a construção desse país? A reposta continua sendo o racismo.

Ao pensar na miscigenação também em seu carácter mental e como um bloqueio epistêmico, os psicólogos Abrahão Santos e Luiza Oliveira (2021), apontam:

> O que está em cena é o medo branco, medo expresso nos momentos que antecederam à abolição. A mestiçagem é parte da política da busca de consenso branco, é parte da política que nega as lutas dos povos negros e pindorâmicos, que nega a República de Palmares e muitos outros quilombos, revoltas, insurreições e movimentos" (SANTOS; OLIVEIRA, 2021, p. 253).

Sendo o FEMNegras/RJ um coletivo que busca desmontar esse "consenso branco" e reafirmar a sua identidade política negra feminina como um quilombo urbano, a ideia da miscigenação fenotípica, mental e epistemológica que fortalece o mito da democracia racial funciona como uma sujeição, principalmente ao corpo das mulheres negras onde esse mito se articula de forma particular. Através do racismo e do sexismo, Lélia Gonzalez (1984) explana o viés sintomático do racismo como uma neurose (GONZALEZ, 2020, p. 76), onde a brancura não lida com a sua realidade heterocultural e por isso se angustia, sente medo de perder na sua cena fantasiosa colonial, o negro como objeto do seu bel-prazer.

O processo da abolição que teoricamente coloca um fim no processo da escravidão, coloca o sujeito branco no desamparo. Anne Chang (2001) ao pensar na melancolia raça, compreende que o sujeito da brancura não consegue viver com o objeto perdido: o negro na sua servidão. Utilizando-se do ensaio freudiano (1917) *Luto e melancolia* como uma ferramenta metodológica para entender a relação da recusa pela perda do objeto, negro escravo, que insere o sujeito branco numa cena melancólica assombrada (CHANG, 2021).

O fato é que a brancura não saber lidar com a perda do fim da sujeição da cena colonizador-colonizado e tenta recriar/reaver o tempo inteiro, produzindo os traumas coloniais do racismo até hoje, principalmente na vida das mulheres negras. Dessa maneira a empregada doméstica é uma espécie de consolo ao ego da branquidade, esse que nunca pode ser rebaixado. Assim o mito da democracia racial parece perfeito, pois nele o que está exposto é a invenção romântica da vida miscigenada, que internaliza da cultura negra aquilo que pode ser transformado em lucro, como o samba, a mulata, a comida para dizer que somos iguais, para dizer que tudo isso pertence a

branquidade. Esse mesmo mito que esconde a violência, tenta tornar naturais os abusos que se traduzem no cotidiano da vida negra.

O branco enquanto ideal de eu deseja “a lógica da dominação que visa a dominação da negrada mediante a internalização e a reprodução dos valores brancos ocidentais “(GONZALEZ, 2020, p. 89). E o sujeito negro, dentro do mito da democracia, muitas vezes vai assumir essa lógica, esse desejo, como uma saída, como possibilidade de vida, ou melhor, de uma falsa vida. Neusa Santos Souza (1983) analisa que:

> O negro que hora tematizamos é aquele que nasce e sobrevive imerso numa ideologia que lhe é imposta pelo branco como ideal a ser atingido e que endossa a luta para realizar esse modelo “(SOUZA, 1983, p. 34).

Esse ideal de eu branco é introduzido no sujeito negro através da negação, pela percepção do outro branco. A brancura por tratar o negro como um objeto “fobógeno e ansiógeno” (FANON, 2008, p. 134), faz com que ele queira sair desse lugar e busque o ideal de eu branco no mundo. É importante compreender que para Fanon a fobia e ansiedade que a brancura sente diante da negrura é uma forma de angústia de um desejo de possuir aquilo que não se tem ou não se permite ter.

> Toda angústia provém de uma insegurança subjetiva ligada à ausência da mãe. (...) Antes de se ater diretamente as crenças dos adultos, convém analisar em todos os seus elementos a estrutura infantil da qual elas provêm e que elas implicam. Então a escolha do objeto fobógeno é sobredeterminado. Este objeto não surge da noite do Nada, ele provocou, em determinadas circunstâncias, um afeto no sujeito. A fobia é a presença latente desse afeto sobre o mundo do sujeito; há organização, formação. Pois, naturalmente, o objeto não tem necessidade de estar presente, é suficiente que ele seja: ele é uma possibilidade. (FANON, 2008, p. 137).

E aqui está a mãe preta mais uma vez castrando, promovendo falta no sistema afetivo da brancura. A relação com o objeto de amor nas instituições familiares brancas se dá pelos seus semelhantes, estimulando estruturas narcísicas de continuidade de poder cisheropatriarcal. Dessa forma, a mãe preta precisa ser profundamente negada, mas ela está lá, nos aspectos de vínculo fundante, simbólica, promovendo esse eterno conflito e melancolia na brancura.

Há um jogo de espelhos, um jogo sobre tudo aquilo que precisa ser refletido e representado. A branquitude, enquanto uma construção normativa forma em torno de si uma polissemia que lhe permite atravessar o tempo se promovendo e provocando estragos. Grada Kilomba (2019) em seu trabalho *Desobediências Poéticas* vai utilizar da ideia de um cubo branco para desenvolver um pensamento em relação a branquitude. Um quadrado é composto por quatro lados idênticos, o que na metáfora do cubo branco significa dizer que, em qualquer lado que se estiver, o olhar será sempre

para partes iguais de onde se está. Ora, sendo o mundo regido por uma ordem hierárquica composta por pessoas brancas, não há nada que se possa enxergar e internalizar ao nosso redor que não seja branco, ou seja, da ordem da colonialidade.

O mundo como um cubo branco funciona a partir da delimitação da discriminação de tudo o que é diferente dele. A partir dos seus privilégios simbólicos, subjetivos e objetivos, Lourenço Cardoso (2010), afirma que a branquitude têm colaboração direta com a construção social da reprodução do preconceito, da discriminação racial e do racismo.

As comunidades negras ao serem repelidas pelos reflexos dos espelhos do cubo branco, têm a sua identidade e condição de sujeito questionadas. Apresento um fragmento da fala de uma mulher negra refugiada, que aproveita o espaço da Pauta Preta Livre para não só dividir a sua dor e ter acolhimento, mas para também apresentar uma realidade de vulnerabilidade racial/gênero/social/territorial, para se pensar proposições políticas de seguridade e denunciar o olhar de desumanização que recai sobre ela.

> Então quando você chega aqui, a primeira coisa é que você leva um susto, porque dentro de tudo que a gente passa dentro de África, dentro do que é vendido também comercialmente pro mundo...é tão miserável! E você percebe que a gente tinha vida, a gente tinha identidade, a gente pelo menos era seres humanos. Quando você chega em determinados espaços você para de ser o ser humano, a mulher, você vira um produto, onde a maioria não ver o que você quer vender, mas o que eles querem vender. Então somos empreendedoras, sem oportunidade, temos trabalhos belos que não estão conseguindo avançar, porque talvez convém certos grupos, não todos, mas talvez certos grupos ou ONGs, vender essa miséria, essa dor (..).[22]

Ao ser colocada no âmbito do não reconhecimento pelo outro e ser apenas explorada pela dor da sua história, que é genderizada, a mulher negra refugiada é isolada no lugar de estrangeira. O lugar da mulher negra como o outro do outro, revelando essa alteridade que encarna tudo aquilo que o mundo branco não quer, e explora tudo aquilo que a branquidade acha que é seu por uma relação hegemônica (KILOMBA, 2019).

Aprofundando esse componente narcísico, Edith Piza (2014), aponta que há uma fronteira invisível, onde se estabelece um saber excessivo sobre o outro e um profundo desconhecimento dos brancos sobre si. Esse processo traumatizante que é apontar no outro o que ele não é, destrói de imediato qualquer construção própria que

[22] Fragmento de fala de uma das participantes na “Pauta Preta livre – 8M”. Live realizada em 08 de março de 2021. Disponível em: https://www.facebook.com/1003630546328952/videos/266316881622665.

o/a negro/a já tenha internalizado sobre si, pois a ordem do mundo é branca e para se encaixar precisa-se de alguma forma abandonar o que se é.

Esse aniquilamento subjetivo que ronda e penetra a experiência de vida do FEMNegras/RJ, apresenta-se também no fragmento a seguir. Observo que o eco do consenso branco, como nos apresenta Kilomba (2019), impede que tudo que esteja fora do centro seja visto. E ser visto, significa ter acesso a direitos e políticas públicas que pensem a nossa necessidade, que pensem a qualidade e o nosso tempo de vida:

> Quando a gente não chega, não é porque a gente não quer, a gente tenta o tempo inteiro, mas a gente as vezes esbarra tanto que a gente acredita que não tem que avançar. Mas a gente tem conseguido." (...) "Nós sabemos na verdade, a carga, o quanto nos custas nos manter nesses espaços que a burguesia, que o poder, todo dia, diz que esse espaço não é nosso. Quando a gente chega, fazem de tudo para que a gente possa sair. " (...) Dessa precarização da juventude, dessa formação, também vale a pena chamar atenção que: nós vamos para a faculdade bem depois, que a gente se forma bem depois, o nosso relógio ele é diferente![23]

No final das contas é o tempo e seus atravessamentos que nos acertam enquanto mulheres e comunidades negras. É a ponta da flecha do racismo que transita em dimensões que deveriam ser distintas e evolutivas, mas que parecem tão iguais nos seus atrasos e inclinações sádicas de resoluções da pauta racial e de gênero. Contra o ponto do alvo, este que nos leva para construções de estratégias de luta, reinvindicações e persistências das vozes pretas em aquilobamento rumo a transformação.

O pensamento crítico desenvolvido nas atividades do FEMNegras/RJ, encontra na fala em coletivo o seu lugar de possível cura, se não, de alívio. Se a clínica do cuidado institucional promovida pela branquidade nos moldes coloniais, ainda não soube se desconstruir e recriar novas formas de mundo, é pelas mãos de nós mulheres negras que o desmantelamento pode estar se dando. Uma clínica do cuidado comunitário e negra vem sendo fomentada, expandindo a complexidade das teorias das áreas de saúde já existentes, em busca de uma visibilidade e inclusão efetiva.

As marcas do racismo têm nos deixado cicatrizes que são reabertas ao nosso primeiro ímpeto de simplesmente respirar. Isso quer dizer que, desde que nascemos e nos deparamos com esse mundo da branquidade têm nos custado muito caro, inclusive a capacidade do pensamento racional. Fanon (2008) em seus escritos, questiona a premissa Freudiana de que “não há nada mais traumatizante para a criança do que o

[23] Fragmento da fala de uma participante na Pauta Preta – Vamos falar sobre nós. Live realizada em 10 de agosto de 2020. Disponível em: https://www.facebook.com/1003630546328952/videos/297108035043108.

contato com o racional" (FANON, 2008, p. 110). No entanto, é na experiência de ser negra que essa afirmação não se sustenta, já que é diante da irracionalidade do racismo, ou seja, da sua explicação hegemonicamente ilógica, que a razão perde o seu valor e assim expõem o trauma.

Essa tessitura irracional do trauma colonial atravessa a linguagem que não dá conta de verbalizar. O corpo enquanto linguagem sofre sobrecargas psicossomáticas que dão vazão a uma fissura profunda de sofrimento psíquico. Sobre essa noção, Grada Kilomba, reflete:

> (...) A necessidade de transferir a experiência psicológica do racismo para o corpo expressa a ideia de trauma no sentido de uma experiência indizível, um evento desumanizante, para qual não se tem palavras adequadas ou símbolos que correspondam. (...) A agonia do racismo é, portanto, expressa através de sensações corporais expelida para o exterior e inscrita no corpo. A linguagem do trauma é, nesse sentido, física, gráfica e visual, articulando o efeito incompreensível da dor. (...) (KILOMBA, 2019a, p.161-162).

Partindo sempre do FEMNegras/RJ, de suas movimentações enquanto corpo que sofre e ao mesmo tempo que cria brechas para responder ao sistema de opressão, é que todos os relatos aqui expostos são mais que uma queixa ou uma denúncia, mas são uma retomada de si enquanto sujeitas subjetivas e coletivas que avançam pela luta de existir dignamente. A dor, a revolta, a raiva causada pela vivência da violência do racismo genderizado se encontra na experiência de luta em carne viva, um impulso que também produz, desenvolve e fortalece afetos, acolhimentos, cuidados e sanidade, para continuar reexistindo.

3 Seja bem-vinda a Pauta Preta Livre é sua

> As pessoas trocam saudações sem se conhecerem. O momento de saudação parece ser um ritual coletivo destinado a reparar a experiência histórica de ruptura e fragmentação. Em outras palavras, o momento da saudação parece ser um processo de reparação pelo qual o indivíduo recria uma conexão que fora quebrada
>
> Grada Kilomba

Neste capítulo, os entendimentos acerca da Pauta Preta Livre foram construídos a partir das narrativas coletadas em entrevistas com oito mulheres autodeclaradas negras que compõem o FEMNegras/RJ. A escolha das participantes se deu diante das suas atuações na concepção e gerenciamento interno da Pauta Preta Livre, que consiste em ações de estruturação de participações das convidadas, envolvendo o processo de divulgação, até a execução da técnica e apresentação da *live*. Por se tratar de uma programação semanal, a Pauta Preta Livre se configura como um dos principais canais de comunicação do FEMNegras/RJ. A transmissão de diálogos não apenas circunda as mulheres negras desse coletivo político, mas principalmente promove o encontro com autoridades políticas do estado. Segundo uma das coordenadoras da coordenação ampliada do FEMNegras/RJ: “a Pauta Preta ela equivale a marcha, porque ela acontece virtual, então assim, foi a forma da gente estar próxima das mulheres, mas muito do que estar próxima, ouvir as demandas que essas mulheres trazem” (Entrevistada 1).

A marcha referida é a Marcha das Mulheres Negras que acontece anualmente no FEMNegras/RJ em conjunto com outros movimentos de mulheres, e que teve o seu ponto de partida na grande Marcha de 2015, em Brasília. O elemento central da marcha era (e ainda é), a luta “contra o racismo, a violência e pelo bem viver”. A importância de uma aproximação em comunicação é um dos mecanismos de organização política das mulheres negras, é aquilo que faz com que esse lugar seja denominado um fórum e assim se movimente.

Ao pensar nas entrevistas realizadas, elas também se deram em momentos e movimentos diferentes, o exercício de solicitar as sujeitas falantes que se colocassem enquanto produtoras de conhecimento, que compartilhassem memórias e sentimentos foi aceito por elas com um desejo de partilha generosa. O ato de ser essa uma pesquisa realizada no ambiente acadêmico trouxe observações por parte de todas as

entrevistadas, como sendo a academia um ambiente necessário para a militância das mulheres negras, mas ao mesmo tempo um espaço visto com desconfiança que não oferece segurança ou privilégios a população negra, principalmente as mulheres negras. O fato de ser eu: uma pesquisadora negra e participante do FEMNegras/RJ, foi um fator positivo e estimulante para a aceitação das entrevistadas nessa pesquisa. Algumas das mulheres ouvidas também estão inseridas ativamente no meio acadêmico, e ressaltam uma visão crítica e não romantizada desse lugar: "porque o nosso privilégio, é um privilégio em relação a outras mulheres (negras), mas em relação aos brancos, eles que têm o privilégio, né! E a academia não vai nos dar isso, a academia não dá privilégio para gente preta" (Entrevistada 1).

Destaco essa fala para refletir junto com bell hooks (1952), em seu texto *Negra e mulher: reflexões sobre a pós-graduação*, o quanto o lugar do saber acadêmico não se estabelece como um lugar neutro, de saberes neutros, de pessoas neutras, muito menos de experiências políticas de vidas neutras:

> Aqueles de nós que viemos de classes desprivilegiadas, que éramos negros, só éramos capazes de cursar a faculdade porque desafiamos duramente aqueles que tentaram nos fazer acreditar que éramos espertos, mas não "espertos o suficiente"; orientadores educacionais que se recusavam a nos contar sobre certas faculdades porque sabiam que não seríamos aceitos; pais que não davam necessariamente apoio ao trabalho de pós-graduação etc. Estudantes brancos não estavam vivendo diariamente num mundo fora do campus onde também tinham que enfrentar a degradação, a humilhação. (hooks, 2019a, p. 131).

Adentrar, permanecer e sair de espaços acadêmicos que são majoritariamente modulados por sujeitas e sujeitos brancos é um desafio para as populações negras, e principalmente para as que têm a militância negra como um processo identitário na vida social. Por isso, introduzir este capítulo com a percepção sobre o que representa a academia para essas mulheres é central, visto que é importante elas saberem onde, como e porque, as suas escrevivências políticas estão sendo manuseadas.

Na tabela a seguir estão algumas informações básicas das entrevistadas, como suas profissões, idade e tempo de participação na militância no FEMNegras/RJ. Optou-se por não identificar nominalmente as participantes como um modo de preservar as informações sensíveis cedidas. Um termo de autodeclaração e de consentimento de pesquisa foram elaboradas e apresentadas as entrevistadas, que autorizaram o uso de suas narrativas para este trabalho e para artigos futuros. É importante ressaltar que cinco das entrevistas realizadas precisaram ser refeitas devido a problemas tecnológicos de armazenamento de áudio. A repetição desse processo não ofereceu risco à pesquisa.

Tabela 1 - Informações básicas das entrevistadas

Entrevistada	Profissão	Idade	Tempo de ativismo no FEMNegras/RJ
1	Técnica Administrativa (bacharel em Direito)	57	31 anos
2	Empreendedora	51	22 anos
3	Professora no ensino fundamental	35	7- 8 anos
4	Pedagoga (atuante no SUAS)	49	5 anos
5	Psicóloga	48	3 anos
6	Professora Universitária	38	3 anos
7	Cantora e Ativista Social	44	2 anos
8	Jornalista	26	2 anos

Para essas mulheres negras militantes do FEMNegras/RJ se dizer integrante deste coletivo é uma junção de representação que está dentro de suas casas, dos seus ambientes de trabalhos e lazer; faz parte da educação dos seus filhos, das suas construções e representações como mulher preta cidadã. Mais que uma postura política, pertencer ao movimento de mulheres negras é uma via de habitar a vida com pertencimento autêntico.

Um sentido presente nessas narrativas é o lugar do FEMNegras/RJ como um ponto importante de acolhimento e reconhecimento. Estar na militância política para essas mulheres exige uma leitura implicada sobre o que a violência racial e sexista causa nos seus corpos e nas suas demais vivências, por isso a necessidade da interseccionalidade como uma metodologia, para pensar suas posturas políticas e suas intervenções necessárias.

O FEMNegras/RJ é um lugar onde todas as narrativas têm espaço e protagonismo para se colocar da maneira quiserem. Em busca de saber sobre a ideia inicial da Pauta Preta as mulheres foram convidadas a contar como essa ferramenta apareceu nas suas estratégias. Cada uma das participantes desenvolveu um marco

para o nascimento da Pauta Preta. Seja impulsionada pela pandemia da Covid-19, seja pela criação da campanha “Violência contra mulher é crime”, todas entendem o lugar da Pauta Preta como de um poder político produtor de diálogos para toda a sociedade, principalmente com o poder público.

Diante de um impasse com o movimento feminista de mulheres brancas, que não se mostraram receptivas as ideias e as necessidades do FEMNegras/RJ, sobre a expansão da campanha “Violência contra mulher é crime” para as comunidades e favelas é que surge a Pauta Preta. A Pauta nasce para “colocar na roda as nossas demandas! A gente ouve das nossas bocas as nossas questões” (Entrevistada 1).

> “Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso” (CARNEIRO, 2003a. p.119).

A Pauta Preta Livre, surge de um desdobramento positivo da campanha que originou a roda virtual. Dessa maneira a Pauta Preta Livre se torna semanal, devido a aderência das mulheres negras e por ser um ponto de informação e denúncia em meio ao contexto pandêmico.

> “Uma pauta que vai para além da questão da mulher preta, a gente tem a mulher preta como protagonista das ações, mas entendendo que a nossa pauta é muito maior. A nossa pauta envolve os homens pretos, a nossa pauta envolve juventude preta, a nossa pauta envolve a população preta. Assim, não dá para falar da pauta das mulheres pretas sem a gente pensar no povo preto de um modo geral” (Entrevistada 4).

A importância de se criar uma pauta preta é o de promover espaços onde as narrativas de mulheres negras e de suas necessidades enquanto comunidade circulem e sejam ouvidas com efeito, principalmente, de seguridade de vida e mudança social. Esse objetivo está no cerne histórico do movimento político de mulheres negras.

A caracterização de uma “Quizomba Política” é o que dá o tom ao comportamento das sessões da Pauta Preta Livre que se monta com uma tribuna livre...

> “onde mulheres negras, que fazem parte ou não do FEMNegras/RJ, por um período de aproximadamente uma hora e meia, trazem suas demandas municipais, discutem e analisam contextos referentes as políticas regionais, nacionais e internacionais, fazem denúncias, falam sobre seus trabalhos e projetos, cantam, declamam poesia, entre outros” (MALUNGO, 2021. p. 15-16).

3.1 Onde se experimenta a fala e a escuta: as narrativas negras militantes

A fala pode nos mostrar uma vasta cadeia de sentidos que só se estruturam na própria experiência de vida do falante, podendo nos mostrar indícios das referências utilizadas para as construções, desconstruções e reconstruções. A fala também é uma das válvulas de catarse da vida, que permite colocar no mundo nossas impressões de amor e raiva, por exemplo. Freud em 1912 partiu da associação livre da fala do sujeito para criar caminhos de alívios e cura aos anseios que afligiam a subjetividade e a vida como um todo sistemático e complexo que nos atravessa. Ainda que a psicanálise e a psicologia se baseiem em uma escuta técnica, profissional e especializada de extrema importância, não é esse movimento de fala-escuta ao qual estou interessada em desenvolver aqui, já que esse trabalho não é um estudo de caso.

A fala se torna um instrumento primordial quando se é uma mulher negra, já que o seu silenciamento faz parte da cultura colonial. bell hooks, reflete: “erguer a voz, responder, retrucar, significa falar como uma igual a uma figura de autoridade. Significa atrever-se a discordar e, às vezes, significava simplesmente ter uma opinião” (hooks, 2019a, p.31). A escuta que me interessa observar é a do exercício da fala coletiva negra, aquela que acolhe uma fala que se parece e esbarra em tantas histórias, onde se pode reconhecer-se e desenvolver sentidos de empatia e irmandade; mas ainda sim respeitando a singularidade no sentir e processar do outro. Aquilo que a sujeita negra fala é aquilo que ela permite que o outro tenha acesso, é o que somos capazes de oferecer para promover o encontro na grande roda do diálogo. A Pauta Preta e a Pauta Preta Livre possuem um marco importante que é o do registro das oralidades dessas mulheres negras e que estão sendo armazenas como um documento histórico do FEMNegras/RJ.

O atravessamento das entrevistas junto as oito mulheres negras foi um processo denso e fluido ao mesmo tempo, visto que, as interpretações e significados em torno da violência racial jamais será algo fácil de falar e de ouvir para as mulheres racializadas. “(...) Para eu escutar o outro, para que minha entrevista tenha outro sentido, para que minha roda de conversa e minhas propostas de educação e de saúde ganhem força, é preciso que eu apareça também nessa pesquisa: e eu sou uma mulher negra (...)” (OLIVEIRA, 2020. p. 54). A fluidez se fez possível não só por sermos todas mulheres militantes do FEMNegras/RJ, mas também pelo sentido de ação que a fala e a escuta que estamos produzindo pode gerar na esfera da vida coletiva.

Ou seja, há um desejo que essa ferramenta academicamente legitimada pela sociedade volte para alimentar a militância cotidiana, seja para as mulheres negras, crianças negras, homens negros e comunidades negras.

O compromisso com a militância como uma tática de política de vida é uma marca nas repostas cedidas pelas mulheres do FEMNegras/RJ, isso aparece principalmente quando são solicitadas a falar sobre as suas percepções em relação racismo. Todas as narrativas chegam carregadas de um tom de voz imperativo, sentimentos de pesar e revolta, principalmente diante da constatação da morte que essa violência tem historicamente e cotidianamente autorizado.

Apresento a seguir trechos das narrativas que se referem a compreensão das entrevistadas sobre o racismo:

> Entrevista 1: Racismo é essa coisa doída, falar dele é tranquilo, ruim é senti-lo. Racismo é essa coisa doída que nos exclui. (...) Racismo é essa metodologia de vida, essa dinâmica perversa, imposta que faz com que a gente muita das vezes se sinta nada!
>
> Entrevistada 2: O racismo é um lance que a gente combate todos os dias. Todos os dias! Não tem um dia que a gente não encontre histórias, né!
>
> Entrevistada 3: É matador, né! Nem mais adoece! Mata, né!
>
> Entrevistada 4: A gente viu por um bom tempo também, a militância preta se degradando mesmo, a gente via (...) alguns homens e algumas mulheres com potenciais incríveis, com inteligência, com uma formação incrível, mas que nessa máquina de moer gente que é o racismo, iam se deteriorando fisicamente, iam se deteriorando afetivamente, mentalmente. Como é que a gente foi vendo pessoas morrendo, assim, na nossa frente, aos poucos! Essa engrenagem racista vai acabando com a gente, com os nossos sonhos, com as nossas esperanças, com as nossas possibilidades de reação, de luta.
>
> Entrevistada 5: O racismo ele é cruel, ele é… ele vem nas entranhas, é um negócio que é muito… muito… Essa palavra é forte, talvez não seja a palavra para melhor descrever o racismo, mas é cruel demais, né! Ele é… Ele dilacera, ele humilha, ele tira a humanidade das pessoas negras, sobretudo das mulheres negras e a gente vê isso desde sempre e muitas vezes sendo exaltado.
>
> Entrevistada 6: O racismo ele é muito cruel! De uma crueldade e de uma sutileza cotidiana, né! Então exatamente por isso, eu entendo que a luta contra é central, estrutural e tá imersa em todas, sem exceções, as ações de debates que eu venha a falar, encontrar etc.
>
> Entrevistada 7: É de uma violência muito grande. Essa sociedade, esse país… nos alicerces desse país tem racismo e aí subiu-se as paredes, então é muito difícil.

> Entrevistada 8: É aquilo que tira a humanidade das pessoas negras, se pudesse resumir em uma frase. E aí, essa falta de humanização estrutura nossa sociedade (...) é forte, é muito simbólico.

Todas as entrevistadas apresentam uma consciência política do que significa o racismo, quais as suas implicações na sociedade em que vivem e o desafios de lidar com essa desumanização onde “o negro é, na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa e o espírito em mercadoria” (MBEMBE, 2018, p. 21). A consciência racial das participantes não se dá somente a partir da sua inserção no FEMNegras/RJ, mas das suas próprias experiências de vida no mundo racista. O perceber-se negra é um fato dado desde a infância dessas mulheres, que sentem a diferença racial seja no âmbito familiar, escolar, profissional ou de lazer, que as impedem de desfrutar da liberdade de seus corpos.

As mulheres negras entrevistadas vêm de movimentações políticas que antecedem a sua entrada no FEMNegras, por exemplo, do movimento estudantil, do movimento de religiões de matrizes africanas, do movimento negro católico, do movimento negro evangélico, do movimento de comunidades e favelas etc. Todos esses aspectos se encontram dentro desse coletivo promovendo uma colagem a partir do significante da mulher negra, mas por não por promover essencializações cristalizadas. A militância do FEMNegras/RJ arrasta consigo para a fuga do racismo toda e qualquer vida negra, esteja ela onde estiver.

> Entrevistada 4 - O fórum tem implicações relacionadas a minha vida, quando eu falo que o fórum é um espaço de encontro, é um espaço também que me alimenta... É um espaço que me oxigena, é um espaço onde eu também não me sinto tão solitária nessa luta. É um espaço onde me impulsiona para ir para além, para transbordar do que está ali. A gente tem a ali histórias de mulheres que vem da organização de casas de Santo, de grupos de paróquias, de sindicatos e a gente vai vendo como é que esses encontros fazem com que a gente consiga transbordar essas nossas experiências e a gente consiga também se encontrar nessas experiências. (...) Quando falo do movimento de mulheres negras, é um movimento colado na minha vida é um movimento que é amalgamado na minha vida. Eu tô falando aqui não só de um grupo, mas eu estou falando da história mesmo do meu corpo, dos meus. É diferente.

Essa característica relatada de ter a vida implicada na militância do FEMNegras/RJ e vice-versa é um ponto central que dá pertencimento, dá sentido à construção e a desconstrução que se aprende e que se ensina nesse espaço de formação política, mas também de reformulação subjetiva. Mbembe (2020a) em seu texto *A farmácia de Fanon*, analisa que para o psiquiatra tanto a capacidade de recusa do mundo racista e a prontidão para a luta por um novo mundo, necessita de uma

estratégia muito bem articulada, ele diz: “a luta não é espontânea. É organizada e consciente. Ela é, como diz ele, o fruto de uma “decisão radical”. Ela tem ritmo próprio.” (MBEMBE, 2020a, p. 145). E assim é a luta das mulheres negras contra o racismo genderizado, cada vez mais organizada e consciente, que antecede uma tomada de responsabilidade com a vida negra de maneira pública, e por isso precisa se arquitetar com quem veio antes. Com as suas mais velhas, como as interlocutoras se referem com respeito e afeto.

> Entrevistada 1 - Cheguei no final da fila, corri fila, tá! Para hoje o meu nome estar aqui eu corri fila, porque correr fila é muito importante, porque você aprende. Às vezes eu fico pensando (fazendo uma comparação), ficava pensando assim, no terreiro as yaó, elas precisam ficar um tempo guardada para aprender, então, elas chegam no final da fila. E eu vejo muito isso lá no fórum. Então aprender, aprender o dialeto, aprender a conhecer o que é articulação… Eu não sabia nada disso! Eu estava empolgada porque eu era mulher preta, mas não tinha sustentação política. Partido político não deu, outros movimentos não me deram sustentação política para falar da questão racial e da questão de gênero. Então eu cheguei no fórum nesse momento, e o fórum é muito responsável por tudo que eu sou hoje, tudo na minha vida.

Pertencer ao FEMNegras/RJ para essas mulheres é se deparar com um lugar que potencializa a autoestima da mulher negra. Se é pela reinvindicação militante que essas mulheres negras se fragilizam profundamente pela tirania racista e sexista; é também pelos status da militância que elas encontram uma imposição coletiva de se reconstruir, assim, Neuza Santos Souza (1983) diz:

> Um novo ideal de ego que lhe configure um rosto próprio, que encarne seus valores e interesses que tenha como referência e perspectiva a história. Um ideal construído através da militância política, lugar privilegiado de construção transformadora da história. Independente dos modos de compreender o sentido da prática política, seu exercício é representado para o negro como o meio de recuperar a autoestima, de afirmar sua existência, de marcar o seu lugar. (SOUZA, 1983, p. 44).

Ainda que ser uma mulher negra militante tenha os seus processos de enfrentamentos e cuidados, essa condição não impede que elas sejam atingidas pelas diversas e engenhosas dinâmicas do racismo, afetando e adoecendo corpo e mente. Desde a dimensão do dizível até a do indizível, aquilo que fica na memória inconsciente do corpo é impossível de ser eliminado/descarregado do aparato psíquico (KILOMBA, 2019a).

> O trauma é caracterizado por um evento violento na vida do sujeito “definido por sua intensidade, pela incapacidade do sujeito de responder adequadamente a ele e pelos feitos perturbadores e

> duradouros que traz à organização psíquica (LAPLANCHE; PONTALIS, 1988, p. 465 *apud* KILOMBA, 2020a, p. 214).

Solicitadas a falar, desde que se sentissem confortáveis, sobre suas memórias traumáticas diante da violência racista, as entrevistadas verbalizaram seus sentimentos, suas interpretações e ações que foram submetidas de maneira assustadoramente repentina, fragmentando-as da sociedade presente e aproximando-as do passado colonial. Cada memória se ambienta em situações e espaços diferentes e com reações singulares. Suscitar essas experiências racistas, que são coletivas pelo motivo da violência em comum, é uma forma de promover algumas observações teóricas sobre a militância e como essas mulheres processaram esse trauma.

Espaços públicos de consumo (Entrevistada 1)

> Entrevistada 1: Lá em Petrópolis uma vez, isso foi forte, porque eu desabei e não reagir, porque no racismo às vezes você não consegue reagir, na hora você fica sem força porque você não acredita. Eu trabalhava em um shopping e eu descia do escritório, atravessava a rua entrava no outro shopping para ir comprar uma comida. Eu descia para comer, às vezes quando eu estava muito ocupada eu pedia comida no escritório, então eu não descia. E tinha um shopping em frente e eu vi que tinha uma comidinha quase saudável, e eu quando eu vi a comida quase saudável, quê que eu fiz: “Olha! eu vou comer essa comidinha aqui!” Cara! Quê que eu fiz? Eu fui lá! Larguei o computador ligado e desci correndo! Eu subi a escada, quando eu estava subindo a escada para comprar comida, a mulher que veio na minha frente passou, eu vinha atrás. A segurança uma mulher gorda, entrou literalmente na minha frente e falou: “você vai aonde?”. Gente, ela não perguntou a ninguém aonde as pessoas iam, o lugar, um shopping. “Você vai aonde?”, ela falou assim para mim! E você sabe o que é que eu fiz? Eu parei e falei pra ela aonde eu ia, olha só! Cara, porque eu estava indo num restaurante ela entrou na minha frente, porque era um restaurante... “Você vai aonde?”, eu parei e falei para ela “eu vou ali!”. Gente, o que é isso! E ela falou “Ah, não”. E eu “vou comprar a minha comida!”, tipo assim. “Dá licença, por favor, deixa eu passar! Eu vou ali!”. Olha, eu peguei a comida e a ficha não caiu, pedi a comida e fiquei aguardando. Sai do shopping, desci, atravessei a rua, era bem em frente, peguei o elevador, entrei na sala, sentei para comer. Cara! Eu desabei! Gente, eu chorei tanto, mais tanto. Chorei porque eu não tive condição de reagir aquela mulher. Eu tinha que ter olhado pra cara dela e tinha que ter passado! Isso aconteceu comigo que discuto racismo, que identifico. Imagina! Olha, eu fiquei com vontade de largar tudo e ir lá dá uma tapa na cara daquela mulher. Eu fiquei com vontade de ir lá e xingar poucas e boas, falar um monte para ela. Eu fiquei com vontade de dar com a minha cabeça na parede. Eu tive ódio de mim! Eu me senti fraca, eu odiei! Cara, eu fiquei muito mal! Eu chorei muito, sabe qual foi a minha reação? Eu nunca mais voltei naquele lugar, nunca mais!

A partir dessa narrativa, pode-se observar que a ideia segregacionista de que cada grupo tem o seu lugar social, faz com que fronteiras raciais se revelem no nosso cotidiano tentando impedir o direito da liberdade de habitar todo e qualquer espaço. Grada Kilomba (2019a) analisa que:

> A necessidade de regular a distância física de pessoas negras e de definir as áreas que elas mesmas podem usar, revela uma dimensão muito importante do racismo cotidiano relacionada a fantasias de contágio racial. (KILOMBA, 2019, p. 167).

Isso impõem controles políticos sobre territórios e sobre quem tem poder de consumo, quem pode estar em espaços de lazer e quem deve ser explorado economicamente. Essa relação entre centro e margem se mostra profundamente violenta quando a pessoa negra tenta transitar ou ultrapassar essas barreiras, já que esse impedimento pode possuir faces cada vez mais aniquiladoras.

A reação da entrevistada 1, por não conseguir reagir, responder, se impor é dilacerante. O racismo enquanto um choque, uma experiência traumática que pode nos acontecer de maneira inesperada, até mesmo na hora do almoço, por exemplo, nos mostra que não é possível, nem é saudável psicologicamente estar sempre em alerta para responder uma ação racista. Grada mais uma vez elucida que “a intenção de uma resposta “perfeita” cultiva a noção de ego ideal, um ego que reaja sempre em conformidade toda vez que o sujeito branco age. Uma fantasia nada gratificante (...)” (KILOMBA, 2019a, p. 234). Ser sempre perfeita nas respostas à brancura, mesmo sendo uma militante é uma fantasia de perfeição que é impossível de alcançar, já que algumas respostas na cena racista só existem para nos limitar ao outro branco, que tem o benefício de sempre questionar. A internalização de que não existe apenas uma resposta, mas várias, inclusive nenhuma, é uma tarefa complexa e difícil, porém um caminho necessário para nos humanizar (KILOMBA, 2019a).

A militância com mulheres brancas (Entrevistada 6)

> Entrevistada 6 - Uma coisa que a Grada também me chamou muita atenção, pra mim é muito central é a relação entre mulheres. Então, o racismo que se estrutura e se expressa nas relações entre uma mulher preta e uma mulher branca, como que a gente está e permanece num lugar de força e de cuidado, em relação as mulheres brancas. Isso para mim é muito marcante, isso para mim é muito central, isso para mim é muito cortante. Eu já tive muitas experiências de rompimento com companheiras, companheiras do grande campo de esquerda, que são estudiosas que tão nas lutas antirracista e blá blá blá..., Mas não, não conseguiram fazer a autocrítica e se afastarem do lugar de mulher branca em relação a mulher preta. Eu acho que isso é muito pesado, isso é muito pesado! Porque na luta de uma sociedade que é cisheteropatriarcal, a gente é jogada a achar que a gente tá no mesmo

> lado, quando a gente não tá às vezes, por muitas vezes. A gente é jogada, a gente é empurrada, a gente é constrangida a estar no lugar junto entre as mulheres, quando nós não estamos, não estamos! Acho que... da experiência do racismo isso para mim é o mais pesado, isso é o mais difícil de tocar, mas eu acho ao mesmo tempo ser o mais central de tocar! (...) Então, eu acho que das experiências do racismo todas, essa é a que está mais assim cortando a carne, né! E vou pra briga, tá! Vou pra briga, me firo, volto, levo para a terapia, porque também, eu acho que para as mulheres pretas, terapia com uma terapeuta preta racializada é questão de saúde pública.

A interlocutora chama atenção para um lócus importante quando se fala dos movimentos de mulheres, o entendimento e a participação das mulheres brancas quanto ao seu lugar nas relações de hierárquicas da sociedade. Se deslocar do pacto narcísico da brancura ainda é um desafio para as mulheres brancas que enxergam no feminismo uma luta homogênea, e que não questionam o seu lugar sistêmico como opressoras na vida das mulheres negras.

O movimento feminista continua a exercer a sua superioridade branca quando desenvolvem generalizações em suas lutas, o recorte utilizado para falar sobre violência contra mulher, mercado de trabalho, maternidade, são alguns exemplos de frentes urgentes onde as experiências vividas por outras mulheres, principalmente as negras, são negligenciadas.

Os movimentos de mulheres diante das suas multiplicidades se configuram como um movimento complexo que precisa ser visto, analisado e praticado pela lente da interseccionalidade. Articular as noções de raça, gênero, territorialidade, classe, entre outras categorias de leitura social faz toda a diferença quando falamos das mulheres negras e do enegrecimento do pensamento feminista, que toma como lente o racismo e o sexismo como eixos atados. Pensando articulações possíveis e necessárias para a saída desse conflito Días-Benítez e Mattos (2019) apontam:

> Pensar estratégias que pudessem se basear nas condições concretas das mulheres de classes trabalhadoras e questionar o elitismo de classe seriam condições fundamentais para reestabelecer a solidariedade entre mulheres e deveriam ser colocadas no centro do movimento feminista. Assim, um feminismo interseccional precisaria pensar desde as margens: sendo possível melhorar as condições daqueles que habitam as margens, é possível que esse bem-estar reverbere para toda a sociedade (...). (DÍAS-BENÍTEZ, MATTOS, 2019, p. 72).

.

Vivência infantil escolar (Entrevistada 7)

> Entrevistada 7 - Num tempo da minha vida eu vivi uma situação de vulnerabilidade social, então você me pergunta uma situação de

> racismo para mim é muito complicado, porque tudo o que eu vivi ali era racismo no geral. Mas uma coisa que me marcou muito é a questão da minha professora, eu com 9 anos de idade para 10, e a professora me chamando de macaca dentro da sala de aula. Me chamando de macaca! Usando a minha vulnerabilidade social para me expor na frente dos alunos, desqualificando todos os trabalhos que eu fazia da escola! Porque uma criança que não tem condições sociais ela vai apresentar um trabalho, aquele trabalho vai refletir a situação dela. Uma criança que tenha casa (...), tem toda uma estrutura para ela chegar, ela vai chegar com o caderno bem mais limpo, com as folhas esticadinhas. Se ela vai apresentar uma pesquisa, ela vai apresentar com a cartolina bonitinha, a cartolina não vai amassada; e óbvio que a outra criança não vai. Cabe ao professor enxergar a essência e não o que está ali, porque ele tem que entender, e não era o que ela fazia. Ela não fazia nem esforço para isso, muito pelo contrário, ela usava os meus trabalhos para servir de exemplo do não fazer, entendeu! "Olha aqui! Tá vendo isso aqui! Oh, isso tá horrível! Aqui, oh! Não façam assim!" E era o meu trabalho, entendeu! Era uma mulher ruiva. Então, acho que esse é um ponto assim, muito emblemático de lembranças. Eu tive dificuldade em ser matriculada em escola, eu tive dificuldade! Porque não tinha endereço, não tinha uma casa, porque eu não tinha um histórico escolar. A minha mãe começou a me ensinar em casa, mas eles não aceitavam, "Não! Você não pode se matricular nessa classe! Não pode matricular!". E assim, ninguém oferecia pra fazer um teste, alguma coisa e existia um mecanismo, existia um mecanismo legal, estava recente, claro! Essa coisa de acesso à escola também era muito recente, mas existia e ninguém apresentava para minha mãe por conta da situação que a gente vivia. Então, era só dizer "Não dá pra matricular sua filha!". E aí, eu consigo ter um histórico, ter documentação, consigo me matricular na escola, eu já ia fazer 9 anos. Que aí eu encontro uma mulher preta, né! Que aí cruza meu caminho, conversou e tal, entendeu minha situação e aí fala assim: "Eu tenho solução pra vocês! Existe sim a lei e tal" … E aí foi quando ela me levou, aplicou a prova, eu fiz uma prova e tal. E aí ela fez todo o processo e eu levantei, ali daquela tarde, naquela manhã, numa praça não pavimentada em Nova Iguaçu, sentada num barro pra fazer as provas. E eu já levanto dali com o histórico escolar que me habilitou pra ser matriculada em qualquer escola que eu quisesse. Mas isso precisou de uma mulher preta atravessar o meu caminho. Então assim, toda essa exclusão eu já vivia e já era racismo. Então, a escola não era acolhedora para mim! Eu queria a escola, mas a escola não me acolhia!

A desumanização da pessoa negra pela via da animalização se encontra presente nessa narrativa, que está associada a condições de pobreza e falta de acesso a direitos básicos. O lugar da escola e da educação com seus moldes eurocentrados é um ambiente opressor perceptível até os dias atuais. No entanto, é uma conquista dos movimentos negros a construção de um projeto educativo emancipatório que assegure a vida negra com dignidade. Se é pelas mãos de uma mulher negra que entrevistada teve acesso ao seu direito à escola, isso diz muito sobre o que Nilma Lino Gomes (2017) analisa sobre as políticas emancipatórias, frutos das subjetividades desestabilizadoras.

> O movimento negro constrói um projeto educativo emancipatório e, dentro deste, socializa os saberes construídos pela população negra ao longo de sua trajetória histórica. Esses saberes são frutos de subjetividades desestabilizadoras construídas na trajetória dos negros, das negras e nos seus corpos. Subjetividades que foram passadas de geração em geração como herança, cultura e resistência. (GOMES, 2017, p.130).

Vivência infantil e seus resquícios na vida adulta (Entrevistada 4)

> Entrevistada 4 - Eu devia ter uns 4 ou 5 anos, mais ou menos, ainda tinha o sotaque muito forte. E eu lembro do meu primo que estava com outros meninos eles deviam ter uns 14/15 anos, e eles começaram a me sacanear por causa do meu sotaque, começaram a sacanear meu cabelo, começaram a sacanear meu nariz, a minha testa, começaram a zombar de mim por conta do meu sotaque e da minha aparência física. E eu lembro que primeiro me deu muita raiva do meu primo, porque ele não me defendeu! E ele era um priminho querido, então assim, como é que ele que todo mundo fala ser legal, e ele não me defendeu e estava juntos com os amigos me sacaneando! Me sacaneando de coisas que ele também estava passível de ser sacaneado. Porque a nossa fisionomia era muito parecida, se eu falasse que ele era meu irmão todo mundo iria acreditar, fisicamente ele era parecido. Então o cabelo que ele tava sacaneando, a cor da pele que ele tava sacaneando, o nariz que ele tava sacaneando era igual o dele. Mas ali ele era o cara, entre os amigos e ele deixou os amigos me sacanearam. Ali eu fiquei com muita raiva, olha que eu tinha quase cinco anos e eu ainda lembro da raiva que eu senti naquele momento. Eu lembro que eu falei alguma coisa com ele, eu reclamei alguma coisa, mas eu não chamei ninguém para me acudir. Eu podia ter chamado a mãe dele, ter “cabuetado” ele, podia ter chamado a minha mãe, meu pai e provavelmente ele iria levar uma bronca, mas eu não chamei ninguém. E isso me marcou muito a minha vida... Claro, que eu só fui saber muito tempo depois na terapia, que algumas posturas que eu tinha ainda estavam ligadas a algumas experiências da infância... Primeiro de não ser quem o meu primo foi naquele momento, não ser omissa. Então eu tenho um pavor de omissão muito grande, omissão e injustiça. Achei que ele foi muito injusto comigo e achei que ele foi omisso e eu sempre tive muito pavor... Não que eu não tenha sido omissa na minha vida, que já não tenha dado mole..., mas isso é uma coisa que me corrói. Então, se eu estou numa situação em que eu me omito, isso é uma coisa que me corrói muito. Outra coisa que para mim é mais complicado é achar que essas questões eu tenho que me defender sozinha. Mesmo eu tendo uma experiência familiar muito coletiva (...) ao mesmo tempo que eu tive uma educação, uma formação coletiva, questões ligadas por exemplo, a opressão que eu sofria e algumas coisas eu achava que eu tinha que resolver sozinha. Eu tinha que me meter na bronca dos outros, mas eu não pedia ajuda para as minhas broncas. Então para as minhas dores eu não pedia ajuda e isso quando a gente fala em relação ao racismo isso é muito doloroso, é muito doloroso ao mesmo tempo que eu tinha consciência racial, eu sempre soube que eu era preta, eu sempre soube que tinha racismo... Porque eu vivi o racismo desde sempre na minha própria família, mas eu não fazia disso uma ação coletiva para tratar das minhas dores e isso também o movimento de mulheres pretas me ajudou muito, e ajudou a coletivizar isso e entender que ainda que seja

> uma experiência pessoal, ainda que seja uma experiência individual ela está ligada a outras engrenagens que não são individuais.

Ser olhada e percebida pelo outro nos coloca como seres relacionais, para as pessoas negras esse ato de serem vistas assume um aspecto importante humanizante. Ser vista, reconhecida e respeitada nas nossas singularidades e naquilo que é comum ao outro quando se é uma criança nos auxilia na nossa capacidade de solicitar e dialogar com o mundo sobre os nossos próprios anseios. Kilomba ressalta duas importantes dimensões da identificação: a dimensão transitiva que é o ato de "identificar alguém" e a dimensão reflexiva que tem o sentido de "identificar-se com alguém" (LAPLANCHE; PONTALIS, 1988, p. 2005-2006 *apud* KILOMBA, 2019a, p.153).

No relato da entrevistada percebe-se que a falta do outro em promover uma ação de identificação reflexiva na cena citada coloca a narradora em uma cena irracional de exclusão, determinada pela violência de piadas racistas sobre o seu corpo. Afecções negativas socioemocionais profundas derivadas de cenas como essas, podem reverberar na vida adulta possíveis privações do cuidado de si em construções coletivas. bell hooks (2019a) fala da necessidade de autorrecuperação como um processo relacional ancestral para a reintegração da própria história coletiva como sujeitos. Essa noção ajuda a entender subjetivamente que algumas dores podem e devem ser coletivizadas para que se possa atravessá-las.

> Nós aprendemos que o eu existia em relação, era dependente, para sua própria existência, das vidas e das experiências de todas as outras pessoas; o eu não como "um eu", mas a junção de "muitos eus, o eu como a incorporação de uma realidade coletiva passada e presente, família e comunidade. A construção social do eu "em relação" significava, então, que conheceríamos as vozes do passado que falam em e para nós. (hooks, 2019a, p.78).

Denunciando o reagindo o racismo (Entrevistada 3)

> Entrevistada 3 - Teve um pai na minha formação, assim que eu cheguei na escola, eu fui substituir uma professora que estava grávida, e aí nós fizemos um trabalho sobre as ODS, ODS são os objetivos de desenvolvimentos sustentáveis da ONU que cada escola trabalha e lá na escola com é filantropia, ela sempre trabalha nos projetos. E aí quando eu cheguei o tema da turma falava sobre igualdade de gênero. E era pré-bolsonarista na época, pré-eleição, antes do primeiro turno, papo de um mês, assim, antes das eleições! Estava todo mundo a flor da pele. E você falar de mulher, falar de direito é falar, é tocar no vespeiro dos misóginos e eu lembro que tinha uma pergunta lá, sobre direito de todos. (...) E aí o camarada fez questão de fazer numa rede social... "Então, agora vê! Uma professora lá do meu filho, uma preta lá, uma preta de esquerda, colocou uma… obrigou! Obrigou os alunos a fazerem uma placa "ele não!" ... Porque na verdade os direitos, cada criança tinha um direito e era para fazer no pirulito, ninguém sabia o que era pirulito, óbvio, ninguém vai na manifestação, uma galera

> elitizada que mora no Méier, mas que se acha… não sei, primeira classe do Rio de Janeiro. E aí eu fui mostrar uma campanha para eles saberem o que era pirulito. (...) Fui pegar uma manifestação lá na Europa, né! Porque aqui a manifestação vai ter “Lula”, vai ter “Ele não”. Peguei uma manifestação de mulheres trabalhadoras em prol dos direitos e tal, era em Londres. E aí tinha uma plaquinha vermelhinha escrito “Ele não”, láaaa no finalzinho! Todo mundo com os pirulitos, mas tinha um lá que a criança mirou ali e falou pro pai: “Ah, a tia (...) falou que ia fazer uma plaquinha, um pirulito, mas tinha “ele não” e tal tal tal” ... E aí o pai colocou na rede social, colocou um monte de coisas, então teve essa ação racista. E aí é claro, vários amigos dele... “Bota essa professora, bota essa macaca no poste, ela quer se aparecer bota uma melancia no c# dela!” (…) “Vamo lá pro nosso amiguinho, se o Bolsonaro ganhar o primeiro turno, vamo lá pro nosso amiguinho quero ver ela falar que vai votar "Ele não". Aí, foi pra polícia, até hoje tá rolando, sabe?! Porque enquadrou todo mundo, o Ministério Público na época. O delegado só tinha autuado o pai do garoto, mas aí o Ministério Público resolveu quebrar todo mundo que xingou, que envolveu, e aí eram 17 pessoas. Foi um ato real que eu tive assim, racial e que foi penoso demais, porque a escola nunca tinha passado por isso, eu era nova na escola não tinha nem um mês na escola. E a escola não sabia nem como falar comigo, estava a psicóloga, estava a coordenadora, a psicopedagoga, a diretora, pensei até que eu ia ser demitida um mês depois, sabe! E aí todo mundo ali: “A gente não sabe nem como falar pra você e tal”... Todas elas brancas, obviamente. Então assim, mas são três mulheres também que são super a favor daquilo que eu falo sobre as questões pretas na escola, sobre o desenvolvimento, sobre a inclusão, sobre voz, sobre pertencimento. Então assim, são bem atentas. Mas foi isso, foi uma ação forte que ainda tá rolando (...), mas enquanto não tenho um desfecho, eles que fiquem lá com seus prejuízos (...) com o nomezinho ali, bonitinho, fichadinho.

A interlocutora apresenta pontos importantes de ligação da vida social que foram atingidos por práticas racistas, endossadas por posicionamentos e ideias de partidos políticos neoliberais. A violência racista sofrida pela entrevistada envolve diversos contextos da sua vida: a sua integridade subjetiva e social enquanto sujeita, e o seu fazer profissional como educadora, o seu local institucional de trabalho. Todos esses aspectos foram atingidos através de injurias e violências racistas genderizadas, que têm como único objetivo aniquilar e reduzir a vida do sujeito negro.

A concretude da violência racial sai da dimensão do particular e solicita a necessidade de resolução a nível jurídico. Vale ressaltar que o crime de racismo e de injuria racial no Brasil está em vigor desde 1989, a partir do processo de redemocratização do país, pós regime militar, que a constituição de 1988 foi reformulada e pressionada pelos movimentos negros a agir diante do genocídio racial.

Enquanto resposta militante política, a denúncia e a abertura de processo contra um ato racista são extremamente relevantes para promover avanços de responsabilidade e justiça social. Por outro lado, o medo, a raiva, a vulnerabilidade, a

insegurança são aspectos que se instauram na vítima de maneira inesquecível. Sobre os usos da raiva, Audre Lorde afirma:

> Mulheres que reagem ao racismo são mulheres que reagem à raiva; a raiva da exclusão, do privilégio que não é questionado, das distorções raciais, do silêncio, dos maus tratos, dos estereótipos, da postura defensiva, do mau julgamento, da traição e da cooptação. (LORDE, 2019, p.155).

Violência Religiosa (Entrevistada 2)

> Entrevistada 2 - A minha pele não é uma pele de uma melanina preta, então falo muito de um lugar de uma mulher de axé que sofre o racismo religioso, né! (...) De todos eles que a gente tem aí, a gente encontra um deles que é o racismo religioso. Um (acontecimento de violência racista), que me marcou muito foi enquanto gestora no município de N., a gente estava fazendo uma apresentação mesmo no calçadão de Nilópolis, era um evento ecumênico, inter-religioso, era um evento inter-religioso. Tinha um padre, um pastor, tinha uma representante da umbanda, enfim. E eu enquanto religiosa e superintendente, eu estava representando o candomblé e aí a gente estava no debate, no calçadão mesmo com microfone aberto e tal. E aí do nada, veio um louco, alucinado, xingando, demonizando, gritando com bíblia na mão fazendo aquele auê! É, aquele momento foi um momento muito doloroso, porque… por vários motivos que a gente sabe que marca, né! Eu fui para delegacia, denunciei, teve todo aquele trâmite ali e tudo mais. Mas são marcas que quando você faz uma pergunta dessa, é... No mesmo momento vem a cena!”

Se a passibilidade de não ser uma mulher negra retinta modifica a experiência de vivenciar a violência racista da interlocutora, é na exaltação da sua ancestralidade no candomblé e no seu entendimento racial como parda, que a entrevistada informa a sociedade que a miscigenação fez dela uma mulher negra. A intolerância religiosa com as religiões de matrizes africanas é uma tentativa de apagamento sociocultural das manifestações da vida negra. Assentada na ancestralidade, no contato com natureza, na cosmologia dos tempos, as religiões africanas são demonizadas cada vez mais no Brasil.

Essa narrativa demonstra um conflito entre raça, nacionalidade e subjetividade que está presente e redesenha as formas de demonstração de racismo na atualidade. Abdias Nascimento (2019), retoma a explicação de Muniz Sodré, escrito no prefácio do livro *Contos Crioulos da Bahia* (1976) narrados por Mestre Didi, para empreender que assim como os quilombos do passado, os terreiros de hoje são elos da continuidade africana.

> A cultura negra no Brasil se mantém, em grande parte, devido à sua possibilidade de se disfarçar e calar. Queremos dizer como isso que a cultura negra pôde sobreviver, escapar ao extermínio (o mesmo de que foram vítimas, fisicamente, os malês da primeira metade do século

> XIX), porque se guardou no recesso das comunidades religiosas (os terreiros), disfarçando-se quando queria, silenciando quando devia. A história da cultura afro-brasileira é principalmente a história de seu silêncio, das circunstâncias de sua repressão. (SODRÉ,1976, p.05 *apud* NASCIMENTO, 2019, p.127).

Atuação como professora na rede privada (Entrevistada 5)

> Entrevistada 5 - Eu dava aula, né, numa escola em T., uma escola de elite, escola particular e eu era a única negra ali naquela escola. E eu dava aula… Eu aprendi isso no pré-vestibular, né, tinha um professor de história que ele dava aula cantando e eu nunca mais esqueci, eu sempre gostei muito de música. Eu tinha algumas matérias, eu dava ciência, na época era… era estudo sociais e ciências. (...) Eu trabalhava toda a minha aula, falava, falava com as crianças né, e aí eu levava o meu violão e eu transformava a aula toda no canto, tocava literalmente, dava um trabalho aquilo! Eu dando aula uma vez e começo a ouvir um barulho da porta, eu dava aula de porta fechada e quando eu abro a porta tinha a orientadora, tinha diretora, tinha lá o dono da escola, tudo atrás ouvindo. Ok! Eu estava dando aula, beleza! Quando eu acabei disso, a orientadora era minha amiga que a gente… inclusive foi ela que levou meu currículo para lá e tal.... E aí ela depois que acabou: "Eu queria que você passasse lá na minha sala e tal..." "Tá, tá bom!", passei lá e aí ela estava com a minha carta de demissão. Aí, sabe aquela coisa assim... "Demitida! Como assim? O que é que eu fiz?" E aí ela não conseguiu explicar por quê. Óbvio que ela não conseguiu explicar, né! Ela fez assim... "-Ah, porque…", (Eu lembro o nome da criatura até hoje, A. o nome dele, o dono da escola!), "Ah, porque o A. disse que te ouviu…", (cara! Eu lembro disso até… porque marca né!), "Ele disse que ouviu falando palavrão…" Eu disse: "Oi? Palavrão? Tem alguma coisa de errado! Não era eu!" (...) Eu era muito certinha, muito certinha mesmo (...). Eu falei: "- Não! tem alguma coisa de errado! O que é que tá acontecendo? O quê que é? Eu quero falar com esse cara!" ... E aí começou a me dar uma revolta "pera aí! (...) Eu vou falar com ele!". "Não eu que vou, espera aí!" e ela foi para sala dele, aí ela começou a querer questioná-lo, o dono da escola… E eu fui atrás! E eu ouvi ele dizendo: "Não, na minha escola eu não quero gente preta! Não quero essa pessoa aqui! Não, não quero, não preciso, eu não quero isso!". E aí você é chamado de "isso"! Cara, e aquilo ficou marcado, assim, eu pensei… Eu fiquei muito revoltada! Daí naquele, naquele momento assim… sabe quando todas as fichas vão caindo! (...) A imagem que eu faço, é quase como se abrisse aquelas, aquelas máquinas de moedinhas, que vão caindo… BLAM, BLAM, BLAM… (...) aí é um filme que vai passando na tua cabeça, tipo, abre a caixa de pandora! E aí vai vindo todas as histórias que você foi vivenciando, que você não tinha se dado conta. Cara! Mas eu fiquei muito mal, assim, eu fiquei tão mal que eu não consegui ir para casa. (...) Quando ela me deu aquela carta, eu só me lembro que eu amassava assim... sabe, o papel, porque a minha vontade era de amassar ele! E fiquei durante muito tempo remoendo: "gente, porque eu sou preta! porque eu sou preta!". E aquilo martelando na sua cabeça, como assim? E a minha turma, assim… As minhas turmas, eram as melhores turmas, é…que tiravam as melhores notas eram das minhas matérias. Isso falado pelos professores, pelos pais, Sabe! Isso ficou muito…foi muito fruto de terapia, falando disso muitas vezes, eu não podia nem falar sobre isso que eu chorava. (...), mas, depois que a caixa de pandora abre, aí você

> vai percebendo, né! Aí a revolta, foi um negócio pra mim assim, dilacerante! E aí, ao mesmo tempo como foi dilacerante, é como a gente fala, a venda também caiu. Eu falei, caramba! Eu tô entendendo que é só porque eu sou preta. E o "só" não é só, né? É muita coisa! Esse evento pra mim, ele cria inclusive um marco, no sentido, sabe! Porque… A partir dali muita coisa eu fui entendendo e aí eu fui conhecer Criola; e aí eu fui discutir as questões de raça e etnia na época da faculdade. E aí eu queria conhecer, saber de outras mulheres.

Ter a violência do trauma racial como abertura de mundo e de sua memória para a negritude, é um caminho percorrido pela dor. É a condição imutável de ser negra que coloca a interlocutora na somatização do irracional e do indizível, "aparentemente, a dor infligida ao corpo é a expressão da ferida interior causada pela violência da palavra N (negra)" (KILOMBA, 2019a, p.161). Parafraseando Grada, a entrevistada não é uma negra por causa do seu corpo negro, mas ela se torna uma através de discursos racistas fixados na cor da sua pele. (KILOMBA, 2019a, p.166).

Esse choque violento na vida da narradora é mobilizado através de complexos sentimentos de (re)assimilação de si, que a leva para o conhecimento da sua história, a história das mulheres negras. Esse atravessamento é um marco, como relatado, e tem a raiva como impulso necessário, assim com Audre Lorde (2019) nos orienta:

> Qualquer discussão sobre racismo que se dê entre mulheres deve incluir a admissão e o uso da raiva. Essa discussão deve ser direta e criativa, porque é crucial. Não podemos permitir que o nosso medo da raiva nos desvie ou nos seduza a nos contentarmos com algo que não seja árduo trabalho de escavar a honestidade; temos que levar muito a sério a escolha desse tema e as fúrias nele entrelaçadas, porque, tenham certeza, nossos oponentes levam muito a sério o ódio que sentem de nós e do que estamos tentando fazer aqui. (LORDE, 2019, p.161).

Quem pode e como pode falar? (Entrevistada 8)

> Entrevistada 8 - Por exemplo no meu curso, eu me escrevi no meu curso de mestrado para ganhar um tablet, né. Meu computador tá meio ruim, enfim, o tablet facilita mais, e aí eu me inscrevi. E aí teve um dia que eu recebi um e-mail da secretaria, um e-mail muito estranho perguntando…na verdade nem perguntando né! Perguntando se eu tinha retirado já o tablet que eu tinha solicitado e que houve um esforço muito grande da parte da secretaria para que isso fosse conseguido e que a minha não busca colocaria outras pessoas em vulnerabilidade, em risco de perder esse benefício! Uma coisa num sentido muito, sabe?... Eu tô aqui abreviando pra você a situação, mas o e-mail foi muito no sentido de: "Aí, nós aqui corremos atrás de conseguir isso, sabe! Pra essa preta favelada e ela não está fazendo jus ao nosso esforço e por causa dela outros podem perder" ... foi muito nesse sentido. Só que eu já tinha retirado a muito tempo o tablet, e aí eu respondi, né! Respondi colocando tudo o que eu tinha visto na mensagem dela. Aí depois ela tentou, não voltou atrás, mas tentou

> fazer uma roda para justificar a fala. Só que assim, uma pergunta se resume numa pergunta. Uma dúvida se resume numa pergunta, você tirou ou você não retirou. E não uma… sabe, ela não mandaria aquele e-mail para uma pessoa branca, ela não mandaria aquele e-mail para um outra pessoa, né. Ela mandaria aquele e-mail para os alunos negros cotistas daquele espaço, aquele e-mail só seria direcionado para esse grupo de alunos, não seria direcionado para outros grupos. Então assim, a todo momento essa situação está colocada, né. E ela está numa pós-graduação de comunicação social, ela nem pensou na reverberação que isso podia ter, ela se sentiu bastante autorizada para falar do jeito como ela quisesse, né! "Eles" se sentem bem autorizados para falar e lidar com a gente da forma como eles querem. (...) E a gente pensa duas, três vezes para se colocar, enquanto eles vão lá. Eles sabem que o nosso erro não tem perdão, né! Então, a gente pensa mil vezes antes de dar um passo, antes de se colocar e eles não estão nem aí.

Se o mito da democracia racial esconde muito mais que revela, como nos ensinou Lélia Gonzalez (1984), não é difícil entender comportamentos, falas e palavras com intenções racistas, aparentemente ocultas. A interlocutora salienta a liberdade e a autorização de praticar a violência racial que a brancura e as instituições de poder possuem em lidar com os corpos negros. Já a falha, o erro, o atraso, quando se é negro pode ser uma sentença final. Grada Kilomba (2019a, p.162), analisa que a dificuldade de identificar o racismo já é por si só parte do racismo, visto que, fazer com que o sujeito negro se questione, se coloque em dúvida é uma forma de paralisá-lo, já que esse não pode se enganar e emitir julgamentos incorretos, principalmente contra o sujeito branco.

Esse jogo de sentidos, acontece no ambiente acadêmico que ainda é um território de autoridade da brancura. O fato da entrevistada ser uma estudante negra militante e cotista na pós-graduação se configura como um cenário de tensão para a sua vivência de formação. bell hooks ao se debruçar na sua experiência na pós-graduação relata: "racismo e machismo, especialmente no nível de pós-graduação, moldam e influenciam tanto o desempenho acadêmico quanto a empregabilidade de mulheres negras acadêmicas." (hooks, 2019a, p.135).

3.2 Onde está a dialética? Entre consensos e dissensos há o em comum

Nesse tópico relembro Beatriz Nascimento que inicia a sua narrativa no documentário *Orí* (1989) nos perguntando: "onde está a dialética?". E ela mesma nos responde: "no mar. Atlântico-mãe". Pensar nesse ponto de interligação e relação é entrar profundamente no entendimento da travessia do sujeito negro, e em tudo o que dele foi excluído através da violência da colonização. A sua terra de origem, a sua

língua, a sua nacionalidade, a sua família, enfim, tudo aquilo que prescrevia a sua identidade. Aspectos importantes e conceituais em relação a esse movimento de transmigração do sujeito negro para outros continentes serão explorados no capítulo a seguir. O que cabe construir aqui nessas linhas é que há um ponto de encontro entre as mulheres negras do FEMNegras/RJ que valoriza aquilo que elas se esforçam cotidianamente para manter: a perspectiva das experiências de serem mulheres negras no mundo.

Descrevo essa perspectiva para me referir aos diversos entendimentos que se pode ter sobre uma determinada forma de habitar o mundo, especificamente esse mundo racista e sexista. Observando os diálogos entre as mulheres do FEMNegras/RJ, desenho mentalmente uma encruzilhada que pode ter diversas vias, onde todas as mulheres estão no centro debatendo entre si qual o melhor caminho para se percorrer. São discussões fervorosas, com diversos timbres, fôlegos e ouvidos para acolher e centralizar os passos, já que há um em comum e nele se assenta sempre o desejo da conquista do bem viver para as mulheres negras, sobretudo, para as comunidades negras. Isso reforça o porquê que a luta das mulheres negras é coletiva e não autocentrada, mas sim afrocentrada.

O em comum apazigua os dissensos que são muitos, que fazem parte do *ethos* do FEMNegras/RJ e da sua quizomba política. A dialética exercida no movimento dessas mulheres negras, aparecem nos relatos das entrevistadas:

> Entrevistada 1 - É muito diferente essa militância de mulher preta, nós somos muito irmãs, irmãs mesmo. E é claro que nós somos irmãs e humanas, irmã também briga! Porque na verdade, as nossas histórias nos atravessam o tempo inteiro.

> Entrevistada 7 - Para mim enquanto mulher negra evangélica, militante do movimento negro evangélico, é também um espaço de interação, espaço de escuta muitas vezes das vivencias das mulheres de outras religiões, mas é também um ponto onde eu trago as minhas do movimento negro evangélico que são meninas que estão vindo, muitas estão vindo agora de igrejas que nunca participaram de um coletivo e tal. Então eu faço essa ponte para que elas cheguem ao fórum, trago as coisas do fórum para elas. Então assim, é um espaço para o nosso movimento, pro movimento negro evangélico ele é um espaço também importante de interação de soma pra gente poder lutar juntas, né… de aprendizado e aceitação também! Existem divergências, existem discussões, mas existe ali um ponto que nos une que somos mulheres pretas, então esse é um ponto que agrega muito.

> Entrevistada 3 - Estamos na mesma luta, mas nem todas as lutas são iguais. (...) o que a gente tem em comum são as mulheres negras nos seus espaços, sendo representatividade ou sendo ou tentando ser voz efetiva.

> Entrevistada 4 - A gente não bate em mulher preta em praça pública. Mesmo que a mulher esteja errada, a gente não vai pactuar, mas a gente vai sempre não fazer essa mão que está açoitando.

As interlocutoras exemplificam aspectos importantes da condição de serem sujeitas: a liberdade das diferenças. O em comum não busca homogeneizar as mulheres negras como um grande bloco, mas sim, aponta uma historicidade de insurgência ao qual foram todas convocadas para que fosse possível suas reexistências. Chimamanda Ngozi Adichie (2018) em seu livro *O perigo da história única*, ressalta a necessidade da compreensão de que a história de um grupo pode ser contada por diversos olhares. Assim, as histórias de racismo genderizado no cotidiano das mulheres negras que chegam ao FEMNegras/RJ vão ser atravessadas pelas armadilhas do mito da democracia racial, pelas estratégias políticas partidárias, pelas experiências subjetivas internalizadas da violência racial e sexista, pelas suas construções familiares etc.

É perceptível o caráter de formação emancipador que a dialética do FEMNegras/RJ constrói, na medida em que descortina através de processo político-educador racial as formas de agir da colonialidade. Não há espaço para auto-ódio, como bem ressaltado pela entrevistada, não é o papel do colonizador que está sendo reproduzido na discordância das ideias. bell hooks (2019b) no texto *Amando a negritude como resistência política*, ressalta sobre escassez de estudos que falem sobre como a ideia do auto-ódio dos negros devem ser pensados, “examinando as formas como a colonização e a exploração de pessoas negras é reforçada pelo ódio racial internalizado via pensamento supremacista branco” (hooks, 2019b, p. 48).

O racismo a brasileira tem as suas especificidades de atuar, e por isso também o em comum como uma costura de retalho que aproxima os debates das mulheres negras precisa se alinhavar e ter como ponto de amarração a luta antirracista. A via de pensamento do FEMNegras/RJ é a positivação da negritude, sobretudo pela seguridade política dos direitos humanos.

4 O FEMNegras/RJ: a busca pela mística quilombola

> É importante levantar a África como a verdadeira Atlântica do nosso mito, para nós do Ocidente a África é um continente enterrado é um continente que a gente não conhece muito, é um saber congelado; é um povo que está congelado nas nossas relações, nas nossas comunicações, no nosso inconsciente, no quem eles são? Daí a pergunta do negro nesse processo relacionado com o quilombo: Quem é quilombo? O que é o quilombo hoje?
>
> Beatriz Nascimento

Neste capítulo, o caminho final se aproxima e abre para outros percursos ainda mais profundos. Para falar de quilombos é importante falar de ciclos que não se encerram propriamente em si, mas que reexistem de outras formas, jeitos e persistências. Apresentar o FEMNegras/RJ como um quilombo é perceber a implicação dos ritos de passagem de uma fuga em busca por liberdade que nós, pessoas negras, enfrentamos até hoje. Se antes o quilombo tinha a necessidade de terra, e terra é tudo aquilo que assenta: o corpo, a mente, a ancestralidade, a continuidade; hoje o quilombo urbano instituído pelas mulheres negras tem a necessidade de legitimar o seu pertencimento à terra. Abdias Nascimento (2019), fortalece essa noção quando afirma que um dos princípios do quilombismo é “considerar a terra uma propriedade nacional de uso coletivo”. (NASCIMENTO, 2019, p. 305).

É pensando junto as produções sobre o quilombo de Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Abdias Nascimento e Nêgo Bispo, bem como, as narrativas de vida produzidas pelas mulheres negras militantes do FEMNegras/RJ que a representatividade simbólica do quilombo se mantém como a busca do reconhecimento da população negra como nação, como sujeito social e subjetivo. A luta do negro, como levanta Beatriz Nascimento no documentário *Orí* é:

> A verdadeira luta da libertação do negro, que é a libertação de si próprio, do termo inclusive negro, do conceito de negro. Justamente eu vejo um negro que pode estar em mim, que pode estar em você, que pode estar em qualquer um outro, não é? (NASCIMENTO, 1989).

O existir do corpo das mulheres negras, como vimos ao longo deste trabalho em específico, passa a ser impregnado de subjugação e servidão no mundo ocidental, tendo a experiência da *plantation* como um conjunto de sentidos atemporais que as

enclausuram até hoje nas suas formas de viver. Entender essa história pode ser um portal de saída desse sentido da vida negra e a construção autêntica de Ser para todos. E é nos movimentos negros que essa construção de vida positiva se dá, é relembrando que a história do negro não é só a da escravidão, mas a da abolição, das revoltas, do entendimento de ser detentor de direito. Assim, o FEMNegras/RJ é esse lugar onde se chega respeitando a história das lutas, como diz a entrevistada 1, “não é eu por eu, é eu e o movimento”.

Caberia destruir e começar do nada uma nova história de mundo, com outras formas de linguagens, que aqui não me cabe chamar de organização ou nação, pois ainda sim seria da língua do colonizador. Esse momento de quebra ainda não é possível e nem se sabe quando será, como Fanon já anunciou em 1952, mas a consciência da história sempre vem e está vindo “porque o movimento não é negro, o movimento é da história” como bem afirmou Beatriz (1989), e ela continua dizendo que o “quilombo é memória que não acontece só prós negros, acontece pra nação. Ele aparece nos momentos de crise da nacionalidade. A nós não nos cabe valorizar a história. A nós cabe o continuum dessa história”, e é nesse lugar de continuidade que o FEMNegras/RJ se edifica.

Antes da vida quilombola existir no território brasileiro, houve a travessia do Atlântico entre os continentes, o encontro da América com África foi movido por uma violenta captura e ruptura.

> O que é a civilização africana e americana? É um grande transatlântico. Ela não é a civilização atlântica, ela é transatlântica. Foi transportada para a América um tipo de vida que era africana. É a transmigração de uma cultura e de uma atitude no mundo de um continente para outro, de África para América” (NASCIMENTO, 1989).

A memória desse encontro é a da fragmentação, a vida negra entendida como mão de obra pelos colonizadores e que poderia ser devastada em nome do progresso, como foi explorado nos capítulos anteriores. A relação entre os hemisférios não promove um movimento de transfluência, entendido pelo ativista político quilombola Negô Bispo, como:

> A lei que rege as relações de transformações dos elementos da natureza e nos ensina que nem tudo que se mistura se ajunta. Por assim ser, a transfluência rege também os processos de mobilização provenientes do pensamento monista do povo monoteístas (SANTOS, 2015, p. 89).

A chegada do corpo negro no Brasil é a chegada do escravizado pelo branco, mas também é a chegada da necessidade da busca, da conquista de sua existência nesse novo território. “A poesia da partida para a conquista”, como recita Beatriz (1989),

pode ser lida a partir do território que se perdeu e que precisa ser reavido. É assim que começar a nascer o quilombo, diante da transmigração do negro que luta para ter legitimidade de direito à terra, pois, foi dessa terra ao qual ele cuidou e germinou. A história dos quilombos é uma história de consciência de vida, de estratégias ético-políticas de reafirmação de si, com a vida negra ressignificada como substantivo próprio, com nome e sobrenome. É a busca pela confluência onde “nem tudo que se ajunta se mistura, ou seja nada é igual” (SANTOS, 2015, p. 89), afirmando a mobilização das humanidades nas diversas etnias africanas, e também na pluralidade dos povos indígenas (povos originários).

O quilombo é um movimento de resistência cultural negra que tem seu fundamento na fuga, na ruptura do seu apagamento; alimentando a percepção de si mesmo e do seu grupo como sendo capaz de desejar uma outra vida que não é regida pelo sujeito branco colonizador. A fuga do negro é uma afirmação consciente em ação daquilo que o mundo branco não conseguiu destruir, a subjetividade.

> É um estar só, é um estar em fuga, é estar empreendendo um novo limite para a sua terra, para o seu povo e para você. O quilombo surge do fato histórico que é a fuga é o ato primeiro de um homem que não reconhece que é propriedade de outro, daí a importância da migração, da busca do território (NASCIMENTO, 1989).

Por ser a fuga um processo inicial da quebra do mundo racista, ela também foi interpretada como um crime que desorganiza a estrutura da civilização eurocêntrica. Os primeiros quilombos ou mocambos são denominados como esconderijos de negros fugitivos e criminosos, onde muitas vezes o negro brasileiro era acusado de ser um fraco que ao invés de travar uma luta, promovia a fuga. Nesse sentido, Beatriz esclarece que:

> A fuga, longe de ser espontaneísmo ou movida por incapacidade para lutar, é, antes de mais nada, a decorrência de todo um processo de reorganização e contestação da ordem estabelecida. É o coroamento de uma série de situações e etapas nas quais estão em jogo diversos fatores: físicos, materiais, psicossociais, ideológicos e históricos (NASCIMENTO, 2021. p.129).

A mulher tem um papel primordial nesse ponto da luta pela emancipação e nas formações dos quilombos, “cabia a mulher sustentar a fuga” (NASCIMENTO, 1989), responsável por alimentar os guerreiros, por manter o bando, observa-se que o equilíbrio de se estar em fuga vinha da mulher negra. A fuga é uma saída possível para a liberdade ao qual as mulheres negras gestaram e ainda gestam por suas comunidades. Fazem parte das ações do FEMNegras/RJ se mobilizarem para que as famílias que habitam as favelas, que não tem o que comer, se alimentem, se protejam

e se organizem para que estejam aptos a grande fuga, que é sobreviver ao mundo racista.

> No século XX, vários territórios que naquela época compreendiam “quilombos” são atualmente favelas ou ex-favelas com grande contingente de população negra (de menor poder aquisitivo), assim como segmentos populacionais de outras etnias com a mesma origem e classe. Essa composição populacional tem grande semelhança com a dos ex-quilombos. Situação idêntica à do Rio ocorre na Bahia, em Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo, não somente nas áreas urbanas, como também nas de economia rural decadente. (NASCIMENTO, 2021, p.116).

Beatriz (1989), me faz refletir que a fuga seja uma possível consequência ancestral, uma herança que para acessar precisa ver, precisa se ver em outra linguagem da história, “a linguagem do transe é a linguagem da memória.” (NASCIMENTO, 1989).

A fuga é de dentro para fora e de fora para dentro, é promover e/ou encontrar furos possíveis de ser, que nos arremesse em outro tipo de vida. É preciso que cada pessoa coletiva quilombola perceba a necessidade subjetiva e física da fuga, e tenha a liberdade de elaborar sobre ela nas suas psicoterapias e análises; e para isso, a psicologia e a psicanálise precisam acolher esses sujeitos e sujeitas transatlânticos. Esses saberes precisam também empreender que são transatlânticos, para que seja possível essa escuta. Enquanto psicóloga, uma das minhas apostas de fuga é a prática de uma clínica de cuidado psíquica e mental transatlântica.

O quilombo enquanto um sistema social alternativo organizado pelos negros, se reatualiza pelas comunidades e favelas; grupos de pesquisas acadêmicos e performances artísticas negras; nas ideologias ético-políticas emancipadoras etc. Ao que se percebe pelas tantas articulações e tentativas de autoafirmação da história do negro no Brasil, o quilombo transcende o seu lugar institucional e adquire no campo do simbólico múltiplas possibilidades de criar uma definição de identidade nacional positiva do negro.

> Digamos que, se revisarmos a história das lutas contra a discriminação racial, costuma haver um momento em que a resistência se constrói por meio de uma certa essencialização da raça. Vimos isso, por exemplo, nos Estados Unidos com Marcus Garvey ou no “movimento negro” na França, onde se tratava justamente de reavaliar a condição negra. São movimentos que buscam se emancipar da condição de objeto, retraduzindo positivamente aqueles atributos que nos condenaram a ser objetos - a negritude - em um signo humano. Essa é a função estratégica da função essencialista. (MBEMBE, 2016).

Essa função essencializadora como tática de libertação da identidade negra é um caminho possível, ainda que não seja o ideal, para que os quilombos introduzam a importância da sua nacionalidade brasileira. Essa nacionalidade fundante precisa ser

reestabelecida, o seu poder precisa ser considerado e para além de uma sobrevivência ou resistência cultural, a continuidade histórica da vida negra é o que está sendo estrategicamente planejada no interior dos nossos quilombos (NASCIMENTO, 2021).

A noção de poder que o quilombo possui enquanto sistema social não é o mesmo que está posto na sociedade eurocêntrica, o poder da dominação do outro. Para o quilombo cada indivíduo negro é um poder e cada indivíduo negro é um quilombo. Como o ditado popular diz “cada cabeça seu guia”, talvez tenha origens quilombolas. Beatriz Nascimento (1989) explica que, a cabeça no fundamento africano quer dizer “orí”, tem a ver com o núcleo central do humano. E o quilombo é o núcleo e por isso, o poder está em cada pessoa negra: “o respeito do poder quando você é uma minoria, o respeito do poder quando você é um negro... Porque a nossa visão de poder é aquele que legitimou, que marcou que deixou alguma coisa para as gerações.” (NASCIMENTO, 1989).

Quando nós, e eu estou mais uma vez incluída aqui, voltamos teoricamente e metodologicamente para os escritos, os estudos, para literatura, para o saber dos intelectuais negros e negras que estiveram aqui nesse espaço acadêmico e fora dele, é por entender que esse sentido de poder, que é também um poder saber, tem muito a nos ensinar e a nos libertar enquanto prática de vida social e subjetiva. Essa narrativa de uma das entrevistadas, exemplifica essa reflexão:

> Entrevistada 1 - Nós sempre estivemos na academia, nossa história não os nossos corpos. (...) Agora nós estamos com os nossos corpos e com a nossa história na íntegra, agora a gente está dizendo para a academia ‘oh, tem esse problema aqui, e a gente precisa aprofundar para buscar caminhos’. Isso é muito legal! É bem menos do que a gente precisa, é bem menos do que a gente deseja.

Beatriz (1989) desenha o movimento do corpo negro quando diz “eu vou chegando devagar (...) ele chega se dando”, salientado que é essa a filosofia presente no *ethos* da comunidade negra que perpassa o seu processo físico, psicológico, comportamental, diante da realidade. A historiadora ressalta ainda com veemência que “o quilombo é um espaço de vida, que ensaia seus passos no silêncio para marchar na grande noite e no raiar do dia” (NASCIMENTO, 1989). Lélia Gonzalez (2020) nos ajuda a construir esses passos e soma junto a Beatriz Nascimento e Abdias Nascimento, esse último, que pensa o quilombismo como um “movimento político dos negros brasileiros, objetivando a implantação de um Estado Nacional Quilombista inspirado no modelo da República dos Palmares, no século XVI.” (NASCIMENTO, 2019, p. 305).

Já Lélia pensa numa nova identidade política, que junta o movimento negro e o movimento de mulheres, para instituir um movimento feminista antirracista afro-latino-

amefricano. Pensar nas mulheres que constituem os continentes americanos e africanos é um processo de globalização dessas lutas e consequentemente das suas intervenções em busca do bem viver transatlântico. (GONZALES, 2020; NASCIMENTO, 1989).

O sentido da fuga, da liberdade, do poder são partes do caminho para atravessar essa guerra na terra, pela terra. A história do quilombo não é só guerra, é também de paz, é sobre saber existir na dualidade da vida e da morte. Beatriz apresenta a noção de paz quilombola, guiando melhor as interpretações feitas aqui, ela escreve:

> Podemos ver, portanto, que, estabelecido num espaço geográfico, presumidamente nas matas, o quilombo começa a organizar sua estrutura social interna, autônoma e articulada com o mundo externo. Entre um ataque e outro da repressão oficial, ele se mantém ora retroagindo, ora se produzindo. Esse momento, chamaremos de paz quilombola, pelo carácter produtivo que o quilombo assume como núcleo de homens livres, embora potencialmente passíveis de escravidão. (...) Essa paz está justamente nos interstícios da organização quilombola, e exige-se, sobre ela, um esforço de interpretação maior, com o qual se ultrapasse a visão do quilombo como a história dos ataques da repressão oficial contra uma outra organização que talvez na paz ameaçasse muito mais o regime escravocrata do que na guerra. O antes e o depois dos quilombos é que necessitam ser conhecidos. (NASCIMENTO, 2021, p. 133 e134).

É na paz em meio à guerra que as mulheres negras produzem, é o riso, a dança, os abraços, as ideias, a criatividade coletiva, as comidas, a cerveja no boteco após a manifestação ou após uma reunião que as mulheres do FEMNegras/RJ também celebram a sua paz quilombola. É produzindo ajuntamentos, projetos, campanhas, formações políticas-educacionais, rodas de diálogo como a Pauta Preta Livre que elas devolvem o trauma colonial para o mundo racista sexista. É nesse sentido que a mística quilombola se faz e se alimenta, a liberdade como algo possível de ser acessada chega as mulheres do FEMNegras/RJ, mas ainda não como se deseja, precisa-se de mais para saciar a fome de anos de muitas e de muitos.

Nos próximos eixos serão apresentadas algumas narrativas das integrantes do FEMNegras/RJ, elas produziram sentido para as suas ações e práticas no coletivo, analisando as contribuições desses feitos para as suas persistências políticas contra o racismo genderizado, e como esses avanços na militância têm auxiliado na reelaboração dos seus processos de subjetivação.

4.1 Devolvendo o trauma

As mulheres negras do FEMNegras/RJ estão anunciando a quebra, a sua luta, a sua persistência, uma fuga que é muitas vezes lida como infinita ou como um continuum ditando uma forma de habitar o mundo. São essas mulheres negras militantes que ainda guardam consigo o sentido genuíno da resistência, não esse que circula em toda e qualquer boca, mas a resistência que se diz com o corpo, que para anunciar é preciso ter vivido na quebra, ou seja, na construção de algo novo ao mesmo tempo que recebem as forças contrárias da colonialidade.

Devolver o trauma ao mundo racista é um trabalho de descolonização, não um trabalho findo, mas um exercício constante. Grada Kilomba (2019a) ao conceituar o racismo cotidiano analisa que este "não é um evento violento na biografia individual, como se acredita (...) revelam um padrão histórico de abuso racial, (...) as memórias coletivas do trauma colonial" (KILOMBA, 2019a, p. 215). A aglutinação que a ferida traumática (racismo) causa, também convoca uma resposta a quem foi ferido, seja essa reação movida principalmente pelos "usos da raiva" (LORDE, 2019).

A poética negra feminista de Denise Ferreira da Silva (2019), convoca a partir da experiência da mulher negra na violência colonial uma postura radical que mostra possibilidades de instalar o fim deste mundo que conhecemos.

> Depois de elaborar como uma poética negra feminista mobiliza o potencial radical abrigado no corpo sexual da nativa/escrava, sigo com a ativação da força interruptiva da negridade, sua capacidade de romper o véu da transparência (mesmo que brevemente) e referir ao que existe nos limites da justiça. (SILVA, 2019, p.122).

Ativar forças interruptivas, romper barreiras, abrir os portões, denunciar seus agressores, instituir uma política ética de vida comprometida com a vida negra, com a vida das mulheres negras, nada disso é uma forma romântica de encarar a militância, mas sim de metaforizar os sentidos do trabalho custoso que é o de inventar mundos possíveis. Abaixo segue fragmentos da compreensão produzidas pelas narradoras ao serem levadas a pensar como elas enfrentam o racismo no FEMNegras/RJ.

> Entrevistada 1 - A gente está na resistência! A nossa ida para academia, o que a gente não pode achar é que a gente é um deles ou delas, porque academia não é a nossa casa, a nossa casa é outro lugar, ali é o lugar aonde a gente vai para trocar conhecimento e saberes, trocar! Porque a gente tem muita coisa para deixar lá e a gente está deixando. A gente tem deixado muitas coisas lá! (...) Não é um lugar nosso, mas é um lugar que a gente reivindica, certo! Sai com muito mais compromisso do que quando a gente entra. (...) O compromisso é deixar a porta aberta para que outras possam entrar e isso não é fácil para a gente, isso também nos adoece (...) nos dá uma

angústia, porque a nossa luta na academia é muito diferenciada, né! A gente tem essa unidade nossa, olha que legal quando a gente faz uma pesquisa na academia e a entrevistada é outra mulher preta, isso é tudo! Isso é jogar a corda!

Entrevistada 2 - A pauta preta, ela é um mecanismo de respostas, neh! Outro projeto que a gente tem que é o 'vitrine negra' que é um projeto de empreendedorismo que nós somos 50 mulheres, todas mulheres negras que trabalham a frente do seu negócio, que monta uma feira uma vez por mês na frente da prefeitura do Rio de Janeiro, é uma forma de posicionamento. A pauta preta foi muito importante para esse processo político. Inclusive, conseguimos, com certeza… As pretas que se elegeram…eu posso dar certeza que elas passaram na pauta preta e elas conseguiram abrir a mente para essa discussão racial, elas conseguiram se empoderar mais da nossa história e das nossas questões e com certeza elas conseguiram entrar, eu não sei mensurar (...) mas que com certeza, o fórum teve uma participação em cada preta que conseguiu entrar a candidata vereadora agora nas últimas eleições.

Entrevistada 3 - O fórum por formar... Por fazer esse trabalho de formação, a gente volta para a sociedade mulheres pensantes, mulheres com domínio do que pode, o que não pode, quem pode e o que pode fazer, sabe! Então assim, eu acho que a resposta do fórum para a sociedade, frente a esse racismo é de fato formar diversas mulheres de diversas esferas, de meninas, desde as mais velhas a de fato fazer frente com esse racismo.

Entrevistada 4 - Eu acho que a gente está vivo já é uma resposta! Vivo meio capenga, vivo não com muita qualidade, mas a nossa resistência em querer viver, em querer viver bem e acreditar que as coisas podem melhorar, eu acho que já é uma estratégia de sobrevivência. Porque ainda acreditar, apesar de todo esse contexto que a gente tem, com todo esse contexto político, todo esse contexto social- económico, a gente ainda acredita. A permanência na luta é também uma questão de não deixar essa esperança acabar. As mulheres elas vão criando estratégias dentro das suas possibilidades para ir para o enfrentamento, são desde estratégias domésticas, desde estratégias de conseguir manter sua casa, sua família, até estratégias mais elaboradas e mais coletivas. (...) Então, por exemplo, hoje quando acontece uma situação com a Mirtes lá em Pernambuco ou com as crianças aqui de Belford Roxo, deixa de ser só uma questão isolada, não é só a Mirtes, não é só os três meninos de Belford Roxo, é uma comunidade preta que começa a falar. (...) A gente tem uma mobilização e uma denúncia que sai agora de várias bocas e isso tem repercutido em relação às mulheres, uma relação não só de pertencimento, mas essa relação de irmandade. Entendendo que os processos de irmandade, inclusive às vezes são processos de discórdias, mas o reconhecimento dessa irmandade com toda a pluralidade que a irmandade possa nos fornecer.

Entrevistada 5 - O fórum vem na perspectiva de trazer esse olhar do processo do racismo à tona, de alertar, de conversar, de permitir essa conversa entre as mulheres para que primeiro se perceba. O fórum vem chamando a atenção falando sobre isso, mas sobretudo também pautando, adentrando os espaços de poder. Uma coisa é a gente fazer política enquanto sociedade civil, mas a gente também precisa pautar

> os espaços de política públicas, os espaços de políticas para mulheres, os espaços de poder. Não é à toa que o fórum, por exemplo, tem cadeira no conselho estadual de direitos da mulher, porque ali também vai pautar aquele espaço para quando pensar política da mulher, mas incluindo a mulher preta e falando dos processos de racismos, criando campanhas, palestras, debates naquele lugar. ...Nos espaços dos conselhos de saúde, porque é necessário pensar na saúde dessa mulher preta e o quanto a saúde dessa mulher preta vai ser afetada por conta desse racismo. Criar, como criou um fórum permanente de discussão dentro da ALERJ, porque você discutir pelo lado de dentro, com quem tem o poder da caneta. São ações importantes no combate a esse racismo.
>
> Entrevistada 6 - Sobre a resposta que as mulheres dão a violência racista cotidiana, é, acaba que ela é uma resposta coletiva, né! (...) E aí a resposta ou enfrentamento ela não se dá no momento da ação, mas ela se dá no momento da compreensão, no momento da percepção da violência, é… no momento posterior da denúncia coletivamente. E enfrentamento não é dar resposta na hora, mas é… entender primeiro que aquilo é… que é fora de nós, que não é nossa responsabilidade, que nós somos vítimas, e que aconteceria e vai acontecer independente de ser eu ou outra preta. Acho que essa acolhida a gente… a gente encontra com muita força no convívio com as pretas do fórum, especialmente a minha experiência no GT zona oeste.
>
> Entrevistada 7 - Eu vejo que o fórum ele responde ao racismo de uma maneira muito poderosa, que é promovendo a unidade, agregando as mulheres (...) A gente precisa está organizada e ir naquela direção. (...) Não tem quem segure mulheres pretas organizadas. É unir… unir parece que vai ter todo mundo o mesmo pensamento, uma coisa homogênea… E não é isso! (...)A gente não está sozinha! A gente tem acesso as ferramentas porque a gente correu atrás… E a gente sabe, a gente denuncia, a gente bota o dedo na cara! (...) A ferramenta, a arma do fórum contra o racismo é promover essa unidade.
>
> Entrevistada 8 - Em um país onde as pessoas negras não são vistas com humanidade e por isso são colocadas em diversas situações diárias… Você ter organizações de mulheres negras é muito transformador por si só. E aí principalmente mulheres negras unidas para pensar política pública, mulheres negras unidas para tencionar o legislativo, para tencionar os mandatos, para colocar as contradições que estão aí. (...) Isso é revolucionário!

O que todas essas narrativas têm em comum é o seu caráter de mobilização do mundo através da “negridade” coletiva, as suas performances de intervenção de quebra de mundo, ainda que não sejam pela via da performance artística como propõem Denise Ferreira da Silva (2019) quando introduz esse termo, se dão pela impressão de uma atitude plural da política negra feminista que impõe a diferença sem sofrer a violência da separabilidade. Tomando emprestado as *práxis* de Denise, “(...) aqui, eu mobilizo a negridade como guia, num procedimento poético feminista que tem como alvo o pilar

central do mundo pensado. Quer dizer, para fraturar as paredes vítreas da universalidade, entendida como determinação formal(...)" (SILVA, 2019, p. 123).

A compreensão do ato de devolver o trauma, para as mulheres do FEMNegras/RJ passa pelo sentido de recuar diante das imagens oferecidas sobre si, e forjar, nas persistências políticas outra imagem que possa engendrar e espalhar mitos positivos sobre a história do seu povo. A imagem, a necessidade de ser visto e que todos também o vejam atuando pelo sistema do bem viver, faz parte da descolonização do eu. Kilomba (20191a) ao reler a descolonização como um processo de independência e autonomia da pessoa negra, se refere ao desfazer da dinâmica do racismo cotidiano que se traduz em: perceber/olhar -> palavra/nomear -> fragmentar/ agredir -> ferida -> encarcerada na fantasia (KILOMBA, 2019a, p.224).

Beatriz Nascimento (1989) também se refere o restabelecimento da imagem do corpo negro, como uma imagem de um corpo histórico que precisa se livrar das amarras da colonialidade para conhecer autenticamente os seus mitos.

> É preciso a imagem para se recuperar a identidade. Tem que tornar-se visível. Porque o rosto de um é o reflexo de outro. O corpo de um é o reflexo do outro e em cada um o reflexo de todos os corpos. A invisibilidade está na raiz da perda da identidade, então conto a minha experiência em não ver Zumbi que para mim era o herói. (NASCIMENTO, 1989).

As mulheres negras do FEMNegras/RJ também ensaiam essa busca da mística quilombola através do fortalecimento de uma identidade política coletiva negra, as devolutivas ao trauma colonial cotidiano narrado por elas, tem a incumbência de descarregar o fardo racista no mundo. Segundo Kilomba (2019a), "escrever é uma maneira de ressuscitar uma experiência coletiva traumática e enterrá-la adequadamente" (KILOMBA, 2019, p.224), esta é uma parte importante do caminho para a descolonização.

4.2 Reinscrevendo processos de subjetivação

A descolonização estabelece possibilidades de apreender novos limites sobre as formas de lidar com o sofrimento ocasionado pelo trauma do racismo genderizado. Para iniciar esse último ponto vou retomar brevemente as citações que fiz nos inícios de alguns capítulos desse trabalho. No capítulo 2, Jota Mombaça (2017) atravessa o sentido de trauma nos convocando a sermos "maior que o mundo"; no capítulo 3, Grada Kilomba (2019a), interpreta a importância do encontro do reconhecimento das pessoas negras entre si enquanto coletivo, revelando que essas simples saudações recriavam

conexões individuais importantes; neste capítulo 4, Beatriz Nascimento (1989) nos indaga sobre o que é e quem é quilombo hoje em dia, já que ainda não exaltamos a África como a nossa atlântica, e ao que parece ainda não adentramos nas profundidades dos efeitos dos nossos mitos no inconsciente.

Faço esse ponto de ligação entre Jota, Grada e Beatriz, para observar que para reinscrever alguns dos nossos processos de subjetivação devastados pelo racismo, é necessário a dualidade do reconhecimento e do pertencimento. Ter consciência do trauma, saber o seu lugar nessa trama faz com que edifiquemos elos com aqueles que também foram despidos de si.

> A troca de saudações pode ser vista, então como um ritual coletivo destinado a reparar esse desmembramento traumático, reunindo aquelas/es que foram separadas/os à força, e está principalmente ligada à reparação do trauma colonial e não necessariamente à experiência do racismo e seu isolamento. (KILOMBA, 2019a, p. 207).

O FEMNegras/RJ é esse lugar que assume uma identidade quilombola que se compromete com a fuga da violência do trauma, sendo esse ato um princípio importante subjetivamente, já que o desejar a liberdade também imprime se perceber como sujeita/o livre. É o lugar também dos rituais coletivos: da marcha das mulheres negras, das Pautas Pretas Livres, da campanha Eu voto nas pretas, do Fórum permanente de diálogos na ALERJ, das diversas ações comunitárias etc. Rituais que se destinam a promover o debate e a prática do bem viver em sua integridade.

A seguir algumas narrativas exemplificam como esse lugar dos rituais coletivos promovem uma mudança, uma reelaboração acolhedora do corpo, da imagem, da afetividade negra, enfim, em tudo aquilo que as mulheres negras processam enquanto subjetivação.

> Entrevistada 4 - Eu nunca esqueço disso, a primeira vez que a filha da A. vai a marcha, ver essas mulheres com turbantes, as roupas, ela chega em casa e ela muda as roupas das bonecas inteiras, as bonecas todas começam a ter turbantes, começam a ter roupa colorida, ela começa a empretecer as barbies. Isso é uma estratégia.
>
> Entrevistada 4 - Quando vem uma preta que sai lá do noroeste fluminense e quase não vem para a ALERJ porque achava que não tinha roupa, não sabia que lugar era esse, mas ainda assim mesmo vem, assim mesmo fala, assim mesmo leva depois para o seu município as discussões que a gente estava fazendo. Isso é estratégia de enfrentamento.
>
> Entrevistada 6 - Então, vou dar um exemplo, eu sofro um racismo ao entrar no ambiente e aí eu percebo aquilo, mas não concebo muito bem e não enfrento aquilo. Mas no grupo eu encontro eco, eu encontro acolhida, eu encontro escuta e… aquela ação vivida, é… não deixa o impacto de baixo autoestima, de não pertencimento ao espaço etc.

> Então, é… a resposta ao racismo cotidiano ela se dá na acolhida desses sofrimentos.

> Entrevistada 7 - A luta contra o racismo, ela acaba com a saúde mental da gente. é muito estranho que você como preto, você já tenha a sua saúde mental detonada pelo racismo, e quando você se levanta para lutar contra ele, o peso é muito maior na sua cabeça. Então, rola muito ali a gente perceber... “Preta você não tá bem!” ... “Relaxa! Olha só se desliga de tudo, vai se cuidar!”. Também tem o fortalecimento do cuidado com a saúde mental, de nós pretas que estamos ali trabalhando, porque tem hora que sucumbi! (...) Isso é luta contra o racismo.

A busca pela mística quilombola, título desse capítulo, tange as modulações emocionais, afetivas e mentais que sustentam as estratégias de cuidado narradas acima. A militância de mulheres negras apesar de ser feita em conjunto e ter seus ganhos, ainda escancara sofrimentos psíquicos de diversas ordens decorrentes do racismo genderizado e cotidiano. Pelas falas acima pode-se refletir sobre como os corpos das mulheres negras são embrutecidos de forma intensa desde muito cedo no seu processo de desenvolvimento.

Ainda assim, a capacidade coletiva de promover redes de cuidados e afetos com e para as mulheres do FEMNegras/RJ existe e se faz presente na vida militante desse quilombo urbano. E eu também faço os meus retornos, para seguir coletiva e assentada! Por isso, relembro o meu primeiro dia como mestranda no Programa de Relações Étnico-raciais, meu primeiro encontro com Conceição Evaristo fora dos livros. E exponho aqui o seu poema chamado *Tempo de nos aquilombar*, que expressa com maestria esse enlace da busca pela liberdade que cerceia os processos de subjetivação das mulheres negras do FEMNegras/RJ.

> Tempo de nos aquilombar
> Conceição Evaristo (2021)
>
> É tempo de caminhar em fingido silêncio,
> e buscar o momento certo do grito,
> aparentar fechar um olho evitando o cisco
> e abrir escancaradamente o outro.
>
> É tempo de fazer os ouvidos moucos
> para os vazios lero-leros,
> e cuidar dos passos assuntando as vias
> ir se vigiando atento, que o buraco é fundo.
> É tempo de ninguém se soltar de ninguém,
> mas olhar fundo na palma aberta
> a alma de quem lhe oferece o gesto.
> O laçar de mãos não pode ser algema
> e sim acertada tática, necessário esquema.

É tempo de formar novos quilombos,
em qualquer lugar que estejamos,
e que venham os dias futuros, salve 2021,
a mística quilombola persiste afirmando:
“a liberdade é uma luta constante.”

Considerações finais

Esse trabalho é uma busca, que está longe de terminar! Falar e escrever sobre o racismo genderizado pelo entendimento dos traumas coloniais, das afecções nos processos de subjetivação é uma busca pela denúncia pública dos mitos da negra, do negro, da democracia racial, da psicologia neutra e da pesquisa apartada da experiência de vida. Todas essas noções brancas eurocêntricas coloniais têm materializado sofrimentos e mortes como uma forma de “vida” para as comunidades negras.

O breve recorte que faço nessa pesquisa, diz sobre a realidade das mulheres negras militantes do Fórum Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro ao pleitearem um discurso opositor as violências de racismo e sexismo na sociedade brasileira. A observação das atividades se deu em um período de dois anos, tempo que concerne ao curso do mestrado. É impossível não ressaltar a forma como a pandemia da Covid-19 atravessa esse tempo de pesquisa e de vida. Escrever sobre nós mulheres negras em isolamento social, me proporcionou diversas angústias, como também, possibilidades de enfrentamentos.

Esse trabalho é uma produção teórica que tem em sua maioria intelectuais negras/os como referências para as discussões e análises. Esse aprofundamento, principalmente nas teorias feministas negras, que pensam e discutem as experiências de vida negra com criticidade e rigor metodológico, me proporcionou a possibilidade de exercer uma escrita implicada em diversos aspectos, sociais, históricos, psicológicos e poéticos. E o mais importante, observando que o FEMNegras/RJ tem respaldo e competência para ser campo de pesquisa em todas as áreas de saber.

Os relatos das entrevistas apresentados aqui são apenas fragmentos de um acervo de informações cedido pelas oito mulheres negras participantes. Isso possibilita que posteriormente esses dados poderão ser usados para avançar nas discussões iniciadas aqui e produzir outros artigos acadêmicos.

Nos relatos e análises apresentados nessa pesquisa não há o intuito de fazer generalizações sobre todas as mulheres do FEMNegras/RJ, mas sim apresentar um dos canais de comunicação, a Pauta Preta Livre, como um centro importante e fértil na produção de narrativas de vidas militantes que atuam no combate do racismo

genderizado por linhas da política pública, da mobilização popular e, principalmente, na formação política do movimento de mulheres negras.

A perspectiva psicológica que se quer imprimir nesse estudo é aquela que está imersa nos processos de racialização do mundo, aproximando especialmente o processo da sociedade brasileira e os aspectos psicológicos, emocionais e mentais, discussões essas, tão tardias as áreas da psicologia e psicanálise em exercício no Brasil.

O debruçar sobre a obra de Beatriz Nascimento, foi um marco em especial nesse percurso, ter a historicidade e sabedoria dos quilombos para pensar os processos de subjetivação e traumas coloniais com Lélia Gonzalez, Frantz Fanon e Grada Kilomba e tantas outras pensadoras da vida negra, foi como descobrir um novo modo de pensar a construção e o fazer de uma clínica psicológica transatlântica.

Assim, percebo essa pesquisa como um início de várias ideias e reformulações que me interrogam enquanto mulher, negra, nordestina, psicóloga e pesquisadora; e que me chama cada vez mais para esse ambiente acadêmico ao qual aprendi a fazer alianças potentes de vida que dialogam com as estratégias de produzir ciência em tempos políticos tão desanimadores.

Referências

ANDRADE. L.L. **Vozes De Mulheres Negras: Branquidade/Trauma E Vestígios/Memórias Do Racismo".** Dissertação de Mestrado do programa de Pós-graduação Étnico-Raciais – PPRER. Rio de Janeiro. 2020.

BANTON, M. A racialização do Ocidente. In: **A ideia de raça**. São Paulo. Martins Fontes, 1979.

BENTO, M.A.S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: Carone, I. & Bento, M. A. S. (Orgs.) - **Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**, 2014, Ed. 6, Petrópolis: Vozes, p. 25-57.

BRASILEIRO, Castiel Vitorino; **O trauma é brasileiro**. Exposição, 2019. Disponível em: https://castielvitorinobrasileiro.com/inst_otrauma. Acesso em 28 de set. 2021.

CARDOSO, L. Branquidade acrítica e crítica: a supremacia racial e o branco antirracista. In: **Revista Latino-Americana de Ciências Sociais**, 2010, p. 607-630.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Tese (doutorado) em Educação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003a.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre a negritude.** C, Moore (Org). Coleção Vozes da Diáspora Negra, Vol.3. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

CHANG, A. A. **The Melancholy of Race: Psychoanalysis, Assimilation, and Hidden Grief. (Race and American Culture).** Oxford University Press. Ed. rev.2001.

COLLINS, P. H. **Pensamento Feminismo Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

COSTA, J. F. Da cor ao corpo: a violência do racismo. In: SOUZA, N. S. **Tornar-se negro - As vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social**. Ed. Graal, RJ-1983, p. 1-16.

CRENSHAW, K. W. A intersecionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.

CRIOULA. **DOSSIÊ: "Mulheres Negras e Justiça Reprodutiva" 2020-2021**. Rio de Janeiro, set, 2021. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1eHGSM3DmKx1m9NbXEqrFBKRQQnZgeoBx/view. Acesso em 18 de out. 2021.

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. 1ed. São Paulo: Companhia das letras. 2019.

DAVIS, A**. Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DÍAZ-BENÍTEZ, M. E.; MATTOS, A. "Interseccionalidade: zonas de problematização e questões metodológicas". In: Sliqueira, I. R. [et al.] (orgs.). **Metodologia e relações internacionais**: debates contemporâneos: Vol.II. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2019.

DOUGLASS, F. **Autobiografia de um escravo**. 1 ed. São Paulo: Vestígio, 2021.

EVARISTO, C. A Escrevivência e seus subtextos. In: **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo** / DUARTE, C. L.; NUNES, I. R.; (Orgs). 1. ed. -- Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FANON, F. **Alienação e liberdade: Escritos psiquiátricos**. São Paulo, SP: Ubu, 2020.

FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUfba, 2008.

FERREIRA da SILVA, D. - **A Dívida Impagável**. São Paulo: 2019.

FIGUEIREDO, A. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. **Rev. Direito Práx.** Rio de Janeiro, 2018, v. 9, n. 2, p. 1080-1099.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. (2020). **Violência doméstica durante pandemia de covid-19.** Nota técnica, Ed 2. Recuperado em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/violencia-domestica-durante-pandemia-de-covid-19-edicao-02/

FREUD, S. **(1901-1905) Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (caso Dora) e outros textos.** 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FREUD, S. Luto e melancolia. In: **(1914-1916) Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONZALEZ, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p 223-244.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, Ed. 34, 1999.

HALL, S. Raça, o significante flutuante. In: **Z cultural: revista do programa avançado de cultura contemporânea.** Universidade Estadual do Rio de Janeiro. 2017.

hooks, b. **Anseios: raça, gênero e políticas culturais.**1 ed. São Paulo: Elefante, 2019.

hooks, b. **Ensinando a transgredir - a educação como prática da liberdade.**2 ed. São Paulo: Editora SWF Martins Fontes, 2017.

hooks, b. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra.**1 ed. São Paulo: Elefante, 2019a.

hooks, b. **Olhares negros: raça e representação.**1 ed. São Paulo: Elefante, 2019b.

KILOMBA, G. **Desobediências poéticas**. Pinacoteca de São Paulo (Org.). São Paulo, SP: Pinacoteca de São Paulo, 2019.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação - Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019a.

LACAN, J. O Seminário, Livro VII, **A ética da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1988.

LIMA, F. & GAMBETTA, J. Parem de nos matar: a bionecropolítica genderizada e a persistência de mulheres indígenas e negras na améfrica ladina". In: **Revista Gênero**, v.20, Ed. 2, 2020, p. 85-109.

LIMA, F. O trauma colonial e as experiências subjetivas de mulheres negras: raça, racismo, gênero e a produção de sofrimentos. In: PEREIRA. M. O & PASSOS. R. G. (Orgs) **- Luta antimanicomial e feminismo: inquietações e resistências.** Rio de Janeiro: Autografia, 2019. p. 68-84.

LIMA, F**.** Protocolo de descarte do lixo, contra colonialidade(s) e o dia seguinte. **Pandemia Crítica**. São Paulo, SP. n-1 edições, 2020.

LIMA, F. Trauma, colonialidade e a sociogenia em Frantz Fanon: os estudos da subjetividade na encruzilhada. **Arq. bras. psicol.[online]**. 2020a, vol. 72, pp. 80-93.

LIMA, Fatima. Vidas pretas, processos de subjetivação e sofrimento psíquico: sobre viveres, feminismo, interseccionalidades e mulheres negras. In: PEREIRA. M. O & PASSOS. R. G. (Orgs) **- Luta antimanicomial e feminismo: discussões de gênero, raça e classe.** Rio de Janeiro: Autografia, 2017. p. 70-88.

LORDE, A. **Irmã outsider: ensaios e conferências**. 1ed.Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MALUNGO, C. **Entre o Atlântico e a Atlântica: (re)existências em movimento.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-Raciais – PPRER. 2021. (em construção).

MASIERO, A. L. A Psicologia racial no Brasil (1918-1929). In: **Estud. psicol**. (Natal) 10 (2) • Ago, 2005.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, A. O direito universal à respiração. **Pandemia Crítica.** São Paulo, SP: n-1 edições, 2020.

MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. São Paulo: n-1. 2020a.

MBEMBE, A. **Quando o poder brutaliza o corpo, a resistência assume uma forma visceral.** (Entrevista traduzida para o português), 2016. Disponível em: Achille Mbembe: "Cuando el poder brutaliza el cuerpo, la resistencia asume una forma visceral" (eldiario.es) Acesso em 10 de nov. 2021.

MOMBAÇA, J. O mundo é meu trauma. **Revista Piseagrama**. N.11, 2017.

MOORE, C. Negro sou, negro ficarei. In: CÉSAIRE, A. **Discurso sobre a negritude.** C, Moore (Org). Coleção Vozes da Diáspora Negra, Vol.3. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

MOTEN, F. “A resistência do objeto: o grito de tia Hester”. **Dossiê A Música e Suas Determinações Materiais***”,* Revista ECO-Pós*,* v. 23, n. 1, 2020.

MUNANGA, K. **Negritude: Usos e sentidos.** Ed. 4, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira.** USP, 2004.

NASCIMENTO, A. **Quilombismo. Documentos de uma militância pan-africanista.** 3. Ed. rev. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro RJ, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. ORÍ - **Texto e Narração de Orí [documentário]**, dirigido por Raquel Gerber (1989).

NASCIMENTO, B. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos.** RATTS, A. (Org). 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NOGUERA, R. Fanon: uma filosofia para reexistir**.** In: **FANON, F. Alienação e liberdade: Escritos psiquiátricos.** São Paulo, SP: Ubu, 2020, p.7-19.

NOGUEIRA I. B. **Significações do Corpo Negro**. Doutorado em Psicologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

OLIVEIRA, L. R. A busca de oralidade: o encontro com mulheres negras. In: Abrahão de Oliveira Santos. (Org.). **Saberes Plurais e Epistemologias Aterradas: caminhos de pesquisa na psicologia e ciências humanas.** 1ed.Niterói: EDUFF, 2020, v. , p. 49-

PIZA, E. Porta de vidro: uma entrada para branquitude. In: Carone, I. & Bento, M. A. S (Orgs.) - **Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**, 2014, Ed. 6, Petrópolis: Vozes, p. 59-90.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul.** Coimbra: GC Gráfica de Coimbra, 2009. p. 73-117.

SANTOS, A. B. **Em colonização, quilombos: modos e significações.** Brasília, DF: Editora UnB, 2015.

SANTOS, A. O.; OLIVEIRA, L. R. O bloqueio epistemológico no Brasil e a psicologia. **Espaço Acadêmico**, v. 20, p. 250-260, 2021.

SANTOS, R.. In: **BRASILEIRO, Castiel Vitorino; O trauma é brasileiro**. Exposição, 2019, p. 6-7. Disponível em: https://castielvitorinobrasileiro.com/inst_otrauma Acesso em 28 de set. 2021.

SCHUCMAN, L. V**. Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana [tese]**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia; 2012.

SEYFERTH, G. O beneplácito da desigualdade: breve digressão sobre racismo. In: Vários autores, **Racismo no Brasil.** São Paulo: Peirópolis, BONG, 2002.

SILVA, J. Enfrentamento ao racismo: luta e resistência das mulheres negras do Rio de Janeiro. In: Fórum permanente de diálogo com as mulheres negras do estado do rio de janeiro vereadora Marielle Franco, 2020, Rio de Janeiro. **Reunião Plenária Ordinária.** Rio de Janeiro: ALERJ, 2020. Disponível em: https://www.facebook.com/1003630546328952/videos/703802563594231. Acesso em: 23 fev. 2020.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro - As vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social**. Ed. Graal, RJ-1983.

VEIGA, Lucas Motta. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, 2019, v. 31, n. spe, p. 244-248.

Anexo A

Roteiro de Entrevistas

Perguntas:

1) Quem é você no FEMnegras/RJ e o que o FEMNegras/ RJ é para você?

2) Para você o que é a pauta preta e quais os seus efeitos para a militância das mulheres negras?

3) Você acredita que ser militante do FEMNegras/RJ traz implicações para a sua vida pessoal e para a sua vida em coletivo? Quais e por quê?

4) O que você pode me falar sobre a sua percepção sobre o racismo e qual a experiência que você já passou te vem à memória?

5) A partir da sua experiência como militante no FEMNegras/RJ como você percebe que as mulheres negras respondem a violência racista cotidiana?

Anexo B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
(Elaborado de acordo com a Resolução 510/2016- CNS/CONEP)

Convido V.Sa. a participar da pesquisa **"Racismo Genderizado e Processos de Subjetivação: Refletindo Traumas Coloniais e Reexistência no Fórum Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro"** sob responsabilidade da pesquisadora Jacqueline de França Neto, psicóloga, mestranda do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca/ RJ, orientada pela Professora Doutora Maria de Fátima Lima Santos, que tem como objetivo geral: analisar a relação do trauma colonial e os movimentos de reexistência contra-coloniais produzidos nas narrativas da Pauta Preta do Fórum Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro.

Para a realização deste trabalho de caráter qualitativo e interpretativo utiliza-se uma metodologia de pesquisa que convoca a teoria e a experiência de vida ambas implicadas na construção de saberes emancipatórios, assim métodos observacionais de acompanhamento das reuniões da Pauta Preta (espaço público de diálogo virtual promovido pelo FEMNegras/RJ) e entrevistas com as representantes do FEMNegras/RJ que estão à frente das organizações internas dessas reuniões virtuais serão realizadas com o intuito de refletir as possíveis articulações das narrativas de vida subjetiva e política produzidas por mulheres negras militantes atuante no combate ao racismo. Na primeira fase da pesquisa, análises e discussões sobre o movimento de mulheres negras, as interseccionalidades entre raça e gênero e processos de subjetivação foram realizadas a partir das narrativas coletadas nos eventos da Pauta Preta. Nessa segunda fase da pesquisa, serão realizadas entrevistas abertas e semiestruturadas com algumas mulheres negras militantes do FEMNegras/RJ com o objetivo de fomentar as análises e discussões sobre os movimentos coletivos contra coloniais e as atuações das mulheres negras nos espaços políticos. Vale esclarecer que o anonimato será mantido, sob sigilo absoluto, durante e após o término do estudo, todos os dados que identifiquem a sujeita da pesquisa usando apenas, para divulgação, os dados inerentes ao desenvolvimento do estudo.

Quanto aos riscos, o desconforto que esta pesquisa pode ocasionar é o de responder às perguntas das entrevistas que serão de conteúdos baseados nas experiências e perspectivas de sua vivência racial subjetiva-política. Ressalto que essas narrativas serão utilizadas com o sigilo de sua identidade, evitando, com isso, trazer-lhe

quaisquer riscos de exposição. Caso não se sinta à vontade com as perguntas, com o tipo de abordagem/ tema, ou se sinta discriminada/ desrespeitada, comunique a pesquisadora para que sejam tomadas as devidas providências (como por exemplo, um possível encaminhamento de acompanhamento psicológico como medida protetiva à saúde mental). Sua participação na pesquisa é voluntária e, portanto, você não receberá qualquer espécie de pagamento, podendo desistir de participar da pesquisa a qualquer tempo.

Os benefícios previstos podem ser diretos ou indiretos para os participantes, compreendendo que a temática apresentada na pesquisa poderá vir a contribuir no fortalecimento de análises interseccionais que envolvem a realidade das mulheres negras militantes, detectando pontos importantes de intervenção ao que se refere ao movimento políticos e suas consequências a saúde mental/ qualidade de vida, assim como também estará contribuindo para a valorização do FEMNegras/RJ como um campo de pesquisa acadêmico.

A entrevistada terá os seguintes direitos: a garantia de esclarecimento e resposta a qualquer pergunta; a liberdade de abandonar a pesquisa a qualquer momento sem prejuízo para si; a garantia de privacidade a sua identidade e do sigilo de suas informações; a garantia de que caso haja algum dano a sua pessoa, os prejuízos serão assumidos pela pesquisadora ou pela instituição responsável.

Das entrevistas serão gravadas o áudio e somente as descrições das narrativas serão utilizadas para construção das análises e discussões dessa pesquisa ou na produção de artigos de cunho científico. Todo o material coletado ficará sob responsabilidade da pesquisadora.

Nos casos de dúvidas e esclarecimentos procurar as pesquisadoras Jacqueline de França Neto (e-mail: jacquelinee.franca@gmail.com) e Maria de Fátima Limas Santos (e-mail: fatimalima4@gmail.com), ou pelo telefone (081) 98535- 5964. O endereço da instituição de ensino fica como referência caso necessário contato presencial - CEFET/RJ - Rua Gen. Canabarro, 485 - Maracanã, Rio de Janeiro - RJ, 20271-204. Caso suas dúvidas não sejam resolvidas pelos pesquisadores ou seus direitos sejam negados, recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca/ RJ.

Anexo C

Consentimento Livre e Esclarecido

Eu_____,
após ter recebido todos os esclarecimentos e ciente dos meus direitos, concordo em participar desta pesquisa, bem como autorizo a divulgação e a publicação de toda informação por mim transmitida, exceto dados pessoais, em publicações e eventos de caráter científico. Desta forma, assino este termo, juntamente com o pesquisador, e duas testemunhas, em duas vias de igual teor, ficando uma via sob meu poder e outra em poder da pesquisadora.

Rio de janeiro, _____ de Setembro de 2021.

_____
Assinatura da participante

_____
Assinatura da pesquisadora

_____ _____
Testemunha 1 Testemunha 2